

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E SEUS  
IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS  
DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE.**

**DIEGO CARVALHAR BELO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES  
ABRIL – 2012

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E SEUS  
IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS  
DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE.**

**DIEGO CARVALHAR BELO**

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais”.

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES  
ABRIL – 2012

# **O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE**

**DIEGO CARVALHAR BELO**

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais”.

Aprovado em: 25/04/2012

Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Doutor em Desenvolvimento,  
agricultura e sociedade)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marco Antonio Sampaio Malagodi (Doutor em Psicologia Social)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano (Doutor em Geografia)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski (Doutor em Planejamento Regional)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro  
Orientador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles amigos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse concluir mais esta etapa da minha vida. Em especial:

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me iluminado e abençoado em todos os momentos de minha de vida.

Agradeço em especial aos meus pais Isabel Cristina Carvalhar Cerca e Carlos Alberto Franco Belo e aos meus irmãos Carolina e Rafael, meus avos Carola, Luzia e Natana pela dedicação, paciência e amor dispensado, pois esta conquista se deve muito a todos eles. A eles eu agradeço pelo carinho recebido, pelos conselhos recebidos, pelas orações e por terem acreditado em mim e me dado força para prosseguir em meu caminho.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o professor Marcos Pedlowski, por ter contribuído para o meu amadurecimento pessoal e intelectual e pela dedicação, inteligência e paciência que dispensou durante estes anos para que eu pudesse superar as minhas limitações pessoais e as dificuldades que se apresentaram durante o caminho.

Agradeço aos professores que compuseram a minha banca de avaliação, professor Paulo Alentejano, professor Marcos Malagodi e professor Rodrigo Caetano pelos conselhos e sugestões os quais estão incorporados nesta dissertação.

Agradeço aos amigos de laboratório Kíssila, Filipe Duarte, Felipe Medeiros, Rosangela, Cynara, Julio e ao Vinicius pelos bons momentos que passamos juntos, por ter compartilhado as minhas alegrias, tristeza e preocupações e de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Agradeço a todos os meus amigos de pós-graduação, Zandor, Daiane, Raquel, Marcela, Rosangela, Aline, Filipe, Fernanda, Monica, Luciemeire, Jessica, pelos bons momentos de estudo, pelos momentos de descontração e boa conversa nos churrascos na casa da Aline, nas nossas saídas às praia, à restaurantes e ao cinema.

Agradeço imensamente a Alice e sua família, Ricardo, Mariana, Bebel e dona Edna pela sua amizade e pelos bons momentos que passamos juntos,

que me ajudou a descontrair e relaxar durante os momentos mais difíceis da dissertação. Gostaria de expressar minha imensa gratidão por vocês estarem sempre juntos de mim e por terem me acolhido como um filho.

Agradeço aos assentados que ajudaram diretamente com esta pesquisa, respondendo as entrevistas, me acolhendo em suas casas e me concedendo carona, permitindo assim que esta pesquisa se viabilizasse.

Agradeço a FAPERJ pela bolsa concedida durante os anos do curso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 – A teoria dos novos movimentos sociais.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Conflitualidade e identidade coletiva nos movimentos sociais.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 A construção do novo sujeito histórico.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>29</b>
<b>O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 – Origens e perspectivas do MST.....</b>	<b>30</b>
2.1.1 - O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na região Norte Fluminense .....	35
<b>2.2 - A gênese das ocupações e da forma acampamento .....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 - A construção da identidade sem-terra: O MST como uma comunidade imaginada .....</b>	<b>43</b>
2.3.1- Dinâmica interna do conflito: as identidades e representações sociais dentro do acampamento e seus reflexos no assentamento.....	45
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>51</b>
<b>3.1 - Área de estudo .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2 - Estratégias de coleta de dados .....</b>	<b>55</b>
<b>3.3 - Procedimentos Analíticos .....</b>	<b>58</b>
3.3.1 - Entrevistas .....	58
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>59</b>
<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 - A gênese da ocupação nos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes.....</b>	<b>59</b>
4.1.1 – Histórico de ocupação do Francisco Julião.....	60
4.1.2 – Histórico de ocupação do Chico Mendes.....	61

<b>4.2 – A construção da subjetividade na trajetória de vida dos assentados .....</b>	<b>64</b>
4.2.1 – Trajetória espacial dos assentados do Francisco Julião e Chico Mendes .....	65
4.2.2 - A subjetividade e o empoderamento na luta pela formação do acampamento .....	69
4.2.3 – Os reflexos da formação do acampamento no processo de desenvolvimento dos assentamentos .....	75
<b>4.3 – A questão política, a organização no assentamento e a sua infraestrutura.....</b>	<b>84</b>
4.3.1 – A questão política e a organização do assentamento.....	84
4.3.2 – A questão da infraestrutura de apoio e crédito. ....	93
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXOS I .....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXOS II .....</b>	<b>109</b>

## INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Conformação da amostra selecionada por assentamento .....	56
Tabela 2 - local de nascimento e origem espacial recente.....	66
Tabela 3 - Entrevistados que tiveram passagem pela zona urbana .....	67
Tabela 4 - Formas que os entrevistados chegaram ao assentamento.....	69
Tabela 5 - Dificuldades enfrentadas durante o acampamento e as principais estratégias de sobrevivência. ....	74
Tabela 6 - Reflexos do acampamento na forma de convivência no assentamento.....	76
Tabela 7 - Mecanismos motivadores da interação dos assentados com os outros produtores do assentamento.....	78
Tabela 8 - Participação dos assentados em organizações social antes de ingressarem no assentamento. ....	80
Tabela 9 - Lições aprendidas durante o período do acampamento.....	82
Tabela 10 - Formas de participação dos assentados na associação de produtores.....	85
Tabela 11 - Motivos da participação na associação ou no cargo que ocupa e da não participação.....	86
Tabela 12 - Problemas que dificultam a vida no lote e responsáveis pela solução. ....	94
Tabela 13 - Formas e graus de satisfação quanto à comercialização.....	97



## INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa mostrando em destaque a localização dos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes em relação aos outros assentamentos da região Norte Fluminense. .... 52

Figura 2 - Mapa da proposta de parcelamento do assentamento Chico Mendes (Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Chico Mendes). .... 54

## ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 - Assentado do Francisco Julião durante colheita do aipim para ser destinado ao programa Fome Zero. ....	9
Foto 2 – Bandeira do MST marcando o local onde foi localizado o primeiro acampamento organizado na região Norte Fluminense. ....	29
Foto 3 - Crianças do Assentamento Francisco Julião. ....	51
Foto 4 - Assentada Zenira Carvalho, seu marido Sirley da Rocha e seu tio, do Chico Mendes. ....	59
Foto 5 - Representantes do MST e estudantes da UENF ensinando a produção e aplicação de produtos orgânicos no controle a pragas. ....	64
Foto 6 - Assentado Anaor Cordeiro em sua barraca localizada nas margens da rodovia. ....	84

# **O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE**

**DIEGO CARVALHAR BELO**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Pedlowski**

A forma mais notória de resistência camponesa existente atualmente na América Latina é a dos acampamentos criados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Esta nova forma de luta camponesa remonta à criação do MST, em 1985. Desde a sua fundação, o MST adotou uma abordagem abrangente na luta pela terra com base em ocupações de grandes propriedades improdutivas. Como resultado, o MST também tem trabalhado em questões relacionadas tanto a viabilidade dos assentamentos de reforma agrária quanto na reprodução social dos assentados. O objetivo principal deste estudo foi de melhorar a compreensão sobre as dinâmicas estabelecidas dentro dos acampamentos do MST e seus efeitos sobre a formação e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária. O esforço de coleta de dados foi direcionado para obter informações sobre as experiências cotidianas dos assentados durante o período de acampamento e seu potencial impacto sobre a organização social nos assentamentos recém-criados. Este estudo também procurou verificar a prevalência de atividades coletivamente organizadas nos assentamentos para verificar uma possível relação com as experiências ocorridas dentro dos acampamentos. A área de estudo foi composta por dois assentamentos criados pelo MST (Francisco Julião e Chico Mendes) que estão localizados em Cardoso Moreira, município situado na porção norte do estado do Rio de Janeiro. A metodologia consistiu na aplicação de uma entrevista estruturada para uma amostra aleatória de assentados e líderes comunitários para reconstruir suas experiências pessoais dentro dos acampamentos. A análise dos dados mostrou que os acampamentos tiveram um papel importante no nível de engajamento político dos assentados. Como resultado do engajamento na luta pela terra, a maioria dos indivíduos foram capazes de dar maior valor em formas coletivas de raciocínio depois de receber seu pedaço de terra. Os dados também reforçam que as redes de interdependência e conflito foram construídas a partir das experiências e dos vínculos sociais criados nos acampamentos. No entanto, havia também indícios de luta política por causa de divergências sobre as formas de alocação de terra e trabalho. Finalmente, este estudo conclui que os acampamentos do MST são um importante espaço pedagógico para os indivíduos envolvidos na luta pela reforma agrária no Brasil.

Palavras-chave: acampamentos, MST, identidade coletiva, empoderamento, reforma agrária.

# **THE FORMATION PROCESS OF MST-LED ENCAMPMENTS AND ITS IMPACT ON THE DEVELOPMENT OF LAND REFORM SETTLEMENTS IN THE NORTH FLUMINENSE REGION, BRAZIL**

**DIEGO CARVALHAR BELO**

**Advisor: Prof. Dr. Marcos Pedlowski**

The most notorious form of peasant resistance existing presently in Latin America is the encampments created by the Landless Workers Movement (MST) in Brazil. This new form of peasant struggle remounts to the creation of the MST in 1985. Since its foundation, MST has adopted a comprehensive approach to fight for land based on occupations of large states. As a result, MST has also worked on issues related to both guaranteeing the viability of land reform settlements and the social reproduction of settlers. The main goal of this study was to improve the understanding on the dynamics established inside MST encampments and their effects on the formation and development of land reform settlements. The data collection effort was directed to collect information on the daily experiences of the settlers during the encampment period and their potential impact on social organization in the newly created settlements. This study also sought to verify the prevalence of collectively organized activities in the settlements to verify a possible relationship with the experiences occurred within the encampments. The area of study was comprised by two MST-led land reform settlements (i.e.; Francisco Julião and Chico Mendes) which are located in Cardoso Moreira, a municipality situated in the northern portion of the state of Rio de Janeiro. The methodology consisted of applying a structured interview to a random sample of ordinary settlers and community leaders to reconstruct their personal experiences in the encampments. Data analysis showed that the encampments played an important role in the level of political engagement of the settlers. As a result of the engagement in the struggle for land, most individuals were able to place more value on collective form of reasoning after receiving their piece of lands. The data also confirmed that the networks of interdependence and conflict were constructed from the experiences and social bonds created in the encampments. Nonetheless, there were also indications of political infighting because of disagreements regarding the forms of land and labor allocation. Finally, this study concludes that the MST encampments are an important pedagogical space for individuals engaged in the struggle for land reform in Brazil.

Keywords: Encampments, MST, collective identity, empowerment, land reform

## INTRODUÇÃO

Ao longo de toda história brasileira, a reivindicação por terra apareceu sob diversas formas, mas todas perpassadas pela denúncia à concentração fundiária (Fernandes, 1999). Desde a época da colonização Portuguesa ocorreu uma série de conflitos agrários que originaram diversos episódios de luta pela terra. Durante o período colonial, a organização de escravos fugitivos nos quilombos foi o primeiro grande exemplo de resistência contra a expropriação e exploração do trabalhador pelos senhores de terra. Já nos séculos XIX e XX destacaram-se os movimentos messiânicos como os de Canudos e do Contestado, bem como as roças comunitárias desenvolvidas por camponeses rebelados na década de 50. Nos anos de 1960 a modernização tecnológica da agricultura agravou a concentração de terra no Brasil, aprofundando as desigualdades e dificuldades de acesso à terra. Segundo Medeiros e Leite (1997) foi neste momento que se intensificou a discussão acerca da reforma agrária, pois vários setores da sociedade iniciaram um debate sobre a importância de sua realização para o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Stédile (2005) resume as discussões acerca da questão agrária no Brasil em quatro grandes correntes do pensamento. A primeira corrente girava em torno da idéia de uma reforma agrária antifeudal que era defendida pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que apontavam a existência de elementos do feudalismo na estrutura agrária brasileira. Para resolver este problema, os intelectuais do PCB propunham a necessidade de acabar com as relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para estes autores as lutas camponesas contra o latifundiário exprimiam o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. A segunda corrente propunha uma reforma agrária anticapitalista, que foi defendida por Caio Prado Jr., que acreditava num projeto que pudesse destruir o modo de produção capitalista. A terceira corrente era representada principalmente pelos intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que teve no Brasil Celso Furtado como seu expoente máximo, que apontavam a reforma agrária e a industrialização como solução dos problemas estruturais da economia agrícola

brasileira. Por fim, a quarta corrente, do ponto de vista da interpretação era muito semelhante à “Escola Cepalina”, mas do ponto de vista político, estava articulada com a esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, liderado por Leonel Brizola.

Antes do golpe militar de 1964, a reforma agrária fazia parte da agenda desenvolvimentista, sendo considerada fundamental para o desenvolvimento econômico do país, na medida em que aumentaria o mercado interno, elevando a renda nacional, e conseqüentemente aumentaria o consumo de bens industriais na agricultura ao mesmo tempo em que elevaria a produção do campo para o consumo na cidade. No entanto, a Ditadura Militar buscou modernizar a agricultura sem fazer reforma agrária, a partir de um plano econômico neoclássico, esfriando o debate nacional em torno da necessidade de um amplo processo de distribuição da propriedade da terra. Em consequência deste plano de desenvolvimento para agricultura adotado pelos militares, o acesso à terra tornou-se mais difícil, o que impulsionou uma série de conflitos pela terra a partir de ocupações de latifúndios, recolocando na agenda nacional o tema da reforma agrária (Medeiros e Leite, 1997).

Embora a luta pela terra no Brasil tenha se intensificado nos últimos 30 anos, a sua história remonta os primórdios da colonização brasileira e está estreitamente ligada à forma como se deu o processo de colonização, através da constituição de enormes latifúndios, denominados de Capitânicas Hereditárias, cedidas em forma de concessão com direito à herança (Stédile, 2005). Estas enormes extensões de terras eram entregues a capitalistas-colonizadores para que fossem estimulados a investir capital no Brasil para a produção de mercadorias para exportação. Neste sentido, Martins (1986) e Oliveira (2001) chamam atenção para o fato de que no Brasil o desenvolvimento do modo capitalista de produção se fez pela fusão, em um mesmo indivíduo, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo teve sua origem na escravidão e se consolidou com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terras de 1850.

Paralelamente, Stédile (2005) afirma que o Brasil não conheceu movimentos sociais camponeses até 1850, porque até então os camponeses não eram organizados em classe. Deste modo, Stédile considera que o

movimento camponês se desenvolveu e se tornou atuante de 1850 até 1930, período que se caracterizou por dois eventos importantes: o primeiro evento foi a implantação do modelo agro-exportador, baseado no modelo do *plantation* (fazendas com grandes extensões de terra, dedicada à monocultura e utilização de mão-de-obra escrava); o segundo evento foi a luta pela libertação dos escravos e a crise do modelo econômico agroexportador. Ainda segundo Stédile o nascimento da burguesia, a partir da revolução de 30, foi importante para compreender a questão camponesa no Brasil. Stédile afirma que o modelo de desenvolvimento via industrialização do país, implantado por Vargas nos anos 30, passou a exigir espaço econômico para a pequena produção camponesa, tendo ocasionado um aumento na proliferação das unidades camponesas. Da mesma forma, Medeiros (2002) observa que o período do pós-guerra foi caracterizado pela universalização de categorias como lavradores, trabalhadores agrícolas, e camponeses, o que permitiu o reconhecimento social e político desses trabalhadores. Essa universalização permitiu o reconhecimento dos direitos sociais, trabalhistas e políticos destes trabalhadores, produto este de um conjunto de lutas sociais, baseadas em concepções de direitos, possibilitando ao segmento se constituir como classe.

Segundo Oliveira (2001), foi a partir das décadas de 1950 e 1960 que as ligas camponesas se formaram no país como resposta à intensificação da violência no campo e à expulsão de milhares de camponeses do campo para a cidade, uma consequência do processo de modernização da agricultura brasileira. No governo do presidente João Goulart (1961-1964), iniciou-se um processo de reforma agrária que foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Os militares instituíram o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, porém a reforma agrária nunca saiu do papel, mesmo depois da promulgação do Estatuto da Terra, considerada por Oliveira como uma “lei morta”. Para Bergamasco e Norder (1996) a intensificação da luta pela terra teve como resposta as políticas fundiárias criadas na década de 60; nesta época, o termo “assentamento” começou a ser utilizado quando a população do meio rural começava a ser expulsa em larga escala para os centros urbanos.

Por outro lado, Oliveira (2001) esclarece que ao longo da história, a legislação fundiária brasileira fortaleceu a contradição representada pela

propriedade privada da terra retida para fins não-produtivos, onde grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de grupos econômicos, funcionando como reserva de valor ou como reserva patrimonial, o que produz uma estrutura fundiária concentrada. Esta contradição do modelo capitalista, especialmente no campo gera, por outro lado, novas formas de resistência e luta pela terra. Como fruto desta resistência, nos anos 1980 foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento que inaugurou nos anos 1980 e 1990 uma nova forma de luta pela terra para reivindicar ao Estado a desapropriação de terras e a realização da reforma agrária, baseada na instalação de acampamentos e assentamentos rurais em terras improdutivas.

Deste modo, uma série de autores (Sigaud, Rosa e Macedo, 2008; Sigaud, 2004; Rosa, 2009; Fernandes, 2001) demonstraram que as ocupações de terras tornaram-se uma importante forma de acesso à terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializaram a luta, conquistando terra e territorializando indivíduos que foram desterritorializados pelo movimento de avanço do capital. As ocupações são uma forma social particularmente diferente das modalidades de luta anteriores e apresentam um conjunto novo de símbolos e procedimentos; esta forma social nova tem processos próprios de constituição, a partir da mobilização das famílias (Sigaud, 2004).

Neste sentido, o MST pode ser compreendido como pertencente aos novos movimentos sociais que, na abordagem de autores como Touraine (2002), Melucci (1989) e Offe (1988) têm como propósito a construção de uma nova sociabilidade, para fazer frente aos mecanismos de controle social implementados pelo Capitalismo global. Neste sentido, não visam à tomada do poder pela conquista do Estado, mas na constituição de espaços não institucionais, a partir dos quais procuram afetar hábitos e valores como forma de interferir coletivamente nas orientações políticas do Estado. Assim, o MST se identifica com os novos movimentos sociais na medida em que seus objetivos extrapolam a mera conquista da terra, incorporando a luta contra o modelo econômico vigente, que tende a conduzir a vida e produção através dos interesses do capital. Como forma de se opor ao controle social promovido pelos agentes do capital, o MST desenvolveu uma forma particular na



educação dos indivíduos, que tem como fundamento, a busca pela autonomia pessoal e do coletivo, transformando a luta pela construção de uma nova sociabilidade, que extrapola a conquista da terra. O movimento se baseia na criação de uma identidade própria, a de Sem-terra, que é criada a partir da consciência comum da condição de excluídos. Isto demanda um processo de aprendizado, que tem como objetivo a transmissão de valores, que tornam as relações sociais mais solidárias. A identidade Sem-terra se manifesta por meio de símbolos, como as bandeiras, as lonas pretas das barracas e os hinos e poesias. Estas formas permitem a valorização da identidade rural e propiciam empoderamento aos sem-terra. O empoderamento, segundo Pereira (2007) se expressa na libertação de todas as formas de dependência do ser, através de ações coletivas desenvolvidas pelos indivíduos quando estes participam de espaços privilegiados de decisões e de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência tende a se fazer forte frente à iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular em que o indivíduo se encontra, possibilitando assim a aquisição da emancipação individual e da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e da dominação política.

Assim, com o propósito de contribuir para o entendimento do processo de reforma agrária no Norte Fluminense, a presente dissertação tem como objetivo apresentar uma análise da dinâmica de formação dos acampamentos, identificando as relações sociais, as redes de interdependência e os conflitos gerados no interior deste processo, e seus reflexos na formação dos assentamentos. Neste sentido, parte-se do pressuposto que a formação dos acampamentos foi permeada por conflitos, e pela formação de redes de interdependência e solidariedade que revelam a complexidade das relações estabelecidas no seu interior. Assim sendo, tanto o processo de formação dos acampamentos quanto o de consolidação dos assentamentos são assumidos como sendo um produto histórico, que sintetiza um conjunto de relações políticas, sociais e econômicas que resultam das diferentes trajetórias de vida e de trabalho dos participantes da luta pela reforma agrária.

Outro pressuposto importante é o de que no processo de territorialização da luta pela reforma agrária, os acampamentos se tornaram importantes

espaços de socialização, dado que mobilizaram uma série de indivíduos e famílias de diferentes origens, e que na luta pela terra construíram uma nova identidade política. Assim, os acampamentos enquanto espaços de socialização constituídos pela mobilização de indivíduos interessados na conquista da propriedade da terra tiveram um importante papel na construção da subjetividade dos assentados, no sentido de garantir-lhes maior liberdade e autonomia frente às relações autoritárias as quais eles estavam submetidos. Deste modo, na pesquisa que deu suporte a esta dissertação considerou-se que a subjetivação construída no acampamento foi promovida através de uma reeducação do indivíduo no sentido da adoção de uma postura coletiva, que deveria substituir a suposta postura individualista que antecedeu o engajamento na luta pela reforma agrária.

Assim, a premissa que se adotou na pesquisa foi a de que a existência de ações coletivas nos assentamentos dependeria da interação política ocorrida na fase de acampamento. Neste sentido, a pesquisa buscou, ainda, verificar a existência de estratégias de organização coletiva nos assentamentos como forma de constatar o nível de participação dos assentados na organização comunitária e nas lutas empreendidas pelos movimentos sociais que atuaram no processo de reforma agrária no Norte Fluminense após ingressarem em seus lotes.

Por outro lado, a organização interna dos assentamentos rurais é uma realidade complexa, porque os diversos atores envolvidos na organização possuem interesses muita das vezes conflitantes, uma vez que estes indivíduos trazem para o assentamento vivências e modos de vida diversos, bem como maneiras diferentes de planejar e vivenciar as atividades cotidianas dos lotes. Estas diferenças se manifestam ainda na fase do acampamento e geram divergências entre seus participantes. Assim, as relações sociais gestadas ainda na fase acampamento se tornam princípios demarcadores da organização social e produtiva do futuro assentamento. Neste sentido, o período do acampamento é um princípio organizador que acaba se expressando no cotidiano dos assentamentos.

A partir deste contexto marcado por relações contraditórias entre interesses e representações sociais no processo político de formação dos

acampamentos e a necessidade da consolidação de ações coletivas efetivamente democráticas que propiciam empoderamento a estes sujeitos, esta dissertação teve como objetivo avaliar dois aspectos fundamentais do processo de reforma agrária na região Norte Fluminense: 1) os elementos que controlam a dinâmica política da formação dos acampamentos, identificando as relações sociais, as redes de interdependência, possíveis conflitos entre os atores sociais, e possíveis reflexos na organização dos assentamentos, e 2) o papel das lutas empreendidas pelos movimentos sociais e das experiências de ações coletivas no acampamento para a consolidação de uma identidade coletiva no assentamento.

No sentido de guiar a leitura da dissertação, a discussão de seus fundamentos teóricos e de coleta e análise dos dados empíricos, o trabalho foi organizado em cinco capítulos, descritos a seguir. O capítulo I traz uma revisão sobre a teoria dos novos movimentos sociais, abordando as perspectivas teóricas de Allan Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe e Ilse Scherer-Warren. Em sequência, apresenta uma discussão teórica relacionando o estudo dos movimentos sociais à discussão sobre identidade e conflito nas perspectivas de George Simmel, Manuel Castells, Stuart Hall, Tomaz Silva, Kathryn Woodward, Candido Grzybowski e António Fernandes. Além disso, uma análise sobre identidade e movimentos sociais será executada utilizando-se a abordagem da noção de sujeito nas ciências humanas, ancorada nos escritos de Allan Touraine, François Houtart e Perry Anderson.

O Capítulo II apresenta uma discussão acerca das origens e perspectivas do MST, abordando a relevância do movimento na luta pela terra do Brasil, com maior importância para a forma de luta empregada pelos sem-terra a partir das ocupações de terras, objeto de análise da pesquisa realizada. Neste sentido, abordou-se o papel do MST no processo de ocupação de terras na região Norte Fluminense, área de estudo da presente dissertação, destacando-se a construção da identidade sem-terra, analisando o MST a partir da sua dimensão cultural.

O Capítulo III é dedicado à apresentação dos instrumentos utilizados para a obtenção dos dados empíricos da pesquisa. Este capítulo inclui também a descrição da área de estudo da pesquisa, o instrumento de coleta de dados

(entrevista semi-estruturada) e as principais variáveis, além dos procedimentos de análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

O Capítulo IV é dedicado à análise dos resultados encontrados. As variáveis selecionadas na realização das 20 entrevistas foram analisadas de modo a compreender a dinâmica política na interface acampamento/assentamento, com o intuito de identificar as redes de interdependência e os conflitos no processo de constituição do acampamento e os possíveis reflexos na organização do assentamento rural. Por fim, a conclusão apresenta uma síntese acerca das principais questões observadas, baseada na perspectiva de que as experiências travadas nos acampamentos de reforma agrária são princípios demarcadores das relações sociais predominantes nos assentamentos rurais.

## CAPITULO 1

### O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO



Foto 1 - Assentado do Francisco Julião durante colheita do aipim para ser destinado ao programa Fome Zero.

O objetivo deste capítulo é buscar respaldo teórico para compreender como ocorre a construção do sujeito no processo de formação dos acampamentos de reforma agrária, no sentido de entender quais são as práticas sociais que dominam a vida cotidiana dos indivíduos, fazendo com que eles redimensionem os seus valores e concepções de mundo, e permitam adquirir maior autonomia e poder de decisão, fundamentais para a consolidação de relações democráticas, que permitam a superação de práticas individualistas em prol de uma postura coletiva. Neste sentido, para compreender a formação do sujeito no processo de luta pela reforma agrária,

empreendida através das ocupações de terra, este capítulo expõe uma discussão teórica acerca dos novos movimentos sociais, entendendo que o processo de constituição do sujeito se dá através da sua participação em movimentos sociais, pois o indivíduo através da sua participação política em movimentos sociais consolida um tipo de identidade onde há maior espaço para ações coletivas. Neste sentido, um aspecto principal e complementar a análise do sujeito é a temática exposta neste capítulo da identidade, trazendo, deste modo, a compreensão de que nos movimentos sociais a elaboração dos sujeitos históricos está associada à afirmação das diferentes identidades. Por fim, o capítulo traz uma discussão acerca das condições efetivas de formação de um novo sujeito social através da articulação das lutas sociais, por meio de redes de movimentos sociais.

### **1.1 – A teoria dos novos movimentos sociais**

Os novos movimentos sociais são caracterizados por um tipo de ação coletiva orientada para a construção de um novo sujeito coletivo em arenas distintas daquelas tradicionalmente definidas pela concepção liberal clássica de democracia. Por “novos” movimentos sociais compreendem-se os movimentos de mulheres, ecológicos, contra a fome e o racismo, sinalizando um distanciamento em relação aos movimentos sociais iniciados no século XIX, que possuíam um caráter classista, de base social demarcada, como exemplo os movimentos sindicais e operários, que giravam em torno do mundo do trabalho (Alonso, 2009; Siqueira, 2002; Cohn, 2003).

Neste marco, a teoria dos novos movimentos sociais teve início, como demonstra Alonso (2009), no debate suscitado pela agitação política e social do final da década de 60 e início da década de 70, tendo como seus principais teóricos Alain Touraine; Jürgen Habermas; Alberto Melucci; Manuel Castells, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, autores que deram aos movimentos sociais uma interpretação efetivamente cultural, voltada para a construção de novas identidades; embora possuíssem interpretações diferentes, eles compartilhavam do mesmo argumento central, que segundo Alonso seria uma mudança macro-estrutural que teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Deste modo,

emergiu uma nova sociedade e novas formas de sociabilidade, suscitando novos debates e agentes para as mobilizações coletivas.

Alain Touraine é um sociólogo francês, líder da corrente francesa da teoria dos novos movimentos sociais. O seu trabalho está baseado na Sociologia da Ação, ou no “acionalismo” dos atores coletivos. De fato, Touraine considera a Sociologia a ciência do estudo da ação social e da capacidade desta de direcionar o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, Touraine considera que a sociedade molda o seu próprio futuro através de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais. É sobre este prisma que Touraine coloca a idéia da Sociologia de uma sociedade pós-industrial. Touraine desenvolve o estudo da ação social por meio da análise dos novos movimentos sociais, por considerar que os elementos centrais da transformação social e política deixaram de ser a empresa capitalista e o proletariado. Na sociedade pós-industrial o elemento central na produção está no conhecimento e na informação. Deste modo, o conflito passa a se constituir através do controle destes elementos. Assim, os conflitos de classe não são mais centrais nesta sociedade, abrindo espaço para os conflitos de ordem cultural.

Habermas, por sua vez, é um dos principais articuladores, dentro da teoria dos novos movimentos sociais, de teorias fundadas nos discursos dos agentes, propondo uma reação ao estrutural-funcionalismo, ao retomar as vertentes de Karl Marx e Max Weber, onde na abordagem micro retrata os atores e na vertente macro se preocupa com a sociedade. Deste modo, argumenta Lima (2008) que Habermas, apoiado na teoria micro centra o seu discurso na preservação da liberdade individual, afirmando a capacidade que tem o ator de agir livremente contra posições definidas seja em termos materiais ou culturais. Neste sentido, o individuo pode se constituir como um agente transformador da ordem vigente, levando à construção de alianças e formações de redes sociais e culturais. Segundo Lima, Habermas amplia a sua contribuição na construção teórica do paradigma dos novos movimentos sociais quando atribui dois papéis aos movimentos sociais: o primeiro de fator dinâmico na formação de identidade social e o segundo como potencial de expansão dos espaços públicos da sociedade civil. Além disso, Habermas identifica os novos movimentos sociais como estando relacionados com a

qualidade de vida, igualdade de direitos, auto-realização individual, participação e direitos humanos. Habermas ainda foi o primeiro teórico contemporâneo, junto com Theodor Adorno, Felix Guattari, Giles Deleuze e Michael Foucault, a sustentar formulações e estudos relacionados aos movimentos sociais alternativos (e.g.; ecológicos, feministas, de homossexuais, de negros, pela paz etc.), influenciado pela Escola de Frankfurt.

Diferente de Touraine e Habermas, Melucci realiza uma abordagem dos novos movimentos a partir de uma análise psicossocial da ação coletiva, considerando os movimentos sociais não como agentes, mas como uma forma de ação coletiva. Em sua obra Melucci se preocupa, antes de Touraine e Habermas, em produzir uma teoria da identidade coletiva, sendo, portanto um teórico contemporâneo da teoria da identidade. Segundo Lima (2008) a sua contribuição está em construir o conceito de identidade coletiva e analisar os movimentos sociais como um processo negociado apartado das estruturas das desigualdades existentes. De acordo com Alonso (2009), Melucci constrói uma nova teoria da ação coletiva, utilizando de mecanismos micro e macrossociológicos que vinculariam o novo padrão da sociedade. Deste modo, Alonso esclarece que Melucci define os movimentos sociais não como agentes, mas como uma forma de ação coletiva, derivada de uma série de oportunidades e constrangimentos que possuem organização, lideranças e estratégias. Deste modo, os movimentos sociais, na perspectiva de Melucci consistiriam no processo de construção de uma identidade coletiva, que teria um fim em si mesmo. Deriva daí a idéia de que os movimentos sociais seriam expressivos.

Para Gohn (2008) embora estes autores compartilhem de um mesmo argumento central, eles fazem parte de correntes teórico-metodológicas diferentes quanto à análise do paradigma dos novos movimentos sociais. A primeira corrente, segundo Gohn é a corrente acionalista, que tem Alain Touraine como seu máximo expoente. Alberto Melucci, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau fazem parte da segunda corrente: psicossocial. Claus Offe, por sua vez, utiliza uma abordagem histórico-política, seguindo a teoria crítica iniciada pela Escola de Frankfurt, apropriando-se de categorias neomarxistas e além de realizar uma crítica as abordagens micro. Habermas juntamente com



Foucault é considerado herdeiro direto da Escola de Frankfurt. Ambos utilizam de teorias fundadas no discurso dos agentes. Por fim, Castells realiza uma abordagem histórico-estrutural dos movimentos sociais, através de uma análise contemporânea neomarxista. Entretanto, o debate de Castells está relacionado às questões urbanas, tendo sua teoria se tornado conhecida como os movimentos sociais urbanos (Gohn, 2008; Alonso, 2009; Lima, 2008).

Como argumenta Offe (1988) os movimentos sociais, especialmente os novos, se constituem como sintomas do conflito presente na própria sociedade, na medida em que se caracterizam pela conquista da efetivação de demandas sociais, que implicam na igualdade de direitos associada ao direito à diferença e, portanto à justiça social. Neste sentido, os novos movimentos sociais têm como origem a representação de interesses de determinados grupos sociais, e não mais de classes sociais economicamente demarcadas. Foi efetivamente Offe quem elaborou as bases conceituais dos novos movimentos sociais ao responder às críticas e ponderações levantadas sobre a crise da “sociedade do trabalho”. Segundo Princen e Finger (1994), adotando a perspectiva de Offe, os novos movimentos sociais emergiriam num espaço de política não-institucional, sendo, portanto expressão de um período de transição. Conseqüentemente os movimentos sociais ajudariam a politizar a sociedade civil, possibilitando ao sistema político estender suas atividades.

Assim, a idéia dos movimentos sociais de Offe é funcionalista, em que os movimentos sociais têm basicamente duas funções: contribuir à politização da sociedade civil, e ajudar o sistema político a tornar-se atento e adaptar-se aos novos desafios trazidos pelo desenvolvimento industrial (Princen e Finger, 1994). Portanto, estes novos movimentos não significariam o enfraquecimento do sistema político, como defende Cohn (2003), porque a emergência dos movimentos sociais tomaria forma exatamente no âmbito dos próprios problemas sociais e não no da coletividade política.

Segundo Gohn (2008) as bases sociais dos novos movimentos sociais, na perspectiva de Offe, provem especialmente das camadas médias, onde atuam em nome da coletividade, em função de conteúdos que tratam dos direitos humanos, da paz, da ecologia, das discriminações, das formas alienadas de trabalho. Os valores básicos defendidos são a autonomia pessoal e identidade

em oposição às formas de controle centralizadas. Neste sentido, os estudos e reflexões sobre os movimentos sociais são orientados na direção da transformação dos conflitos sociais, que não mais ocorrem em nome do cidadão ou do trabalhador, e que os conduziam a grandes lutas contra um aparelho de dominação e contra um certo tipo de desenvolvimento, mas em nome da coletividade. Deste modo, os novos movimentos sociais tendem a não ser interpretados como uma força de oposição na construção de um novo poder, mas sim como força de oposição que se definem como tal, porém sem objetivar a construção de um novo modelo de sociedade e de Estado. É nesta direção que Offe aponta os valores defendidos pelos atores sociais dos novos movimentos sociais: como parte do repertório da cultura dominante.

Outro importante teórico dos novos movimentos sociais, Touraine (2002) também discute a emergência deste fenômeno social, no âmbito da análise da ação social coletiva. Nesta perspectiva, os movimentos sociais são definidos como ações coletivas que derivam de um conflito central na sociedade, que leva um sujeito a se colocar em luta contra o triunfo do mercado e contra o autoritarismo e defende um modo diferente de uso dos valores morais; o conflito central na nossa sociedade passa a ser determinado pelo controle dos modelos culturais, deslocando a centralidade do conflito, que na sociedade industrial estava no âmbito econômico.

Esse deslocamento teria ocorrido em função de novas formas de dominação do sistema capitalista, que passou a controlar os bens culturais, por meio do controle da informação e por uma tecnocracia. Com a interpenetração de técnicas na cultura, as distinções entre o mundo privado e o mundo público teriam se nublado, fazendo com que o conflito, antes restrito ao plano econômico, avançasse para a vida privada. Deste modo, os atores sociais em conflito não teriam uma base social demarcada, não se definindo mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os novos sujeitos não seriam mais identificados como classes sociais, mas como grupos marginalizados pelos padrões de normalidade sociocultural. Neste sentido, estes atores pretenderiam mudar as orientações valorativas da sociedade, portando construir um novo projeto cultural. Este projeto pretenderia democratizar as

relações sociais, a partir de uma mudança nos costumes, sendo gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (Touraine, 2002).

Melucci (1989) também propõe uma redefinição de movimentos sociais e ações coletivas, ao considerá-los não como fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas, derivados de um sistema de ação. Os novos movimentos sociais, fruto das contradições que se acentuam no sistema capitalista nas últimas décadas, redefinem a motivação dos atores sociais em conflito, deslocando a orientação do campo econômico para o campo cultural. Neste sentido, segundo Melucci, eles envolvem grupos sociais mais diretamente afetados pelo desenvolvimento do sistema capitalista que promove uma intervenção crescente nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades, articulando as estruturas econômicas, políticas e culturais. O sistema não pretende apenas assegurar o controle sobre os bens “materiais”, mas também sobre os bens culturais, ações e valores individuais, tentando controlar todas as dimensões da vida cotidiana. Deste modo, a função dos atores nos conflitos é revelar os projetos, anunciar à sociedade que existe um problema fundamental numa determinada área, lutando para aumentar sua participação no sistema, e assim poder ressignificar e reorientar a ação social. Para tanto, propõem novos projetos simbólicos e culturais à sociedade, no intuito de modificar a vida dos indivíduos.

Por sua vez, Scherer-Warren (2006) define os novos movimentos sociais como redes sociais complexas que conectam de forma simbólica e solidarística os sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, definindo o campo de conflito e seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. Scherer-Warren estabelece uma distinção entre as noções de ações coletivas e de movimentos sociais. O conceito de ações coletivas se refere a toda forma de ação reivindicativa ou de protesto realizada através de vários tipos de grupos sociais. Esta abordagem se apresenta abrangente porque diz respeito, desde as atuações mais restritas e locais, como é o caso de uma ONG, às de maior alcance na esfera pública, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Tais ações são reforçadas pelo fato de no geral os movimentos sociais, sobretudo na América Latina, estarem vinculados a situações de carências. Segundo Scherer-Warren (2008) são as situações de carência, transformadas em representações simbólicas das necessidades de determinado grupo, o fator nuclear de organização dos diferentes grupos em movimentos sociais. Noutro termo, os movimentos sociais surgem da articulação das demandas materiais cotidianas dos sujeitos-base das lutas, contendo o sentido subjetivo destas privações tais como estigma, discriminação, desvalorização pessoal e coletiva etc., que traduzem as demandas específicas e particulares em ideários mais amplos, que se incluem em relações de desigualdades e discriminações históricas diferenciadas.

Em consequência destas carências, os movimentos sociais tendem a mobilizar e organizar seus membros na busca de objetivos materiais e imateriais; para isto, buscam maior autodeterminação no interior do Estado. Neste sentido, os movimentos sociais acabam por se constituir em novas formas de sociabilidade, tendo como objetivo a transformação da sociedade civil; entretanto, a busca por maior dinamismo da sociedade civil se dá no interior das próprias regras do jogo do poder político. Segundo Cohn (2003) esta transformação ocorre num contexto de forte debilidade da soberania do Estado na definição das políticas nacionais, aumentando o descompasso entre as políticas econômicas e sociais dos Estados e aquelas que passam a ser determinadas pela economia global. É através desta argumentação que Offe (1988) assinala que o comportamento dos ativistas destes novos movimentos é justificado devido à incapacidade das instituições políticas e econômicas de atuar sobre as privações dos sujeitos base.

Partindo deste ponto, o MST poderia ser relacionado como um movimento dos novos movimentos sociais, ao criar um novo sujeito social que adota uma nova concepção política, que segundo Almeida (2009) busca lutar no seu cotidiano contra as amarras da alienação. Almeida coloca que, ao questionar a estrutura fundiária, o MST criaria a compreensão acerca das estruturas político-econômicas que produzem a espoliação, desfazendo as amarras da alienação política. Isto conduz também as condições para a explicitação dos conflitos

sociais, onde se permite o questionamento da ordem social e econômica vigente (Almeida, 2009).

O caráter deste movimento, não seria apenas mobilizador, mas com pretensões transformadoras: a busca da transformação de uma ordem até então vigente para os trabalhadores sem os direitos de acesso e de permanência na terra. É um movimento que visa à transformação da situação de concentração fundiária, de ilegalidade das terras, de improdutividade, de miséria, de ressignificação dos valores culturais do trabalhador rural. Os movimentos sociais rurais são uma forma de busca de uma consciência coletiva de luta pela terra (Grzybowski, 1990).

## **1.2 Conflitualidade e identidade coletiva nos movimentos sociais**

O entendimento acerca das razões que levam um indivíduo a participar de um movimento social perpassa não somente questões objetivas, tais como a posse da terra ou o fim da exclusão social, mas também por questões culturais, pela personalidade de cada indivíduo, pelas frustrações e desejos na vida cotidiana. Neste trabalho, considera-se que é no espaço do acampamento, no processo de resistência e luta pela terra que o indivíduo constrói uma nova identidade. Deste modo, a análise do conceito de identidade poderá ser útil para compreender a formação do sujeito coletivo no interior do processo de luta pela terra. Cabe ressaltar que o conceito de identidade é amplamente discutido nas Ciências Sociais e, ao longo do tempo, agregou diversas versões de cunho psicológico, filosófico, antropológico ou sociológico. A opção feita nesta dissertação foi de por expor as perspectivas adotadas por Manuel Castells; Stuart Hall; Georg Simmel; Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward, por entender que a contribuição destes autores para os estudos da identidade nos permite analisar o MST a partir de uma perspectiva cultural, portador de uma nova identidade social, construída a partir do conflito com as identidades dominantes.

Na obra de Castells (1999) o conceito de identidade é entendido como “fonte de significado e experiência de um povo”, onde os atores sociais dão origem à sua identidade pelo processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou um conjunto de atributos culturais interrelacionados.

Castells dividiu o conceito de identidade em três formas, quanto ao resultado de cada uma delas na constituição da sociedade: a) identidade legitimadora; b) identidade de resistência e c) identidade de projeto. A identidade legitimadora dá origem à sociedade civil construída pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação. Ela está presente em atores estruturados e organizados. A identidade de resistência, por sua vez, leva à formação de comunidades. Esta identidade é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pelo processo de dominação, dando origem a formas de resistência coletiva diante das opressões sofridas. Entretanto, o tipo de identidade mais importante, e que norteia este trabalho, é a identidade de projeto, que é a construção de uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, através da transformação de toda estrutura social. Esta identidade produz sujeitos que se tornarão atores sociais coletivos, onde o indivíduo se reconhece em si mesmo, compreendendo todas as potencialidades na sua experiência. A construção desta identidade possibilitará a constituição de um novo projeto de vida, que permite a transformação da sociedade.

Entretanto, estes três tipos de identidade não são estáticos, podem sofrer mudanças na sua estrutura. Como assinala Castells (1999) uma identidade que começa como resistência pode se transformar em projeto, ou mesmo tornarem-se dominantes na instituição da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras. Segundo Castells, as identidades se constituem fontes de significado de um processo de individuação. Neste sentido, os significados são definidos como sendo a identificação simbólica de um ator social acerca da finalidade da sua ação. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e relações de cunho religioso, sendo assim, toda identidade é construída.

Simmel (2006) demonstra que a identificação simbólica acerca da finalidade da ação é determinada pela diferenciação do indivíduo em relação ao outro, mais do que pela semelhança com o indivíduo que possui a mesma identificação simbólica. Deste modo, cada individualidade se reconhece como

indivíduo na medida em que se contrapõe ao outro. Assim, explica Simmel, ao estabelecer laços de solidariedade e unidade com um grupo o indivíduo busca se diferenciar do outro, construindo, deste modo, uma identidade com o grupo que preserva na contraposição ao outro grupo.

De maneira análoga, Woodward (2000) argumenta que a identidade é relacional: sua existência só é possível quando há um fator externo a se contrapor, outra identidade da qual se diferenciar. Defendendo a mesma posição, Silva (2000) coloca a identidade e a diferença dentro de um mesmo patamar: a identidade, numa visão simplista, pode remeter a uma autoafirmação; para Silva, a identidade se refere ao que o indivíduo é, uma característica dependente, um “fato” autônomo. Da mesma forma, a diferença é uma afirmação sobre aquilo que o outro é; assim, somente se fazem afirmações identitárias quando a diferença existe, derivando disto que a identidade é uma produção discursiva. Nesta perspectiva, é possível se afirmar que a identidade se constrói a partir da negação de outras identidades, ou seja, das diferenças. Para Silva a identidade é um produto da diferença, e não o contrário: *“na origem está a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação”* (Silva, 2000, p.2).

Afirmar uma identidade ou marcar uma diferença é um processo de produção simbólica e discursiva, definindo-se como uma relação social, portanto estando sujeito a vetores de forças, a relações de poder. Assim, elas não são simplesmente definidas, mas impostas. Deste modo, a afirmação da identidade e da diferença é um objeto de disputa entre grupos sociais simetricamente situados relativamente ao poder, estando envolvida uma disputa mais ampla pelos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Na demarcação de uma identidade, como forma de se opor a outra identidade na relação de poder, o indivíduo estabelece classificações que tende à hierarquização dos grupos (Silva, 2000; Hall, 2000). Ao hierarquizar, o indivíduo torna a sua identidade normal, ou seja, atribui a esta identidade todas as características positivas possíveis, avaliando deste modo, as demais identidades como negativas. A identidade normalizada não é vista como uma identidade dentro do conjunto de várias outras, mas como ‘a identidade’.

Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais (Silva, 2000).

As características presentes no conceito de identidade podem ser associadas à definição de comunidades imaginadas, de Hall (2006). Embora sejam utilizadas através de uma perspectiva de identidades nacionais, não excluem as características de identidades culturais. Segundo Hall, as identidades nacionais não pertencem à natureza essencial do indivíduo, sendo, portanto não essencialistas, *“mas são formadas e transformadas no interior da representação”* (Hall, 2006, p. 48). Mais forte do que o pertencimento a uma certa nação ou a um certo grupo, é a idéia de como ele foi criado, baseado em um sistema de representação cultural. Desta forma, Hall argumenta que a identidade nacional é formada por uma série de elementos discursivos que marca a diferença em termos de características físicas, língua, religião, costume, tradições, sentimentos de 'lugar', como marcas simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro. Apesar das diferenças internas de um povo, a nação através destes elementos discursivos busca unificar este povo em uma mesma identidade cultural.

Entretanto, essa unificação pode afetar a singularidade cultural de um determinado grupo, tornando-o marginalizado. Segundo Woodward (2000), os movimentos sociais surgiram neste contexto, sendo definidos por uma política de identidade, que visa afirmar a identidade cultural dos grupos marginalizados e oprimidos por meio da mobilização política. Essa política tem como base reafirmar a singularidade cultural de um determinado grupo, assim como realizar uma análise da opressão deste grupo. Para tanto, a política de identidade dos novos movimentos sociais busca na história as raízes da opressão e marginalização, fazendo da identidade um produto da história.

Baseado em Woodward (2000) é possível definir que os movimentos sociais lutam para reafirmar, no âmbito da sociedade, identidades marginalizadas, contrapondo-se as negações sociais da identidade dominante, ou seja, reafirmam valores negados pelos padrões socioculturais. Deste modo, a identidade mostra-se como um fator de luta, de conflito, um modo como determinado grupo quer ser representado.



Neste sentido, Fernandes (1993) coloca que o conflito é um agente importante na afirmação da identidade. O conflito é analisado como sendo uma ação recíproca na medida em que causa ou modifica comunidades de interesses, como organizações e movimentos. Por este motivo, a diferenciação é mecanismo de afirmação das identidades. Assim, o conflito tem uma função criadora e integradora, que desperta a identidade do grupo em contenda, servindo de base à luta social. Neste contexto, os movimentos sociais surgem quando os conflitos atingem uma energia que não pode ser contida pelas agências reguladoras, ou em áreas de difícil institucionalização.

Grzybowski (1990) exprime este conflito como derivado de uma tensão dialética entre a negação e independência em relação aos outros, e a afirmação e construção de uma identidade social própria. Esta tensão expressa entre alienação e identidade é o elemento constitutivo dos movimentos sociais. No fundo desta tensão está a oposição à violência e à arbitrariedade dos sujeitos dominantes que acaba por moldar os sujeitos das lutas. No contexto dos movimentos sociais no campo, muito deles se formam, segundo Grzybowski, na afirmação dos direitos contra a prática vigente nas relações patrão/empregado. A identidade coletiva se forma, neste caso, pela consciência comum entre os trabalhadores rurais do resgate aos direitos sociais. O conhecimento dos direitos se torna um saber coletivo usado como identidade e como expressão de sua segmentação real (Grzybowski, 1990).

Deste modo, as identidades coletivas são formadas no decorrer do processo histórico. Analisando o contexto dos movimentos sociais rurais, como MST, é dentro dele que muitos sujeitos se agregam na construção de uma identidade de grupo, durante o processo de luta e de resistência para a conquista do objetivo almejado. Entretanto, quando conquistam a área definitiva, parece haver uma volta ao 'ser individual', em decorrência das necessidades de sustentabilidade econômica na terra, não sobrando tempo para os assuntos de interesse coletivo. De acordo com Fernandes (1993) e Offe (1988), as identidades coletivas formadas no interior dos conflitos sociais se constituem em espaços não institucionalizados, ou de transição. No âmbito da luta no campo, a formação dos acampamentos são espaços de expressão das lutas políticas e, portanto de construção de identidades coletivas; se

tomarmos o processo de luta e formação dos acampamentos como espaços de transição, a institucionalização vem em decorrência da posse efetiva da terra, o que poderia explicar o recuo das lutas políticas dos trabalhadores rurais quando ingressam nos seus lotes.

A leitura destes diferentes autores, permite entender a identidade coletiva como sendo formada no interior de um grupo determinado, através de elementos discursivos (histórias de vida, aspirações, desejos e situações sociais comuns), cognitivos (conhecimento das causas da exploração e opressão pelos grupos dominantes) e das ações concretas, elementos que somente serão possíveis desde que ocorram ações interativas entre indivíduos que se identificam como sem-terra, no caso dos acampamentos e assentamentos, objetos deste estudo; assim, o que se coloca é que a identidade coletiva é formada pelas ações comunicativas e interativas entre indivíduos que, em muitos casos, são conduzidas inicialmente por agentes externos, tais como igreja, partidos políticos e movimentos sociais.

Por fim, é possível entender a identidade através de uma dupla concepção. Primeiro, a identidade é uma unidade individual, que se forma em um processo relacional de diferenciação com o outro. Esta diferenciação do outro e a afirmação de sua identidade são frutos de um processo histórico, definidos por sua vivência, sua prática social, e no que Touraine (2002) chama de subjetivação (auto-identificação), ou seja, de domínio e consciência de si e de suas ações. Em segundo, este processo de subjetivação é que permitirá ao indivíduo se identificar com um determinado grupo, formando uma identidade grupal. Neste caso, a diferenciação não se dará individualmente, mas de modo grupal; o indivíduo reconhece no outro, através das ações interativas, elementos comuns. Assim, os elementos trajetória histórica, desejos, projetos de vida, necessidades, sonhos, práticas sociais, experiências de carências e exploração, dentre outros, ajudarão a consolidar uma identidade coletiva. Cabe agora, definir melhor os termos em que se estabelece o sujeito histórico dentro da modernidade e a contribuição dos novos movimentos sociais para a construção deste sujeito.

### 1.3 A construção do novo sujeito histórico

De acordo com Touraine (2002), o sujeito social emerge como liberdade e como criação, sendo produto da modernidade e se constitui pela racionalidade e pela subjetividade. Neste sentido, esclarece Touraine, a modernidade é um produto ao mesmo tempo da racionalização (supremacia da eficiência da racionalidade instrumental) e da subjetivação. A subjetivação significa a libertação do homem de todas as formas de dependência, seja em relação a Deus, à natureza, ou aos valores transcendentais, ou seja, “*é a penetração do sujeito no indivíduo*” (Touraine, 2002, p. 222) Assim, o homem somente se constrói como sujeito quando passa a ter controle sobre a sua própria vida, domínio e consciência de suas ações.

Assim, o indivíduo na condição de sujeito age como ator social, no sentido que se insere nas relações sociais, não para agir em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, herdado pela tradição ou dado pela produção, mas para agir no sentido de modificar o meio ambiente material e, sobretudo social. Neste caso, o indivíduo, como sujeito, não desempenha papéis sociais em concordância com a ordem social estabelecida, mas recria estes papéis, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, e fundamentalmente as relações de dominação, impostas pela racionalidade, que tende a transformá-lo em produto e consumo da sociedade atual. Neste sentido, o sujeito passa ser o princípio central de resistência a todas as formas de poder autoritário na sociedade moderna, principalmente as formas totalitárias ou de burocracias que falam pela sociedade.

Entretanto, o triunfo do sujeito não pode ser feito em oposição à razão. Em outras palavras, a consciência não pode se opor à racionalidade instrumental e nem a racionalidade instrumental pode se opor à consciência individual. Ocorre, porém que a modernidade vem se caracterizando pelo triunfo da racionalidade instrumental sobre a subjetivação, o que produz, para Touraine (2002), uma modernidade dividida, quebrada em duas partes. Esta ruptura se verificou no final do século XIX com a formação em escala internacional da economia financeira e industrial, que opôs o sistema ao ator, tendo dois pontos principais: desinstitucionalização (enfraquecimento das normas legais) e dessocialização, colocando de um lado a economia global e

de outro uma moral social que atribui mais importância à sexualidade e a busca da comunidade. Isto se daria porque, enquanto a economia global atribui importância central à racionalidade, a sexualidade e a comunidade são fundamentais na transformação do sujeito, pois remetem a uma experiência individual, permitindo o desenvolvimento da personalidade, que é ao mesmo tempo uma vivência pessoal, uma relação com o outro e uma consciência de si mesmo.

Em outras palavras, a modernidade dividida opõe de um lado a sociedade de produção e de consumo de massa, de empresas e de mercados (animadas pela razão instrumental) e de outro lado o desejo individual e a defesa da identidade coletiva (vida e consumo). Esta modernidade dividida é a negação do próprio sujeito, do não reconhecimento dele como construtor do mundo, na medida em que ela sobrepõe a racionalidade instrumental à subjetivação.

Neste sentido, a recomposição da sociedade está no estabelecimento de vínculo entre a racionalização e a subjetivação, de complementaridade e de oposição, ou seja, entre razão e sujeito. A oportunidade de recompor a modernidade está em combater tanto o triunfo da racionalidade instrumental, que conduz ao totalitarismo e à opressão, quanto o da subjetivação, que conduz à falsa consciência. Assim, para Touraine (2002) o sujeito e o grupo podem construir autonomia, na medida em que se reconhecem enquanto tal, pelo esforço em combinar os universos da instrumentalidade e da identidade.

No entanto, o sujeito se afirma reconhecendo o outro também como sujeito, na medida em que ser sujeito implica reciprocidade, combinação do desejo com empatia, porque é esta relação recíproca e amorosa que se contrapõe aos determinismos sociais. Este reconhecimento dá ao indivíduo o desejo de ser ator, de inventar uma situação ao invés de conformar-se com ela, de não se submeter a uma ordem social, porque é somente quando o indivíduo sai de si mesmo, se liberta da consciência de si, e se relaciona com o outro, não no interior da sua posição social, mas como sujeito, que ele é projetado para fora do seu próprio eu, de suas determinações sociais, tornando-se livre. Neste contexto, Touraine (2002) argumenta que a família e a escola exercem um papel fundamental na construção do sujeito, pois a família é o lugar da subjetividade e a escola, o da racionalização. É a junção destes dois universos

que permite a emergência do sujeito. Da mesma forma que a relação amorosa, o engajamento militante, na defesa dos pequenos grupos, das minorias, favorece a libertação que molda outros do poder do Estado e das instituições na vida social e cultural, moldando os indivíduos aos papéis definidos, sufocando-os enquanto sujeito.

Deste modo, o sujeito não corresponde a uma identificação consigo próprio, mas a uma rebeldia em relação às regras, ao mundo impessoal do consumo, da violência. Neste sentido, o sujeito se traduz em empoderamento, e referência para instituições que prezam pela liberdade. Portanto, é necessário compreender que o indivíduo se transforma em sujeito quando se põe como ator e criador de sua vida, sendo capaz de transformar o seu meio, natural, social e cultural, e consegue combinar a razão instrumental com a imaginação criadora, e não sobrepor uma à outra. O sujeito introduz a liberdade num meio marcado pelo determinismo social.

Sendo assim, a discussão sobre movimento social passa por um chamamento ao sujeito. Touraine (2002) define o chamamento ao sujeito como uma resistência a uma dominação social contra a qual se invocam valores, orientações gerais da sociedade. Neste sentido, o sujeito ou a construção do indivíduo como ator só existe como movimento social, como contestação da ordem. Na sociedade contemporânea, a resistência ao poder se apóia na defesa do sujeito. Diante da impossibilidade de reconhecer um adversário no conflito, o Touraine argumenta que o chamamento ao sujeito é um processo de identificação e não mais de identidade, e se verifica onde a lógica das técnicas e do mercado entra em conflito com a lógica do sujeito.

Para complementar o esforço de reflexão sobre a produção do novo sujeito histórico no contexto dos novos movimentos sociais, Houtart (2007) coloca uma série de questões para análise. Para Houtart, o novo sujeito histórico nasce em função dos desafios do presente, estendendo-se ao conjunto de grupos sociais submetidos ao processo de acumulação capitalista. Incluem, portanto, os que formam parte da “subsunção real do trabalho pelo capital”, usando aqui uma expressão marxista, referindo-se aos chamados antigos movimentos sociais de trabalhadores, e os que integrariam o grupo dos subsumidos formalmente, ou seja, os “novos movimentos sociais”. Esse novo

sujeito histórico, popular e plural, deve ser pensado como uma multiplicidade de atores sociais. Esse processo de construção plural, múltiplo, autônomo, marca esse novo sujeito como democrático. Nessa perspectiva, os operários terão um papel importante, mas compartilhado com os novos grupos atingidos pela expansão da lógica capitalista. Trata-se, segundo Houtart de um sujeito no sentido pleno da palavra, incluindo a subjetividade redescoberta, abrangendo todos os seres humanos, constituindo a humanidade como sujeito real.

Para Houtart (2007) os movimentos sociais assumem uma fundamental importância na construção de um novo sujeito social, mas para isso concorrem duas condições preliminares: “*ter a capacidade de uma crítica interna com o fim de institucionalizar as mudanças e assegurar uma referência permanente aos objetivos*”; 2) “*captar os desafios da globalização, que por sua vez são gerais e específicos ao campo de cada movimento*” (Houtart, 2007, p. 6). Em outras palavras devem buscar congregar os interesses de todos os que são vítimas do neoliberalismo globalizado. Outra condição necessária à construção do sujeito social pelos movimentos é que eles se definam como a sociedade civil ‘de baixo’, conforme concebeu Antônio Gramsci, ou seja, como lugar das lutas sociais. Deste modo, os movimentos sociais podem fugir da armadilha perpetrada pela ofensiva semântica dos grupos dominantes e suas instituições, tais como o Banco Mundial, para os quais sociedade civil e a restrição do papel do Estado são coisas inseparáveis. Anderson (2007) caminha nesta mesma perspectiva, quando propõe que a resistência e a ação dos movimentos se dêem a partir da produção de idéias que permitam traçar um programa de ação política, que não seja imposto de cima, mas sim como uma força desde baixo, como o exemplo destacado por Anderson, do movimento Zapatista, que produziu novas formas de ação e comunicação, reorganizando atos, palavras, e símbolos, e que foi capaz de desequilibrar o sistema, mais do que em qualquer outra parte do continente, ainda que o próprio Anderson reconheça suas enormes limitações. Anderson argumenta que a reinvenção de idéias da esquerda está na criação de forças nacionais como estas e na realização de eventos tais como o Fórum Mundial Social.

Casanova (2003) corrobora com esta perspectiva ao argumentar que as minorias étnicas se constituíram em sujeito histórico quando se tornaram

capazes de compreender a realidade concreta em sua especificidade e em suas novidades históricas. Casanova considera o sujeito como capaz de descobrir o mundo atual e as linhas do mundo alternativo e a construir. Casanova ainda ressalta que estas mudanças se deram tanto nas regiões periféricas quanto centrais, protagonizadas pelos movimentos tradicionais e pelos novos movimentos sociais. Entretanto, Casanova dedica importância fundamental aos movimentos étnicos por terem sido capazes de combinar as antigas formas de resistência das comunidades com uma articulação à maneira de redes muito variadas. Estas redes não estão, contudo, restringidas aos indígenas que constituem tais movimentos étnicos, como os Zapatistas, mas são formadas por trabalhadores, estudantes, intelectuais, populações urbanas marginalizadas, e outros gêneros de novos movimentos sociais, como os ecologistas. A constituição de movimentos em redes e organizações autônomas do tipo Zapatista é um instrumento novo e qualitativamente superior de luta com capacidade de enfrentamento ao sistema dominante. Ao mesmo tempo, é um processo de articulação e reestruturação destas forças sociais heterogêneas que dão um valor necessário à autonomia e à dignidade. Estas redes seriam sustentadas por sistemas de comunicação, desde meios eletrônicos como forma de revanche contra-hegemônica dos mais distintos lugares e territórios, até formas presenciais de comunicação.

Esta interação permite espaços de reflexão, criação e ação, que expõe várias formas de pensar, sentir e expressar-se. Esta comunicação interativa é possível a partir do respeito às diferenças, sejam em relação às crenças, às ideologias e às filosofias, voltadas para a “descolonização da vida cotidiana e dos momentos estelares da comunidade crescente, esboço de uma humanidade organizada” (Casanova, 2003, p. 27). Segundo Scherer-Warren (2006), o diálogo com diferentes atores sociais instrumentaliza a defesa de um sujeito plural, que faz a articulação de diferentes projetos e demandas. Assim, através dessa articulação em rede é possível construir uma agenda de debate de temas transversais, que relacionam as várias faces da exclusão social e a demanda de novos direitos. Para Scherer-Warren, a construção do novo sujeito histórico se traduz em empoderamento dos indivíduos através da sua participação nas organizações de base local e nas mobilizações, seja na esfera

pública ou global, nos fóruns e redes da sociedade civil e nos conselhos setoriais. Assim, os movimentos sociais desenvolvem práticas de participação ativa dos indivíduos no sentido de opinarem e contribuírem para a formulação de propostas, reafirmando e consolidando as identidades coletivas, os simbolismos e místicas das lutas, e os projetos e utopias. É nestes espaços que o empoderamento político e simbólico das organizações de base local se constroem de forma efetiva.

Em suma, a transformação dos trabalhadores rurais em sujeitos históricos está associada à construção de uma identidade coletiva. Neste sentido, a construção do sujeito passa a ser a procura do próprio indivíduo, de uma identidade, no sentido de ser ator da sua própria vida, de ter a coragem de protestar contra a ordem vigente e proteger os direitos dos indivíduos. O objetivo dos movimentos sociais é criar novos sujeitos históricos ao estabelecer uma identidade coletiva que dê autonomia ao indivíduo, no sentido do reconhecimento de si mesmo. Determinante neste processo social de construção de um novo sujeito histórico através da ação dos movimentos sociais é a expressão de uma concepção transformadora de mundo, que pressupõe uma perspectiva utópica, porém baseada na práxis, que como alerta Houtart (2007) uma utopia não ilusória, mas como construção coletiva e permanente, resultado da luta destes novos sujeitos históricos. Neste sentido, faz se necessário a participação do ser humano em processos coletivos para que ele possa vivenciar experiências que promovam a consciência de autonomia, despertando-o para a busca da subjetividade.



## CAPÍTULO 2

### O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST



**Foto 2 – Bandeira do MST marcando o local onde foi localizado o primeiro acampamento organizado na região Norte Fluminense.**

Neste capítulo, o objetivo é apresentar uma discussão teórica que aborde as origens e perspectiva do MST, destacando a sua relevância dentro do contexto dos movimentos sociais no campo e os mecanismos de resistência adotados pelos trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. Deste modo, a discussão teórica neste capítulo se concentra na análise do mecanismo de resistência adotado por meio das ocupações de terra e, sobretudo da montagem dos acampamentos rurais, por compreender que esta forma particular de resistência e pressão sobre o Estado é capaz de agregar indivíduos de diferentes origens e motivações em uma mesma identidade. Neste sentido, a abordagem realizada sobre o MST destaca a construção da

identidade sem-terra, através da elaboração de uma consciência comum de situação de carência e exclusão social. A elaboração da identidade sem-terra permite avançar na discussão acerca das características do movimento, considerando-o como uma comunidade imaginada e o colocando dentro do contexto dos novos movimentos sociais. Estas discussões permitem, por fim, analisar os conflitos de representação social manifestados no interior dos acampamentos/assentamentos, fruto do contraste entre o projeto de ressocialização empreendido pelo MST nos acampamentos rurais e os distintos projetos de vida que movem os indivíduos para as ocupações de terra.

## **2.1 – Origens e perspectivas do MST**

Como demonstrado por Fernandes (1999) o campo é um importante palco de conflitos sociais, desde os primórdios da colonização brasileira. Nos dias de hoje, em função do aprofundamento da concentração de terra no país, os conflitos entre trabalhadores rurais e sem-terra tem se acirrado. Os atores deste conflito se apresentam como posseiros, bóias-frias, parceiros, arrendatários e grandes latifundiários, que em muitos casos mantém a terra apenas para especulação ou possuem documentação ilegal de posse da terra. Entretanto, Fabrini (2002) argumenta que os dois agentes principais da luta pela terra no Brasil são os trabalhadores rurais e os grandes latifundiários. De um lado, a luta se dá pelo direito a plantar e sobreviver através da terra e, do outro lado, pelo direito a especular e expropriar a renda capitalista da terra. A contradição entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários, como colocado por Fabrini, surge da necessidade de expropriação e expulsão do trabalhador da terra para transformá-la em renda capitalista. Este conflito entre os interesses está fora dos setores agrícolas, residindo no enfrentamento ao mecanismo de transferência de renda para o capitalista do banco, da indústria ou do comércio. Deste modo, os camponeses, uma vez subordinados às relações capitalistas de produção, se constituem em uma fração da classe trabalhadora, já que são atingidos pela ordem capitalista de exploração e distribuição do produto social, assim como os trabalhadores assalariados em geral. .

É no interior do antagonismo entre a necessidade de expansão do

capitalismo e da reprodução do modo de vida camponês que surge a resistência camponesa; a partir desta luta os trabalhadores rurais vão construindo o seu lugar social. São inúmeros os exemplos de lutas camponesas no território brasileiro, como por exemplo, os movimentos de resistência indígenas, como a Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras, de resistência negras, como os quilombos, o movimento de Canudos, do Contestado, As Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem-terra, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (Fernandes, 1999). Neste cenário de lutas camponesas, impõe-se com força a ação dos trabalhadores rurais sem terra.

Segundo Caldart (2001), Stédile e Frei Sergio (1993), o MST surgiu da articulação de lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país, sendo aos poucos expandida por todo território nacional. Stédile e Frei Sergio citam fatos já conhecidos que ocorreram nos estados do Rio Grande do Sul (Fazenda Macali e Brilhante); Santa Catarina (Fazenda Burro Branco); São Paulo (Fazenda Primavera); Mato Grosso, onde houve despejo de famílias parceiras, e Paraná, com a construção da barragem de Itaipu. Embora vitoriosas, estas lutas foram iniciativas isoladas, não havendo contato com as lideranças. A partir dos anos 80, as lideranças destas mobilizações passaram a se reunir na Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi a principal artífice do encontro dos vários líderes das lutas pela terra para discutir suas experiências e propor uma estratégia conjunta de ação política. Como resultado dessa articulação, foi realizado em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o I Encontro dos Sem-Terra, encontro este que representou a fundação do MST.

Lewin et. al. (2005) destacam a importância do trabalho prévio realizado pela CPT, o de mobilização da população sem-terra, no período que se estende de 1979 a 1984, durante o regime militar. A função da CPT foi, neste período, de doutrinação e organização dos trabalhadores sem-terra, estabelecendo uma integração entre a massa rural e a religião católica, mas levantando também questões relativas às problemáticas sociais, discutindo os meios de superação destes problemas através da conscientização da luta contra os latifundiários. A CPT se transformou em um importante mediador na

construção de uma identidade de luta e resistência já que, através de um discurso religioso, ajudou a construir um entendimento comum entre os trabalhadores despossuídos: o da necessidade de lutar por seus direitos. Isto gerava um sentimento de igualdade diante da exploração que sofriam os trabalhadores rurais, articulando posições de sujeito em uma identidade de sem-terra.

O trabalho de base promovido pela CPT, de acordo com Lewin et. al. (2005), foi importante no sentido de conceder o suporte ideológico que seria necessário na criação do MST. Outra importante herança da CPT herdada pelo MST foi a tradição de luta deixada pelas Ligas Camponesas e suas práticas de organização, que juntamente com o sindicalismo rural, promoveram lutas de sobrevivência dos camponeses e dos trabalhadores rurais contra a exploração dos grandes proprietários de terra, a partir de 1946, se estendendo por todo período democrático, sendo interrompido, em 1964, pela instalação do regime militar.

Após este primeiro encontro, realizado em 1984, outros foram realizados em abrangência nacional, estadual e regional. Nestes encontros foram eleitos os primeiros líderes do movimento, nas três dimensões, que passaram a coordenar o movimento. Também foram definidos os princípios do MST e três grandes objetivos foram destacados: luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta por uma sociedade mais justa.

Stédile e Frei Sergio (1993) esquematizam de forma resumida os cinco fatores que determinaram o surgimento do MST: 1) fatores econômicos - decorrentes da concentração de terras e da modernização da agricultura durante o regime militar: com o processo de modernização da agricultura, a mão-de-obra no campo foi paulatinamente substituída por maquinários agrícolas, produzindo uma massa de contingente populacional desempregada; ademais, a modernização da grande propriedade baixou os custos de produção inviabilizando a manutenção do pequeno agricultor no mercado; 2) fatores sociais – os trabalhadores excluídos da agricultura migravam, seja para as cidades, seja para outras regiões do país, principalmente do norte, devido à política de colonização da região; posteriormente, a migração deixou de ser uma saída para esses trabalhadores, devido ao fracasso da colonização

(condições precárias de vida, falta de apoio à produção, etc.), principalmente na Amazônia. Por outro lado, os empregos nas cidades sofreram redução devido à estagnação da industrialização; 3) fatores políticos – o trabalho da CPT foi fundamental para a conscientização da necessidade de se organizarem para lutarem pela terra; 4) surgimento de um novo sindicalismo – alguns sindicatos deixaram de exercer a simples função assistencialista e passaram a apoiar o movimento; 5) processo de abertura política – o clima de liberdade de expressão possibilitou a organização de movimentos sociais, ligados, sobretudo à questão agrária, entre os quais o MST.

Segundo Stédile (1997), o MST se orienta por linhas políticas gerais, em termos de cultura, respeito à diversidade regional e priorização do mercado local. Em termos de cultura, o movimento tem como objetivo reconhecer e estimular as práticas culturais locais, deixadas pelos antepassados. Quanto ao respeito à diversidade regional, o movimento estimula a adoção de uma postura coletivista na produção, através da cooperação agrícola; contudo, o grau de cooperação depende da consciência política e da realidade social de cada região, podendo ser um simples mutirão (embora neste caso o resultado da colheita seja em um lote individual) até formas mais complexas de cooperação agrícola. Por último, o mercado dos produtos alimentícios está ligado não somente aos recursos que a natureza local proporciona, mas também aos hábitos alimentares e à cultura da região; assim, o MST possui como política a priorização do mercado local.

De forma complementar, Almeida (2009) coloca que o MST se formou no bojo da constituição dos novos movimentos sociais num momento de abertura política e ruptura com a ordem autoritária e repressora. As características destes novos movimentos sociais, desta forma também do MST, é a existência de uma nova compreensão da sociedade e uma insatisfação coletiva, mediados não somente por relações de classe, mas, também, por relações religiosas e culturais. Neste sentido, Almeida enfatiza que o MST criou um novo sujeito social que adotou uma nova concepção política, buscando lutar no seu cotidiano contra as amarras da alienação. Desta forma, possui formas de organização baseadas na auto-gestão e auto-representação, bem como utiliza como forma de luta as ocupações de terra, onde o objetivo é questionar a

estrutura fundiária, propiciando com isso a compreensão acerca das estruturas político-econômicas que produzem a espoliação o que, segundo Almeida, proporciona também as condições para a explicitação dos conflitos sociais, onde a postura classista do Estado se torna evidente.

Por sua vez, Leite e Dimenstein (2010), ao analisar o MST no contexto dos novos movimentos sociais, enfatizam que as ações do movimento extrapolam os interesses de lutas localizadas, já que incorporaram outras reivindicações de escala planetária em sua agenda, tais como a do combate às sementes transgênicas, do desenvolvimento sustentável, da agroecologia, da biodiversidade, da educação, saúde, produção, a luta contra o aquecimento global. Assim, o movimento atua no sentido de contestação da ordem econômica dominante, objetivando construir um novo modelo de produção e relacionamento. Assim como os demais movimentos sociais da atualidade, o MST pretende construir uma nova sociabilidade, calcada na produção coletiva e na organização política dos assentamentos rurais em formato de rede. Nesta ótica, as ações do movimento são orientadas para uma apropriação, por parte de seus integrantes, das suas formas de agir, pensar e desejar, já que é nesse âmbito que os sistemas de controle operam. Neste sentido, Leite e Dimenstein destacam a forte presença no movimento de um conteúdo cultural bem como de sua atuação expandida ou em rede como componentes presentes nos novos movimentos sociais, em função de um contexto em que profundas mudanças na ordem mundial (avanço do capital sobre o campo, integração dos mercados, reestrutura tecnológica, dominação da ordem cultural, política e econômica, pela atuação conjunta da tecnocracia e da mídia) acabam provocando novos arranjos nas formas de luta social, aos quais o MST se insere.

Deste modo, Caldart (2001) prefere propor uma análise do MST a partir da sua dimensão cultural, destacando a importância de elementos de ordem simbólica na formação e consolidação do movimento. Caldart destaca elementos importantes do movimento como a força dos seus gestos, a postura dos seus militantes, a riqueza de seus símbolos. Aborda a capacidade dos seus líderes em formar uma coesão social entre diversos segmentos sociais marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista, e criar uma única

identidade social, a de sem-terra. Para a Caldart, a criação desta identidade social tem como finalidade a universalização, ou seja, tornar a sociedade como um todo; neste sentido, o movimento busca educar a sociedade não apenas para que reconheça a necessidade de reforma agrária, mas para que assuma bandeiras de luta cada vez mais amplas, o que teria levado a uma identificação crescente com o movimento. Para isto, o movimento criou uma pedagogia popular que mistura elementos místicos da prática religiosa do homem do campo a valores culturais do mundo rural, e uma disciplina de produção apoiada em uma organização rígida. A capacidade de criação de uma identidade social que se reflete numa coesão social se deve ao maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra, o que segundo Grzybowski (1990) se reflete em maior homogeneidade nas formas de luta em vários conflitos particulares.

Para Fernandes (1998), outro traço distintivo do MST em relação à maioria dos movimentos sociais no campo brasileiro é a capacidade de territorialização nacional. O MST é um dos únicos movimentos de atuação nacional, capacidade que foi alcançada por meio do dimensionamento dos espaços de socialização política, transformando-os em espaços de luta e resistência. Estes espaços são materializados na ocupação de terra, sendo assim, condição da territorialização; cada terra conquistada é uma fração do território, onde o movimento organiza os grupos de famílias para realizarem uma nova ocupação em uma outra fração de terra, ampliando e territorializando a luta pela terra. Deste modo, o movimento migra para diversos espaços do território nacional ocupando terras improdutivas, derrubando a estrutura concentrada da terra.

### 2.1.1 - O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na região Norte Fluminense

Segundo Alentejano (2005a), o MST se inseriu na região Norte Fluminense no contexto de desarticulação econômica, produto da crise do setor canavieiro e consequente subutilização das terras das antigas usinas de cana. A economia da região do Norte Fluminense foi caracterizada historicamente pela predominância da atividade canvieira sendo, portanto,

uma região de forte identidade com a produção agrícola, especialmente a cultura da cana. Mas esta forte predominância agrícola traz em seu bojo outra faceta da região: a forte concentração fundiária e consequente desigualdade social. De acordo com Medeiros et. al. (2009), a concentração fundiária se intensificou durante todo o século XX em decorrência da modernização agroindustrial e dos incentivos dados pelo governo militar à produção de álcool, nos marcos do programa de substituição dos combustíveis derivados do petróleo (Pró-Álcool), quando verificou-se um intenso processo de modernização das usinas de açúcar e a construção de destilarias de álcool acopladas a estas, proporcionando uma concentração não só agrícola, mas também industrial.

Entretanto, o processo de modernização foi limitado por uma série de fatores, tais como, o pequeno estoque de áreas planas e férteis, a inexistência de órgãos de pesquisa que sustentasse a introdução de novas tecnologias, a falta mão-de-obra barata, bem como a falta de uma competição intercapitalista que estimulasse a modernização. Como consequência disto, as inovações se concentraram na produção industrial, financiadas pelo Programa de Racionalização da Agroindústria e pelo Pró-Álcool (Programa Nacional do Álcool), tendo a agroindústria adquirido uma capacidade muito superior de processamento da produção em relação à oferta de matéria-prima, fato que provocou ociosidade e endividamento das usinas. Com o fim dos programas de incentivo à produção de álcool, a maioria das usinas foi à falência (Medeiros et. al., 2009). Este cenário tornou propícia a atuação do MST, que naquele momento não somente reivindicava a divisão das terras tornadas improdutivas devido à falência das usinas, mas incorporou também as demandas dos trabalhadores das usinas que reivindicavam o pagamento de dívidas trabalhistas.

Foi deste modo, segundo Macedo (2006), que a Baixada Fluminense, região que anteriormente concentrava a maior parte das ações do MST, cedeu lugar de protagonista para o Norte Fluminense na questão de luta pela terra. Com a falência de diversas usinas de cana-de-açúcar, a região se tornou o epicentro das ações do movimento, especialmente porque a falência das



usinas elevou a concentração de terras improdutivas, piorando o cenário de desemprego e pobreza.

Gonçalves (2004), ao analisar a ocupação da Fazenda Capelinha em Conceição de Macabu, a primeira da região a ser ocupada pelo MST, argumenta que a crise da economia canavieira colocou em xeque o poder dos usineiros e pecuaristas, através da desestruturação das alianças de poder econômico existentes, o que provocou a reconfiguração do pacto territorial regional realizado entre estes dois grupos. A quebra do discurso hegemônico do usineiro alterou as relações sócio-espaciais, representando uma brecha para a formulação de outros discursos protagonizados por bóias-frias, desempregados, e trabalhadores rurais. Isto colocou em disputa o controle de poder pelo uso do território devido à nova configuração que ele assumiu, quando outros grupos de poder, até então marginalizados passam a atuar no campo das forças decisórias. Este processo abriu terreno para a atuação do MST, da CPT e de diversos sindicatos rurais na região.

Deste modo, o processo de ocupação de terras no Norte Fluminense se deu em terras das antigas usinas sucroalcooleiras falidas, sendo a primeira ocupação em 1996, a da Fazenda Capelinha em Conceição de Macabu, município cuja principal atividade econômica era a açucareira. Segundo Gonçalves (2004) diante da falência da Usina Victor Sence, um grupo formado por ex-trabalhadores da usina que não haviam recebido seus direitos trabalhistas e por sem-terras da região, se organizou e ocupou a fazenda. Um ano depois, em 1997, a fazenda foi desapropriada por pressão dos trabalhadores organizados pelo MST. Esta primeira ocupação deu início a uma série de outras organizadas pelo MST, principalmente no município de Campos dos Goytacazes, em terras de antigas usinas, sendo que uma das mais importantes ocupações no município se deu nas terras da antiga Usina São João, onde hoje está instalado o Assentamento Zumbi dos Palmares. O MST, ao se instalar na região formou uma série de alianças com sindicatos e organizações como a CPT, provocando a generalização das ocupações como instrumento de luta pelo retorno ao campo de trabalhadores rurais, que expulsos do campo, haviam se abrigado nas periferias das cidades.

Alentejano (2005a) afirma que estas ações do MST demonstraram uma mudança no perfil de atuação do movimento, já que ao atuar em um Estado com alta taxa de urbanização como é o Rio de Janeiro, teve de incluir em seus processos de luta pela terra os moradores de periferias urbanas. Com esta inflexão no perfil dos participantes, o MST distanciou-se do que seria sua base, originalmente composta por pequenos produtores expropriados (Alentejano, 2005a); nas ocupações sistemáticas de terras de usinas de cana falidas, o MST incorporou em suas bases uma imensa massa desempregada de bóias-frias e de moradores da periferia das cidades, que diante da dificuldade de encontrar trabalho no meio urbano apostaram no Movimento como alternativa de vida.

Alentejano (2005b) argumenta que diante do avanço do MST, o setor alcooleiro procurou alternativas à crise do setor, de modo a fazer frente à ofensiva do Movimento. A oligarquia canavieira buscou, diante das dificuldades de retomada do Pró-Álcool, alternativas produtivas que preservassem seu poder na região, como por exemplo, o pólo de fruticultura irrigada. Assim, diante de um cenário de ocupações de terra e tentativas do setor alcooleiro de se reerguer, a região Norte Fluminense se tornou um dos pólos de disputa em torno de um projeto de ordenamento territorial no Rio de Janeiro, só que com um diferencial, segundo Alentejano: é a única região do Estado onde um projeto popular de ocupação de terra para realização da reforma agrária tenta se afirmar, uma vez que nas demais regiões os processos de ordenamento territorial não afetam diretamente o monopólio do capital. Neste sentido, Alentejano esclarece que os projetos de ordenamento territorial representam o domínio do capital sobre o espaço fluminense. Embora na região Norte Fluminense este padrão não seja tão diferente, o atraso econômico em face das demais regiões paradoxalmente está, de certo modo, permitindo a consolidação de um projeto de controle territorial alternativo ao capital financeiro.

Medeiros et. al. (2009) destacam que a atuação do MST no Rio de Janeiro não derivou apenas pelo aumento da concentração de terras improdutivas no Norte Fluminense, mas também da importância fundamental do Estado no plano nacional, dada a concentração de meios de comunicação

de grande alcance e de artistas e intelectuais, que ajudam a tornar o movimento visível para a opinião pública. Além disso, a atuação do movimento no Estado, e especialmente na região Norte Fluminense, atendeu ao projeto de territorialização (Fernandes, 1998) do próprio movimento em todo país.

## **2.2 - A gênese das ocupações e da forma acampamento**

A dinâmica de luta pela reforma agrária, estabelecida a partir do surgimento do MST em 1984, é de que todos que participam de movimentos devem montar um acampamento, e a partir deste momento iniciar o processo de reivindicações junto ao Estado. Assim, nos últimos anos a demanda pela reforma agrária tem se dado com base nesta fórmula, desenvolvida como forma de pressionar o Estado a realizar a desapropriação de terras improdutivas e a promover a territorialização de indivíduos despossuídos dela<sup>1</sup>. A aplicação desta fórmula é iniciada a partir das ocupações de terra, com a montagem de acampamentos organizados que são mediados por movimentos sociais ligados à organização da luta pela terra. Desta forma, o MST entende que, para que as demandas dos movimentos sociais sejam atendidas, é necessário que existam as ocupações, e, sobretudo, os acampamentos (Sigaud, 2005).

Como consequência, Vendramini (2005) enfatiza que a organização da vida no acampamento coloca novas rotinas para os acampados em todos os sentidos, exigindo um novo aprendizado em relação à forma de viver, já que a organização em comissões e núcleos exige do indivíduo uma forma coletiva de vida e organização; assim, experiência de vida coletiva do acampamento seria um elemento essencial na organização do futuro assentamento.

O acampamento também é apontado como sendo um espaço de expressão e organização política coletiva. Segundo Fernandes (2001) a

---

<sup>1</sup> A categoria 'territorialização' foi emprestada do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes. Segundo Fernandes (2005, p. 27) o território "é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder". Assim, a delimitação do espaço, ou a constituição dos territórios, ocorre a partir da intencionalidade das relações sociais. Os movimentos de criação e expansão do território são chamados por Fernandes de territorialização, sendo a desterritorialização um refluxo deste movimento e a reterritorialização o seu oposto.

organização política decorre da necessidade de sobrevivência, portanto, de uma situação de desigualdade e injustiças no campo. Esta organização depende, para Fernandes, da construção de uma consciência a partir da realidade vivida pelo sujeito envolvido no processo. Segundo Fernandes, o espaço de socialização política possibilitado pela vida dentro do acampamento possui três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. O espaço comunicativo seria aquele do momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos, enquanto que o espaço da interação envolveria as trocas de experiências, do conhecimento das trajetórias de vida, importantes ao reconhecimento da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. Por fim, o acampamento também se apresenta como um espaço de luta e resistência contra a exploração do trabalho.

Por outro lado, diversos estudos etnográficos (Sigaud, Rosa e Macedo, 2008; Sigaud, 2004; Rosa, 2009) tem demonstrado que a forma de demandar a terra por meio das ocupações é uma forma social particular que se distingue das modalidades de luta pela terra realizada anteriormente no país, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988. Embora Rosa (2009) explique que as lutas mais antigas, como as ligas camponesas e as lutas de posseiros são, do ponto de vista sociológico, muito próximas das atuais ocupações de terra, a diferença reside no fato de que esta nova modalidade de luta apresenta um conjunto novo de símbolos e procedimentos, além das mudanças na forma de reivindicação.

Especialmente a partir da Constituição Federal (1988), no seu Artigo 186, com o estabelecimento da legitimidade da desapropriação da terra mediante o não cumprimento da função social da propriedade, que se caracteriza pela improdutividade da terra e pelo descumprimento dos seus quatro incisos (aproveitamento correto da terra e do melhor jeito; uso de todos os recursos da natureza sem destruir o meio ambiente; que patrão e empregado cumpram as leis que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores), as ocupações de terras se generalizaram por todo país, sofrendo um processo de expansão e institucionalização. Segundo Sigaud (2004) as ocupações, os acampamentos e

as desapropriações tornaram-se um fato novo, pois indicaram uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado.

Sigaud (2004), tomando como análise a Zona da Mata pernambucana, que estudou desde fins de 1969, revelou uma guinada do modo de proceder das organizações rurais, que se deu a partir de uma mudança na configuração social existente. Sigaud afirma que não havia um quadro preexistente de conflitos por terra naquela região, mas que foi criado um conflito de terra como forma de reivindicá-la, solicitando posteriormente ao INCRA a sua desapropriação.

Uma conjugação de condições sociais teria favorecido estas mudanças como, a exemplo do acontecido mais recentemente na região Norte Fluminense, uma crise da economia canavieira e a consequente falência de diversas usinas, tornando improdutivas as terras utilizadas por estas usinas. O MST iniciou sua atuação na região nos anos 1990 e, em conjunto com os sindicalistas já atuantes na região, iniciaram as ocupações de terras das antigas usinas. Neste momento, Sigaud (2004) observou uma inflexão na forma de luta dos sindicalistas, que passaram a incorporar em sua agenda de lutas a ocupação de terras para obtê-las. Também lá, o acampamento se tornou uma possibilidade de almejar uma vida melhor para as populações rurais, trabalhadores e desempregados; assim, a 'luta pela terra' entrou no repertório das alternativas de qualidade de vida, tornando-se a gênese de uma nova crença.

Sigaud, Rosa e Macedo (2008) demonstram que a sociogênese desta forma de reivindicação se iniciou nos anos 1960, no Rio Grande do Sul sendo, posteriormente, socializada e expandida para outros estados do Brasil. Sigaud, Rosa e Macedo observaram que em todos os lugares este tipo de reivindicação possuía uma forma comum; os acampamentos possuíam uma organização espacial característica, com barracas de lona preta alinhadas na forma de ruas, regras de convivência, uma divisão do trabalho em comissão, um vocabulário próprio, e elementos dotados de forte simbolismo que constituíam a marca distintiva da forma de reivindicação, como a bandeira do movimento à frente da ocupação e a lona preta a cobrir as barracas. Todos estes aspectos juntos constituíam uma forma social própria, a 'forma acampamento'. Ademais, a

'forma acampamento' instaurava uma linguagem simbólica.

A montagem do acampamento era um tipo de linguagem que, para os sem terra queria dizer que eles postulavam a posse daquela terra, e para o Movimento como um todo, uma orientação ao Estado de que aquela terra era passível de ser desapropriada.

Sigaud, Rosa e Macedo (2008) defendem que a idéia de ocupar nasceu em diversas regiões porque já era contemplada no horizonte dos possíveis, ou seja, os líderes do movimento portavam a idéia da ocupação e, valendo-se de sua legitimidade, construiriam esta idéia nas populações que estavam sobre seu controle ideológico. Ao mesmo tempo, processos históricos se cruzaram nestas diversas regiões, sendo perceptível uma busca pela melhoria da qualidade de vida em face de um processo de exclusão social. Sigaud, Rosa e Macedo relataram também um cruzamento de personagens, isto é, personagens que estiveram em uma região no processo de ocupação foram observados também em outras regiões, o que teria permitido que a linguagem própria do acampamento se territorializasse e expandisse para várias regiões do país. E por fim, a criação do MST em 1984 contribuiu para que a linguagem da forma acampamento fosse progressivamente consolidada.

Partindo de uma perspectiva diferente, Fernandes (2001) aponta que a ocupação de terras no Brasil é uma forma de resistência da classe camponesa contra o processo contraditório do sistema capitalista, que cria e recria o campesinato a partir da subordinação da sua produção ao capital, e que expropria a renda da terra, transformando o camponês em assalariado. Em adição, o capital não reincorpora na produção capitalista na mesma proporção que exclui; assim, boa parte do camponês é excluída. Deste modo, a ocupação de terra aparece como uma forma de reinserção dos excluídos ao mercado. Segundo Martins (1986) A ocupação é uma outra forma de recriação do campesinato e, ao mesmo tempo em que se configura como uma luta contra a exploração capitalista, portanto contra a exclusão, é uma luta para se subordinarem ao mercado, já que a conquista da terra permite ao camponês se reinserir na produção capitalista das relações não capitalistas de produção. Assim, a ocupação de terras subverte a lógica capitalista de recriação e exclusão de formas tradicionais de produção e inverte a tendência de

territorialização do capital provocada pela desterritorialização do camponês.

### **2.3 - A construção da identidade sem-terra: O MST como uma comunidade imaginada**

A perspectiva do MST é elucidativa para apreender como novos enfoques foram elaborados ao longo dos anos em relação à reforma agrária, mas sem alteração da base identitária do movimento que é a luta pela terra, através da formação de uma consciência comum da condição de sem-terra e da necessidade de resistência e mobilização contra as causas da exclusão social. Entretanto, a luta pela terra não se encerra na própria terra. Segundo Lewin et. al. (2005) a luta do Movimento se define como uma necessidade da sociedade de se tornar co-responsável na luta, pois o entendimento da questão agrária não se limita ao campo, mas abrange também as necessidades da cidade. Neste sentido, o discurso do MST contra o modelo econômico e político é legitimado, pois no entendimento das lideranças do movimento, o modelo vigente gera desemprego, exclusão social e miséria na sociedade.

O objetivo do MST é a criação de um novo sujeito social consciente de sua responsabilidade na mudança na realidade do campo, através da construção de uma identidade sem-terra, que converta os trabalhadores despossuídos em uma comunidade em luta, ou seja, em sujeitos coletivos. A identidade dos sem terra, segundo Grzybowski (1990) é moldada na consciência comum de carência e de exclusão social, proveniente do fato de não possuírem a terra. Como qualquer identidade, a identidade 'sem-terra' é uma afirmação política, que fornece elementos teóricos para questionar a estrutura agrária e o processo de desenvolvimento agrícola, e reivindicar junto ao Estado o acesso à terra.

Como uma afirmação política, a identidade sem-terra é demarcada pela diferença. Cruz (2010) afirma que a demarcação da diferença do movimento se dá através de sua marginalização na sociedade. Neste sentido, ser sem-terra significa se opor ao modelo econômico vigente e à elite rural. Este é fator fundamental, segundo Cruz, da existência da identidade cultural do MST. Ao demarcar sua diferença em relação aos outros movimentos (demarcação de fronteiras simbólicas em relação ao outro), o MST se utiliza de discursos,

referenciais históricos de luta pela terra, e demais simbolismos, tais como o uso da bandeira nos acampamentos, a lona preta das barracas e os gritos de guerra utilizados nas manifestações (Cruz, 2010). Como toda identidade marcada através da diferença, a identidade cultural do MST é não-essencialista (Woodward, 2000), pois não é uma identidade fixa e imutável, mas sustentada por meio de um discurso político e ideológico capaz de reunir indivíduos de diferentes trajetórias de vida em torno de um mesmo projeto político.

Wolford (2010) argumenta que a identidade criada pelo MST se aproxima do conceito de comunidades imaginadas, de Benedict Anderson. Anderson (1993) considera a nação como as comunidades imaginadas, portanto como sendo construção de uma identidade nacional. A nação é uma comunidade imaginada, porque seus membros nunca conhecerão jamais a maioria dos seus compatriotas, embora, na mente de cada um viva a idéia de comunhão. De fato, todas as comunidades maiores que uma aldeia onde seus membros possuem contato direto são imaginadas. Assim, a distinção entre as nações é produzida por meio de formas diferentes pelas quais elas são imaginadas

De forma complementar Hall (2006), considera as nações comunidades imaginadas pelo fato da nação ser entendida como um sistema de representação cultural, que extrapola a noção de legitimidade do ser social, pois os indivíduos compartilham uma gama de significados (mitos fundacionais, narrativas, estratégias discursivas). Deste modo, as diferentes pessoas de uma nação são unificadas em torno de uma identidade cultural. A cultura nacional é, assim, um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as ações dos indivíduos quanto a concepção que cada um tem de si; ao produzirem sentidos sobre as ações, contidos nas estórias sobre a nação e nas memórias coletivas, as culturas nacionais constroem identidades.

Na interpretação de Wolford (2010), assim como no conceito de Estado-Nação de Anderson (1993), a comunidade imaginada do MST remonta à origem da exploração da terra, da concentração fundiária e dos quinhentos anos de injustiças que são representados como consequência direta da maneira como o Brasil foi colonizado. Ademais, a comunidade imaginada do MST está baseada na nostalgia do campesinato e na tradição da organização camponesa; na ênfase dada à importância da história de organização no



campo (incluindo o Contestado, as Ligas Camponesas, e Canudos), e a relação com a organização atual; tanto no passado quanto no presente; na necessidade de enfrentar a exploração do trabalhador pelo sistema capitalista na agricultura, que hoje ainda mantém as relações feudais e até de escravidão. Neste sentido, Wolford considera que as ocupações de terra são fundamentais para a criação da identidade do movimento, já que permitem juntar trabalhadores desempregados, professores, camponeses, trabalhadores rurais dentre outros e unificá-los em torno de uma mesma identidade. Além disso, a ocupação cria uma presença na mídia, que torna visível a atuação e o discurso do movimento.

De forma complementar, dentro da tipologia construída por Castells (1999) na distinção dos tipos de identidade vinculados aos movimentos sociais e sua relação com a esfera de ação política, o MST se caracteriza por portar uma identidade de resistência ao considerar que os acampamentos/assentamentos são lócus de uma resistência coletiva, que materializa o processo de ressocialização do homem ao campo; a resistência é, neste caso, representada através da luta dos sem-terra pelo direito de acesso à terra. Mas dada a sua proposta ideológica, suas ações concretas, a mística presente nas ocupações e a sua visibilidade nacional, o MST também efetiva uma identidade de projeto, através da qual o movimento constrói o novo sujeito social, na medida em que concede ao indivíduo o empoderamento – libertação de toda forma de dependência. Neste sentido, os acampados são sujeitos em construção, os quais, na trajetória de acampados a assentados, conquistam autonomia e desta forma tornam-se atores de suas próprias vidas.

### 2.3.1- Dinâmica interna do conflito: as identidades e representações sociais dentro do acampamento e seus reflexos no assentamento

A organização política dos acampamentos tem reflexos na formação do assentamento, afetando as formas de gerir a produção; as possibilidades de acesso à infraestrutura; as formas de uso e apropriação do espaço social que geram conflitos entre os atores sociais heterogêneos. Assim, a compreensão dos conflitos que ocorrem durante o período do acampamento é importante

para que se entenda a dinâmica dos assentamentos. Deste modo, diversas pesquisas (Mejia, 2003; Brenneisen, 2004; D'Incao e Roy, 1995) destacam a forma como estes conflitos se manifestam e suas causas. Ainda conforme estes autores, os conflitos podem se manifestar durante o acampamento de diversas maneiras, seja a partir da constatação das dificuldades enfrentadas ou nas contradições existentes nas relações cotidianas entre os acampados, que se revelam no confronto das representações acerca do uso do espaço e na busca por prestígio e significação. Todos estes conflitos aparecem no processo de formação política ainda dentro do acampamento e podem afetar a dinâmica dentro dos assentamentos.

No que se refere aos assentamentos, Mejia (2003) aponta que os mesmos são formados por diversos atores sociais com agendas políticas distintas, o que implica na construção de diferentes representações do espaço rural e dos possíveis usos que podem ser feitos do mesmo. Entre as categorias constituintes ou influenciando a existência dos assentamentos estão o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os movimentos sociais de luta pela terra e os assentados. Para Mejia, o conflito emerge no interior destas representações e usos do espaço, na medida em que os atores em conflito assumem posições diferentes em relação ao uso do espaço. Mejia argumenta que as representações e identidades dos atores sociais em torno do espaço são construídas de maneira reflexiva, ou seja, as representações são manipuladas para justificar ações que modificam as representações. Assim sendo, nesta relação entre ações e representações do espaço é que se constroem os territórios dos assentamentos<sup>2</sup>. De forma similar, Beledelli e Medeiros (2005) afirmam que historicamente os diferentes grupos sociais estabelecem entre si ligações das mais diversas e criam uma identidade que passa a constituir um espaço, assim apropriando-se de um determinado território. Neste sentido, ao constituir um assentamento os sem-terra constroem uma nova concepção de espaço, criando assim uma nova identidade cultural, processos de organização, produção, lazer, e novas relações com o mundo.

---

<sup>2</sup> Esta argumentação deriva dos postulados de Castells (1999), que aponta as identidades como organizadoras de significados, que viria a ser a identificação simbólica de um ator social acerca da finalidade da sua ação.

Assim sendo, é importante olhar para o assentamento como um movimento sociocultural que se institucionaliza durante o processo de constituição de sua própria identidade (Beledelli e Medeiros, 2005).

O estudo da pesquisadora Brenneisen (2004) também é ferramenta importante na análise dos processos organizacionais experimentados por assentamentos rurais e dos conflitos gerados a partir da sua existência; Brenneisen estudou tais processos em diferentes assentamentos rurais na região oeste do Estado do Paraná. Brenneisen identificou a existência de relações de poder, dominação e resistência no interior destes assentamentos, afirmando também que os assentados foram obrigados a seguir um modelo de produção baseado no trabalho coletivo, imposto pela direção do MST, o que se configuraria como uma violência simbólica, causa de cisões e conflitos das mais diversas ordens. Para Brenneisen, o MST considera os sem-terra como um grupo homogêneo, desconsiderando a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos no assentamento. Para Brenneisen, estas diferenças ficariam suprimidas no tempo de acampamento por estarem todos envolvidos numa mesma condição de marginalização, mas, no entanto, já no assentamento, no período de reconstrução da vida e com a divisão dos lotes, as diferenças apareceram. Como consequência do acirramento dos conflitos entre as lideranças e os assentados, e entre os próprios assentados.

De maneira análoga, D’Incao e Roy (1995), ao estudarem o assentamento da Fazenda Jupira, no município de Porto Feliz/SP, também destacaram a existência de relações de dominação às quais os assentados estão submetidos, o que a seu ver, impossibilita a criação de relações democráticas. Na análise do cotidiano dos assentamentos, D’Incao e Roy observaram que os conflitos e tensões se manifestavam nas formas de exploração do trabalho, no precário estado das máquinas agrícolas, e no funcionamento da associação. Além disso, fatores de ordem cultural também favoreceram a manifestação de relações autoritárias, especialmente aqueles derivados de matrizes ideológicas estruturadas no machismo, no clientelismo e no paternalismo, que seriam próprios da sociedade brasileira. Ainda, segundo D’Incao e Roy, a organização política baseada na tomada coletiva de decisões era frágil, levando a uma invalidação circular, expressa no domínio dos líderes

que controlavam as bases e na incapacidade da base de se livrar do jugo, fazendo da acomodação uma resistência. Para D’Incao e Roy, o discurso moralizador dos militantes foi utilizado para ocultar as práticas autoritárias dentro do assentamento, tendo como objetivo manter a lógica de reprodução das lideranças. Tal invalidação visa o poder, e coloca obstáculos à concretização de experiências democráticas no interior dos assentamentos.

A crítica estabelecida por Brenneisen (2004), e D’Incao e Roy (1995), se direciona ao MST, especificamente em suas formas de manutenção dos assentamentos, de arregimentação de indivíduos para lideranças, e de distribuição de poder no interior dos assentamentos. Entretanto, segundo Nogueira (2007), ao atribuírem ao MST uma característica antidemocrática e enxergarem o conflito como sendo entre dominantes e dominados, os críticos estariam desconsiderando a complexidade das relações sociais, fruto das diversas representações sociais existentes no assentamento, das práticas sociais e das estratégias de luta lá desempenhadas, bem como a forma como o jogo do conflito se estabelece.

Por outro lado, Machado e Gonçalves (2007) colocam que as relações sociais dentro dos assentamentos de reforma agrária são ditadas pelas leis de reprodução da formação social capitalista brasileira, ou seja, as profundas transformações ocorridas na agricultura brasileira tenderam a priorizar os aspectos econômicos e tecnológicos da terra. Neste processo, os assentamentos desenvolveram formas de produção e reprodução social regidas pelo modo de produção dominante. Assim, a necessidade de reprodução econômica dos assentamentos, e principalmente dos lotes individuais, predomina em relação à necessidade de luta para permanecer na terra. Para Machado e Gonçalves, isto representa o predomínio do privado sobre o público, identificando assim a existência de um refluxo político-ideológico das lutas, ou seja, da retração das formas de ação coletiva.

A contradição entre o público e o privado está presente também na contradição entre a forma do trabalho camponês familiar e o contexto de organização dos assentamentos. Segundo Beledelli e Medeiros (2005), a maioria dos assentados entra em conflito quando lhe são impostas formas coletivas ou associativas de trabalho. Este conflito se estabelece em função do

que tiveram como experiência laboral anterior, ou seja, formas individualizadas de trabalho. No entanto, Beledelli e Medeiros colocam que em face destas contradições é necessário um processo de aprendizagem com o novo, buscando conhecimentos teóricos em grupos ou organizações que já experimentaram formas coletivas ou associativas de trabalho e convivência. Além disso, Beledelli e Medeiros argumentam que à medida que a organização dos assentamentos se desenvolve, os camponeses são envolvidos pela própria organização, tomando maior consciência da realidade existente e da necessidade de construir um novo espaço de socialização.

De forma similar, Gallo e Pimentel (2003) afirmam que a base de educação dos sem-terra cria um enraizamento no sentido de participação ativa dos sujeitos, contribuindo para a formação de uma nova identidade que favorece a geração de grupos coletivos de trabalho, mas ao mesmo tempo cria um dilema ao formar grupos coletivos para a luta pela terra, pois estes grupos podem adquirir um caráter autoritário, fato que leva muitos trabalhadores rurais a não aderirem aos empreendimentos cooperativistas. Já a análise de Gallo e Pimentel sobre o trabalho de duas cooperativas indica que o trabalho coletivo é mais viável para os assentamentos do que o trabalho individual, devido à maior capacidade de planejamento da produção e comercialização da produção obtida, enquanto que os assentados que atuam de forma individual acabam tendo de arrendar seus lotes às cooperativas em expansão, bem como vender sua força de trabalho na época da colheita, reproduzindo assim a mesma relação de trabalho que tinham antes da posse da terra, deixando de ser trabalhadores independentes (Gallo e Pimentel, 2003).

De forma complementar, Monte e Pereira (2009) demonstraram a importância da formação do capital social, por meio da participação em associações e cooperativas, para o desenvolvimento e consolidação dos assentamentos rurais o que, por sua vez, acaba sendo fundamental para garantir a viabilidade econômica das famílias assentadas. Monte e Pereira demonstraram que a formação do capital social é determinante na geração de renda familiar no interior dos assentamentos. Além disso, Monte e Pereira mostraram que quanto mais avançado um dado assentamento está no processo de consolidação (i.e.: elaboração do plano de desenvolvimento do

assentamento; concessão de crédito; implantação completa de infraestrutura, financiamento e auxílio técnico; consolidação do projeto de assentamento) maior tende a ser a renda gerada pelos assentados. Este fato indica que a emancipação do assentamento está diretamente relacionada ao seu desenvolvimento, que também depende diretamente do grau de formação do capital social, mostrando que este é fundamental para o sucesso organizativo, econômico e para a manutenção da coesão social nos assentamentos de reforma agrária (Monte e Pereira, 2009).

Deste modo, através dos referenciais teóricos que serão apresentados nesta dissertação, a pesquisa foi orientada a partir das seguintes questões: 1) Até que ponto a dinâmica de formação política dos acampamentos afeta a organização dos assentamentos rurais; 2) Em que medida as estratégias de organização coletiva no acampamento produzem práticas de participação e processos decisórios que atendem as necessidades dos assentamentos rurais.

## CAPÍTULO 3

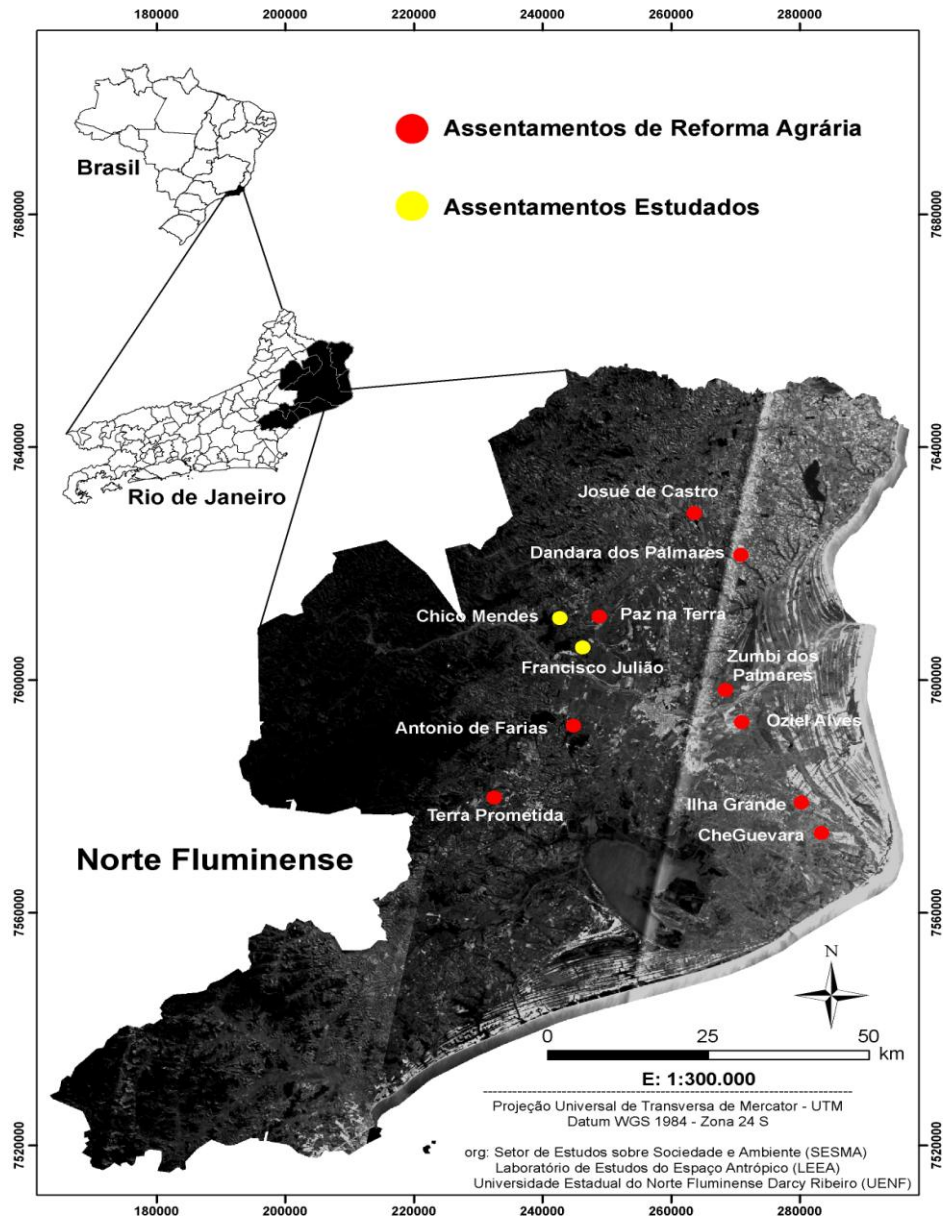
### METODOLOGIA DA PESQUISA



**Foto 3 - Crianças do Assentamento Francisco Julião.**

#### **3.1 - Área de estudo**

A área de estudo abrange dois assentamentos de reforma agrária localizados no município de Cardoso Moreira, região Norte Fluminense: Chico Mendes e Francisco Julião. A escolha destes assentamentos se deu em face de características específicas importantes para a execução da pesquisa de campo, como descrito a seguir.



**Figura 1 - Mapa mostrando em destaque a localização dos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes em relação aos outros assentamentos da região Norte Fluminense.**

Os assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes são relativamente recentes, pois possuem seis anos de existência, e seus respectivos Planos de Desenvolvimento (PDAs) ainda estão em fase de elaboração. Assim, a transição da fase de acampamento para a de assentamento é ainda recente, o que contribuiu para a coleta de dados necessários à análise política da interface acampamento/assentamento.

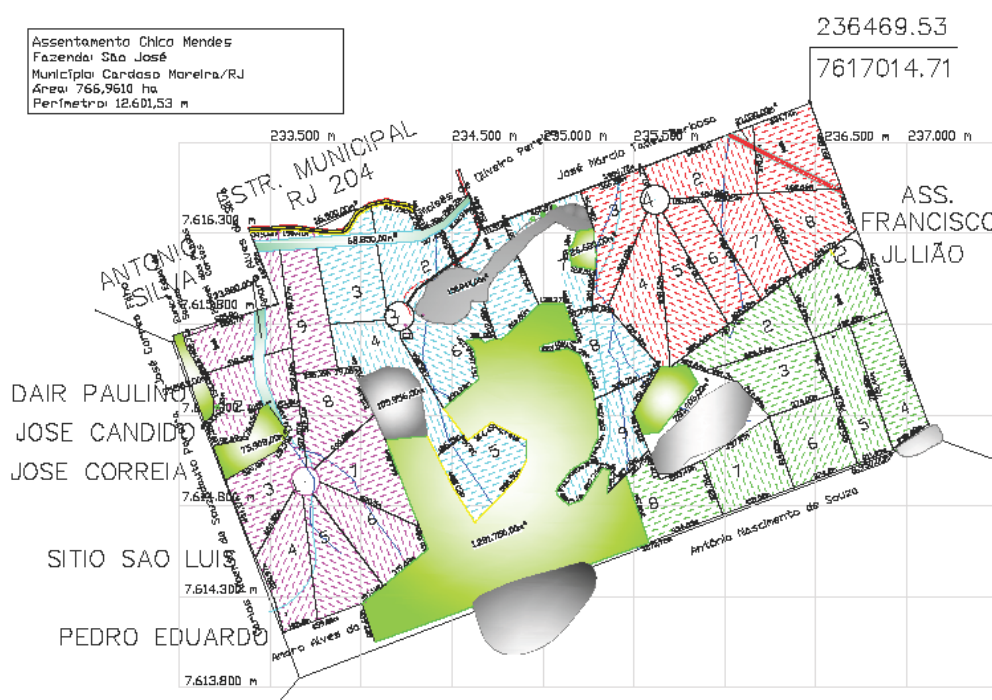


O Assentamento Chico Mendes está localizado na fazenda São José de Cima, que foi desapropriada em 24 de novembro de 2005, sendo que a posse foi emitida em 18 de outubro de 2007. O assentamento está situado na altura do distrito de São Luis, no município de Cardoso Moreira, cujo acesso é feito a partir de uma estrada vicinal localizada a seis quilômetros da entrada do município, e o acesso principal é a rodovia BR 356. Em relação ao trabalho coletivo, o Chico Mendes possui uma associação de assentados e alguns plantios consorciados, alguns agroecossistemas, além de grupos de mulheres, que estão elaborando projetos de criação e comercialização de ovos e galinha (PDA Chico Mendes, 2010).

Quanto aos recursos hídricos, segundo as informações do Plano Diretor do Assentamento Chico Mendes (Cooperar, 2010a), o assentamento dispõe de um volume de águas superficiais e de águas subterrâneas suficientes para o consumo humano, estando localizado na sub-bacia 9, que compreende a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul a jusante da foz do rio Pomba até a foz do Paraíba do Sul. O Chico Mendes ainda possui nascentes encontradas nos pontos mais elevados do relevo, que são utilizadas pelo conjunto dos assentados. Também é comum no Chico Mendes a utilização de águas de cacimba ou de poço, oriunda do lençol freático, para o uso doméstico e para saciar a sede das pessoas e dos animais. Sendo assim, os cultivos de lavouras desenvolvidos no interior do assentamento são favorecidos pela boa disponibilidade de água.

Em relação ao relevo, este se apresenta bastante acidentado, com áreas muito declivosas, que dificultam as práticas agrícolas. Em alguns trechos, o relevo ainda apresenta a característica de suave ondulado a muito ondulado. Essa topografia ondulada acaba limitando a utilização de certas áreas do assentamento, principalmente a parte que fica mais ao sul. Ademais, os solos do assentamento apresentam certa limitação de produtividade quanto à sua fertilidade - o PDA Chico Mendes (Cooperar, 2010a) considera que estas dificuldades podem ser mitigadas por meio de planos de recuperação da fertilidade do solo; além disso, o formato do solo ocasiona alguns impedimentos para mecanização, tendo sido também bastante castigado pelo uso intensivo para o plantio de cana e na criação de gado.

De acordo com o PDA Chico Mendes (Cooperar, 2010a), o assentamento apresenta 15% de Mata Atlântica. Esta área de floresta foi contemplada nos 20% do assentamento destinados à área de Reserva Legal obrigatória pela legislação, durante o parcelamento dos lotes (Figura2).



**Figura 2 - Mapa da proposta de parcelamento do assentamento Chico Mendes (Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Chico Mendes).**

Por sua vez, o assentamento Francisco Julião também está localizado no município de Cardoso Moreira, a 12,8 km da sede do município, na fazenda São José de Baixo, e conta com 42 famílias. O acesso ao assentamento é feito pela BR 256, sendo que parte dos seus lotes se encontra na beira da rodovia. A fazenda foi desapropriada em 24 de novembro de 2005, sendo que a posse foi emitida em sete de novembro de 2006. Apesar de no PDA não constar a existência de associação comunitária, existe lá uma associação de produtores. Em termos de sistemas agrícolas foi identificada a existência de plantios

consociados, tendo o milho como principal produto do assentamento (PDA Francisco Julião, 2010).

Quanto aos recursos hídricos disponíveis no assentamento, o PDA Francisco Julião (Cooperar, 2010b) revelou que a disponibilidade de água do assentamento é considerada satisfatória, dispondo de águas superficiais bem como de águas subterrâneas. As principais fontes de água superficial do assentamento são o rio Muriaé, as lagoas presentes na região de baixada e de algumas nascentes espalhadas por toda área. Em relação à qualidade da água, o PDA Francisco Julião (Cooperar, 2010b) do assentamento alerta que a qualidade química e microbiológica da água do Rio Muriaé não é boa, e que apesar disso, a grande maioria das famílias utiliza essa água sem nenhum tipo de tratamento.

Quanto à característica do relevo do assentamento, este é bem acidentado. O PDA revela a existência de áreas no topo da paisagem com relevo desde plano à suave ondulado, formado por tabuleiros, e também a existência de áreas de encostas, com relevo ondulado à forte ondulado, que se apresenta como a encosta do tabuleiro. O PDA salienta o fato de que os solos do assentamento possuem certa limitação produtiva quanto à sua fertilidade, e também que este está situado, em sua maior parte, sobre solos com algum tipo de impedimento para a mecanização da lavoura. Assim como no assentamento Chico Mendes, o solo se apresenta bastante castigado devido ao uso intensivo no plantio de cana e posteriormente para a criação de gado.

Ainda de acordo com o PDA do Francisco Julião, a área do assentamento não possui os 20% de mata atlântica necessários para atender à exigência da legislação no tocante à área de reserva legal no assentamento. A área destinada para a RL do assentado está localizada na região Sul, tendo sido escolhida pelos assentados por possuir algumas matas em processo de sucessão (PDA Francisco Julião, 2010).

### **3.2 - Estratégias de coleta de dados**

O instrumento de coleta de dados da pesquisa foi estabelecido através de uma entrevista semiestruturada, por meio da formulação de um roteiro pré-estabelecido, conduzido junto às famílias assentadas dos dois assentamentos

lócus da pesquisa, incluindo as lideranças dos assentamentos. Inicialmente houve a intenção de realizar uma entrevista semi-estruturada com lideranças do MST. Estabelecemos um contato inicial, onde houve de imediato a disposição de uma liderança do MST em responder a um roteiro de entrevistas pré-estabelecido. O roteiro foi enviado via correio eletrônico para ser respondido e posteriormente devolvido, mas não recebemos resposta do movimento que não nos enviou as respostas do roteiro de entrevista. A seleção dos participantes se realizou de forma aleatória entre indivíduos que participaram do processo de ocupação e formação dos acampamentos, e que estivessem disponíveis para a entrevista. As entrevistas foram conduzidas com 10 assentados de cada assentamento, totalizando assim 20 assentados na amostra, conforme demonstrado na tabela 1.

**Tabela 1 - Conformação da amostra selecionada por assentamento**

<b>ASSENTAMENTOS</b>	<b>FAMÍLIAS ASSENTADAS</b>	<b>TAMANHO DA AMOSTRA</b>	<b>AMOSTRA/ POPULAÇÃO (%)</b>
<b>Francisco Julião</b>	42	10	24%
<b>Chico Mendes</b>	30	10	33,4%
<b>Total</b>	72	20	27,8%

Os roteiros de entrevista foram formulados especificamente para cada uma das unidades de análise que compuseram a pesquisa, e tinham como objetivo obter a ótica dos entrevistados acerca do processo de formação e consolidação dos assentamentos, buscando ainda identificar as principais experiências ocorridas na fase do acampamento, especificamente no que se refere ao envolvimento dos entrevistados no processo de mobilização, como intuito de compreender a importância destas experiências do acampamento para a construção do sujeito coletivo nos assentamentos rurais de reforma agrária, tomando como foco de análise os assentamentos Chico Mendes e Francisco Julião. Para tanto, a coleta de dados foi orientada no sentido de identificar a trajetória de vida dos assentados, através da utilização de variáveis referentes à origem dos assentados e das motivações que levaram à sua inserção no processo de reforma agrária; as estratégias de formação do

acampamento; as formas de envolvimento com a ocupação; a percepção dos entrevistados sobre o processo de ocupação; os reflexos percebidos da formação do acampamento na organização interna do assentamento; as lições aprendidas durante o acampamento e as formas de estabelecimento das ligações entre os produtores dos assentamentos.

O objetivo principal da realização das entrevistas foi o de realizar uma reconstrução histórica do processo de reforma agrária na região, de modo a compreender a dinâmica política na interface acampamento/assentamento. Com isto, a meta era identificar as relações sociais predominantes na fase acampamento e como estas relações são entendidas pelas famílias assentadas, bem como determinar se existem redes de interdependência e de solidariedade, e também identificar os eventuais conflitos ocorridos no processo de constituição do acampamento. Além disso, a pesquisa também procurou identificar as formas de organização política e de produção existentes dentro dos assentamentos estudados, e compreender a influência do acampamento nesta forma de organização. Entre as variáveis utilizadas para identificar as formas de organização política e de produção dos assentamentos foram levantadas questões acerca das práticas de participação e decisão; o grau de participação e envolvimento das famílias assentadas nas associações de produtores; as eventuais contradições existentes em torno das práticas de ação coletiva, especialmente na organização política; as formas de participação nas assembléias e reuniões, e a avaliação pessoal dos entrevistados em relação à organização do assentamento; também, se buscou verificar as formas de mediação dos conflitos existentes e identificar como as eventuais diferenças entre lideranças e assentados são tratadas.

A pesquisa ainda se concentrou na coleta de dados secundários, através da análise documental relativa aos dados gerais dos assentamentos, obtidos por meio dos PDAs (Plano de Desenvolvimento do Assentamento). Também foram levantados dados secundários referentes a imagens de satélites, e a mapas dos parcelamentos, de forma a mostrar a área de ocupação dos assentamentos estudados. A coleta de dados incluiu ainda aquisição de fotografias como forma de acumular informações sobre as principais características sociais e produtivas das famílias incluídas na amostra,

especialmente no que se refere ao manejo da produção e as formas de interação entre os assentados.

### **3.3 - Procedimentos Analíticos**

#### **3.3.1 - Entrevistas**

As entrevistas semi-estruturadas são um importante instrumento de verificação da percepção dos entrevistados e também se constitui um importante recurso para a análise de discurso. As entrevistas aqui conduzidas visavam captar o ponto de vista dos atores e assim compreender as atitudes, condutas, valores e motivações.

As entrevistas foram aplicadas em profundidade, aplicando uma pauta de perguntas diretamente vinculadas aos objetivos da avaliação, que visam construir um universo de idéias, tendo como objetivo entender, desde o ponto de vista dos próprios participantes, a natureza dos processos que se está estudando. As entrevistas foram gravadas, e no decorrer das entrevistas foram feitas anotações num caderno de campo. As entrevistas foram ouvidas duas vezes, na primeira vez para serem transcritas, e na segunda vez, para se verificar se a transcrição foi feita de forma fiel. Depois da transcrição se efetuou o confronto entre a transcrição e as notas do caderno de campo, para logo em seguida se proceder à análise dos dados usando a técnica de “pattern-matching” (Campbell, 1975). Com base nesta técnica, foi feito um agrupamento dos dados e das principais variáveis por categoria para possível identificação de padrões de respostas entre os diferentes entrevistados. Deste modo, com o intuito de identificar os possíveis padrões de respostas, realizou-se a construção de tabelas analíticas para facilitar a organização das informações. Após este passo, a análise foi refeita para se identificar a existência de padrões comuns de respostas presentes ou não.

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS



**Foto 4 - Assentada Zenira Carvalho, seu marido Sirley da Rocha e seu tio, do Chico Mendes.**

#### **4.1 - A gênese da ocupação nos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes**

Com o objetivo de compreender o processo de reforma agrária na região e seus desdobramentos na vida da população local, a análise dos dados inicialmente procurou realizar uma reconstrução histórica do processo de ocupação dos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes, por meio da memória dos assentados, especialmente sobre os fatos mais relevantes da ocupação.

#### 4.1.1 – Histórico de ocupação do Francisco Julião

Os dois assentamentos, Francisco Julião e Chico Mendes, foram criados em terras da antiga fazenda São José, sendo que o processo de construção do Francisco Julião se deu primeiro, no dia 04 de fevereiro de 2006. De acordo com os depoimentos, a ocupação foi realizada de forma tranquila e sem conflitos. Para a ocupação, foram mobilizadas cerca de 100 famílias de municípios da região, como Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, e também de outros estados do país, como Bahia e Espírito Santo. O nome dado ao acampamento foi uma homenagem feita ao pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula, advogado e líder, nos anos 60, das Ligas Camponesas. A ocupação foi realizada com ajuda de integrantes de outros assentamentos da região, tais como o Madre Cristina, Dandara dos Palmares, Paz na Terra, Zumbi dos Palmares e Josué de Castro.

De acordo com os relatos, as famílias passaram muitas dificuldades durante o acampamento, e como estratégia de superação destas dificuldades: por um lado, os homens mantiveram os seus trabalhos que possuíam nos locais de origem, e por outro, foram intensificados os plantios; entretanto, a lavoura só foi formada após o INCRA emitir o documento de posse da terra. As principais culturas plantadas no acampamento foram o milho, a abóbora e o aipim. Mas foi somente em 2007 que as famílias iniciaram o processo de comercialização de sua lavoura nas margens da rodovia BR-356, sendo que os produtos mais comercializados naquela época foram o milho, o quiabo e a abóbora.

“(…) com dois anos nós começou a produzir. (...) Plantá essa coisas, vender na pista. Uns fazia só pra consumo próprio e outros fazia pra poder vender na pista.” (Entrevista com Cleonice, do assentamento Francisco Julião).

A área escolhida inicialmente para a ocupação foi um espaço nas margens da rodovia, chamado de Morro do Telefone. Porém, em novembro do mesmo ano da ocupação, as famílias iniciaram a mudança da área do acampamento, se deslocando para a área próxima à sede, após o INCRA desapropriar a fazenda e liberá-la. Lá eles encontraram uma melhor estrutura de luz, água, galpão e curral.



“O INCRA desapropriou a fazenda e liberou a sede prá nós mudar pra sede. Ai a gente foi lá pra sede. Ai lá na sede mudamos a barraca, não precisou fazer novo barraco, porque na sede tinha barraco. Na sede nós fazíamos outros barraco de lona, porque lá na sede a gente ia ter acesso à luz e água encanada.” (Entrevista com Cleonice, do assentamento Francisco Julião)

A ocupação durou dois anos, sendo que durante o primeiro ano os acampados se estabeleceram no Morro do Telefone, e no segundo ano ficaram próximos à sede. Após dois anos de acampamento, os ocupantes decidiram, em 2008, dividir as terras em lotes, inspirados na decisão do assentamento Josué de Castro de dividir os seus lotes. A divisão foi realizada com a contratação de um topógrafo particular, e a oficialização da divisão ainda está em processo no INCRA.

“(…) nós partimos, arrumamos um topógrafo e partimos individual e entramos pro lote. Só que ainda depende ainda pra sair os projetos de casa e de empréstimo depende da confirmação do INCRA e a estaca do INCRA. Confirmação do INCRA. Isso tá pra acontecer agora. Não aconteceu, mas tá pra acontecer. Porque já veio duas equipes e agora tá pra vim outra equipe prá terminar prá poder vim aqui prá confirmação.” (Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação de produtores do assentamento Francisco Julião)

Josenir Batista revelou as razões que levaram os acampados a dividirem os lotes em pouco tempo de acampamento, quando afirmou que:

“(…) tava havendo um pobrema por que quem tinha trator na mão e mais recurso plantava em lugar melhor e maior e outro ficava um pouquinho pra trás. Ai pensamos a idéia de dividir o terreno, porque ai você vai comandar a sua área, você vai plantar as coisas na sua área, não vai prejudicar ninguém, nem tirar de ninguém.” (Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação de produtores do assentamento Francisco Julião)

#### 4.1.2 – Histórico de ocupação do Chico Mendes

De acordo com as entrevistas realizadas no Chico Mendes, a outra parte da fazenda São José, conhecida como São José de Cima, foi ocupada no dia 14 de abril de 2007, às quatro horas da manhã. Josenir Batista, assentado do Francisco Julião que participou da ocupação do Chico Mendes, é quem relata como se deu a ocupação:

“(...) a gente saímos de manhã. Quatro horas da manhã, o grupo. Assim, vários assentamentos. Chegamos lá, abrimos a porta e entrou pra dentro. Não teve resistência, não teve nada. Foi tudo tranquilo. Já tinha autorização na época (do INCRA).” (Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação de produtores do assentamento Francisco Julião)

A fazenda foi ocupada por cerca de 100 famílias e contou com a participação de indivíduos dos assentamentos Francisco Julião e Paz na terra, segundo os depoimentos coletados, chegando posteriormente mais 120 famílias. As famílias eram originárias da própria região dos municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira e São Fidélis, mas sua maioria era do próprio município de Cardoso Moreira, principalmente da área rural, como por exemplo, os distritos de Palestina e São Luis. Wanderson Lemos, presidente da associação de produtores do Chico Mendes relata as razões da ocupação da fazenda São José:

“Eram duas fazendas: a fazenda São José de Baixo e São José de Cima, só que a fazenda São José de Baixo já tinha sido ocupada, já tinha ganhado, já tinha um ano e oito meses que já tinha ocupado e já tinha ganhado a fazenda lá, onde é hoje o Francisco Julião. E aí o movimento organizou para pegar a fazenda São José de Cima que era a mesma situação da outra.” (Entrevista com Wanderson Lemos, presidente da associação de produtores do Chico Mendes)

Um fato importante que ocorreu no Chico Mendes foi o processo para a retirada do gado do antigo dono da fazenda, um ano depois do acampamento formado. Houve neste processo um conflito com o fazendeiro que resistiu em retirar o gado, apesar da juíza da região ter dado um prazo de 30 dias para a retirada dos animais.

“(...) o fazendeiro não queria tirar o gado, não quis respeitar a ordem do juiz. (...) Nós tivemos que prender o gado dele no curral aí para ele pode ir chamar a polícia para ele poder respeitar o documento que tava assinado pelo juiz. (...) Aí ele teve uma resistência dele, ele, ele tentou resistir, mas aí ele perdeu, perdeu na justiça ele não conseguiu, ele teve que tirar o gado. Nós tivemos que jogar um cado de boi no asfalto.” (Entrevista com Wanderson Lemos, presidente da associação de produtores do Chico Mendes).

No mesmo ano, em 2008, os acampados decidiram realizar a divisão dos lotes, da mesma forma ocorrida no Francisco Julião. Com a divisão dos lotes, o os acampados puderam se estabelecer em áreas próprias, e plantar

determinadas culturas que estavam impossibilitadas de serem plantadas no acampamento. De acordo com o depoimento de Wanderson Lemos, a divisão dos lotes realizada pelo topógrafo contratado pelos acampados seguiu o modelo “raio de sol” para cada um dos quatro núcleos do assentamento, que consiste numa forma de parcelamento dos lotes em núcleos de moradia dispostos de forma perimetral a um círculo, onde cada lote tange o círculo. Neste modelo as casas são circunvizinhas formando um círculo. Segundo Honório (2005) no modelo “raio de sol” os lotes começam no quintal e se ampliam para fora, e as moradias se posicionam próximas uma das outras, facilitando o convívio social e possibilitando a existência de áreas coletivas. Neste sentido, o senhor Wanderson Lemos afirmou que:

“(…) Cada núcleo deste são quatro raio de sol que a fazenda tem. Cada núcleo, cada raio de sol do núcleo tem dois hectares, reservado esses dois hectares, ele pertence ao INCRA para se fazer uma escola, para se fazer um posto médico, odontológico.” (Entrevista com Wanderson Lemos, presidente da associação de produtores do Chico Mendes).

## 4.2 – A construção da subjetividade na trajetória de vida dos assentados



**Foto 5 - Representantes do MST e estudantes da UENF ensinando a produção e aplicação de produtos orgânicos no controle a pragas.**

A análise do cotidiano, da convivência e do trabalho no assentamento permite perceber que na luta pela terra os assentados constroem uma subjetividade, própria do meio rural em que vivem. Para analisar a construção da subjetividade na luta pela terra entre os assentados do Francisco Julião e do Chico Mendes é necessário conhecer a trajetória de vida destes assentados. Para tanto, é necessário aplicar um referencial comparativo do tipo: condição de vida e trabalho antes e depois do ingresso na reforma agrária e nível de empoderamento e autodeterminação destes assentados nas duas situações.

Através da trajetória de vida, o sujeito conta suas experiências no tempo e em diferentes espaços, enfatizando acontecimentos que vivenciou e conhecimentos/experiências que adquiriu. A trajetória de vida de cada um dos trabalhadores rurais entrevistados nos dois assentamentos analisados está associada ao fator migração campo-cidade. Os vários depoimentos coletados

com os assentados demonstram a quantidade de experiências vivenciadas, aprendizagens adquiridas, assim como expectativas quanto ao movimento e à ocupação. Deste modo, a trajetória de vida permite captar o cotidiano, que contribui para a formação da consciência de sujeito coletivo, possibilitando o entendimento de como se forma a identidade coletiva.

#### 4.2.1 – Trajetória espacial dos assentados do Francisco Julião e Chico Mendes

Nesta seção, será abordado o aspecto espacial da trajetória de vida dos assentados estudados. Quanto à origem dos assentados, a análise das entrevistas mostrou que no caso do Chico Mendes, a maioria dos indivíduos veio do município de Cardoso Moreira, dos distritos de São Joaquim, São Luiz e Palestina. Os demais são originários de Campos dos Goytacazes e São Fidélis. Já no assentamento Francisco Julião, ocorreu maior diversidade espacial em termos de local de origem, sendo parte considerável dos assentados originária de outros dois estados do país, Bahia e Espírito Santo (Tabela 2).

**Tabela 2 - local de nascimento e origem espacial recente.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Local de origem</b>	<b>Último local de moradia</b>
<b>Francisco Julião</b>		
<b>Anaor</b>	Zona rural de Itapemirim/ES	Acampamento Santa Maria
<b>Adail</b>	Zona rural de Campos dos Goytacazes	Cidade de Campos dos Goytacazes
<b>Cleonice</b>	Zona rural de Serra/ES	Periferia da cidade de Serra/ES
<b>Edecio</b>	Zona rural de Itapemirim/ES	Acampamento Santa Maria
<b>Erenildo</b>	Zona rural de Itapemirim/ES	Acampamento Santa Maria
<b>José Coelho</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Zona rural de Cardoso Moreira
<b>Josenir</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Zona rural de Cardoso Moreira
<b>Stelmar</b>	Zona rural de São Fidélis	Cidade de Campos dos Goytacazes
<b>Renilda</b>	Cidade de Muqui/ES	Cidade de Muqui/ES
<b>Josiane</b>	Cidade Arraial do Cabo	Acampamento em Rio das Ostras
<b>Chico Mendes</b>		
<b>Adilson</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Zona rural de Cardoso Moreira
<b>Alair</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Cidade de Cardoso Moreira
<b>Celio</b>	Zona rural de Campos dos Goytacazes	Cidade de Campos dos Goytacazes
<b>Crelio</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Cidade de Cardoso Moreira
<b>Christiano</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Cidade de Cardoso Moreira
<b>Elisio</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Zona rural de Cardoso Moreira
<b>Joilson</b>	Zona rural de São Fidélis	Cidade de Campos dos Goytacazes
<b>Valeria</b>	Cidade de Cardoso Moreira	Cidade de Cardoso Moreira
<b>Wanderson</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Cidade do Rio de Janeiro
<b>Zenira</b>	Zona rural de Cardoso Moreira	Zona rural de Cardoso Moreira

Assim sendo, especificamente no caso do assentamento Chico Mendes, os dados confirmam os argumentos de Heredia et. al. (2002) que verificou que em torno de 80% dos assentados são originários de regiões próximas ao local do assentamento. Isto se deve ao próprio trabalho de recrutamento, realizado pelo MST na região onde se deu a ocupação. No caso do Francisco Julião, os dados demonstram que há uma presença significativa tanto de indivíduos oriundos de outras regiões do Rio de Janeiro, quanto de indivíduos originários da própria região, podendo considerar que quase 50% são provenientes das zonas rurais de cidades próximas do assentamento.

No que tange ao aspecto da origem espacial relativo ao último local de moradia antes do ingresso na reforma agrária, a maioria dos assentados dos dois assentamentos residia em áreas urbanas (Tabela 3).

**Tabela 3 - Entrevistados que tiveram passagem pela zona urbana**

<b>Entrevistados</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Francisco Julião</b>		
Anaor	X	
Adail	X	
Cleonice	X	
Erenildo		X
Edecio	X	
José Coelho		X
Josenir		X
Stelmar	X	
Renilda	X	
Josiane	X	
<b>Chico Mendes</b>		
Adilson		X
Alair	X	
Célio	X	
Crelio	X	
Christiano	X	
Elisio		X
Joilson	X	
Valeria	X	
Wanderson	X	
Zenira		X
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>6</b>

Neste ponto, é importante compreender como a inserção dos indivíduos nos acampamentos determinará a valorização e manutenção da vida nos assentamentos de reforma agrária. Os dados apontam que a inserção na luta pela reforma agrária permite a manutenção ou até mesmo o retorno destes indivíduos ao campo. Isto fica mais evidente quando observado os municípios onde os assentados viviam antes de ingressarem no acampamento. Esta tendência contradiz as argumentações que afirmam ser desnecessária uma política de reforma agrária devido à possível irreversibilidade da urbanização no Brasil, como por exemplo, os estudos de Delfim Neto et. al. (1966) e de Pastore (1968).

O retorno ao campo e a passagem por todas as agruras do acampamento têm origem numa esperança de um futuro melhor. Isto fica evidente em diversas falas dos assentados, como por exemplo, de Crelio de Souza que afirmou que:

“(...) conseguir um pedaço de terra é difícil. Então a pessoa hoje sabe o quanto foi difícil. Não foi comprado, não. Mas praticamente foi conquistado. Foi conquistado. É difícil, porque não foi fácil, não. Então é fruto da coisa (da luta pela ocupação da terra), porque se você consegue uma coisa com dificuldade você não (...) você não vai jogar fora fácil (...)”. (Entrevista com assentado Crelio de Souza do Chico Mendes)

Outro aspecto importante a ser considerado na efetivação da reforma agrária é a existência ou não de experiência anterior com atividades agrícolas. Esta variável é importante, pois a suposta falta de experiência no trabalho agrícola é um dos argumentos utilizados para contrapor a necessidade da reforma agrária. Neste sentido, quando questionados a respeito da situação de vida anterior à inserção na reforma agrária, as respostas oferecidas apontaram que eles possuíam experiência anterior com o trabalho agrícola, mesmo tendo vivido longo tempo nas cidades. No assentamento Francisco Julião, apenas a informante Renilda Ramos, que é originária da cidade de Muqui no Espírito Santo, declarou não possuir origem no campo. No assentamento Chico Mendes, somente os entrevistados Valéria Carvalho e Christiano Neves são nascidos no meio urbano.

As análises das entrevistas apontam para uma valorização da descendência do campo, o que pode estar relacionado ao fato de que os assentados necessitam explicar o porquê de terem recebido a terra. Quando perguntado onde moravam, a maioria oriunda da cidade apontou a cidade onde morava antes de ser assentado, mas faziam questão de reforçar a origem no campo ou a experiência que já tinham no trabalho agrícola. Assim, expressões como *'fui nascido e criado na roça'* se repetem em diversas entrevistas como forma de afirmar e valorizar a sua descendência do campo.

Assim, a maioria dos entrevistados demonstrou ter um histórico de vida e familiar vinculado com o meio rural. São em sua imensa maioria filhos de trabalhadores rurais, arrendatários ou pequenos proprietários rurais. Embora a maioria nunca tivesse a posse de uma propriedade rural, foram arrendatários ou trabalhavam em grandes fazendas da região. Neste contexto, a experiência de vida no campo foi fundamental para proporcionar a eles inserção no processo de reforma agrária.



#### 4.2.2 - A subjetividade e o empoderamento na luta pela formação do acampamento

Um aspecto inicial na formação dos acampamentos Francisco Julião e Chico Mendes se refere à forma como os assentados chegaram ao assentamento. Os dados demonstram que há uma variação nas formas de mobilização dos assentados em relação aos dois assentamentos estudados (Tabela 4).

**Tabela 4 - Formas que os entrevistados chegaram ao assentamento**

Entrevistados	Rede de conhecidos e familiares	MST	Notícia na cidade	Morava perto do acampamento	Viu a ocupação e pediu para participar
<b>Francisco Julião</b>					
Adail	X				
Anaor		X			
Cleonice		X			
Erenildo		X			
Edecio		X			
José Coelho				X	
Josenir					X
Stelmar			X		
Renilda		X			
Josiane		X			
<b>Chico Mendes</b>					
Adilson	X				
Alair	X				
Celio	X				
Crelio		X			
Christiano	X				
Elisio		X			
Joilson	X				
Valeria	X				
Wanderson			X		
Zenira	X				
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

No Chico Mendes há uma predominância das redes de conhecidos e familiares na conformação da estratégia de formação do acampamento, enquanto que no Francisco Julião, o MST exerceu um papel predominante no processo de ocupação. No caso do Chico Mendes, a existência destas redes é favorecida pelo fato de que a maioria dos que participaram da ocupação eram vizinhos ou parentes, portanto já se conheciam há anos. Outro fator importante

é que o Francisco Julião colaborou com a ocupação do Chico Mendes; deste modo, muitos acampados do Francisco Julião participaram da ocupação do Chico Mendes, convidando seus amigos, ex-vizinhos e parentes para se integrarem no processo. Estes dados corroboram os estudos desenvolvidos por Sigaud (2004), Menezes (1996) e Brenessein (2003) que chamam atenção para o fato de que as redes de conhecidos se constituem como o principal fator de decisão em ocupar uma terra. Entretanto, o que motivou os assentados, nos dois assentamentos, a participarem da ocupação foi a possibilidade de conquistarem um pedaço de terra para poderem produzir. Esta resposta evidencia o desejo presente nestas famílias de melhoria concreta da renda familiar através do trabalho em uma unidade produtiva própria.

Por outro lado, aqueles que não possuíam experiência no campo antes da reforma agrária, se inseriram na luta pela terra fortemente motivados pela precarização das condições objetivas de vida na cidade. Desta forma, os assentados buscam na reforma agrária uma solução para a falta de oportunidade de trabalho, como pode ser demonstrado nos depoimentos de Renilda Ramos e Valeria Carvalho:

“Eu tinha um escritório. Eu era vendedora de plano de saúde. Tinha um salário mais ou menos razoável, até que alguém me roubou. Me assaltaram, dentro de 15 dias eu fui assaltada duas vezes na grande Vitória. Entrei em depressão, fui à falência total de vender o que tinha dentro de casa para comer. Ai, até que uma companheira, a Luana, irmã do caboclo chegou para mim e falou: ‘Renilda cê que ir para... cê não que ir para o sem terra?’ (...)” (Entrevista com Renilda Ramos, assentada do Francisco Julião)

“(...) Nós tinha um açougue, mas tava fechando as portas. Tava falido já. Tomamos um prejuízo grande. Ai a gente não sabia se ia pra Cabo Frio ou ficava em Cardoso mesmo, trabalhar de empregado. (...) Ai um colega do meu marido chamou a gente (...). Ai ele (marido) veio primeiro e depois veio eu.” (Entrevista com Valeria Carvalho, assentada do Chico Mendes)

Através das experiências de vida destes assentados é possível perceber que os problemas que constituem as mazelas históricas de nossa sociedade se transformam em elementos importantes na construção da demanda pela terra, tais como desemprego, desestruturação das relações familiares, violência, riscos de filhos se envolverem com o tráfico de drogas dentre outros, como afirma a assentada Cleonice:

“(...) na cidade a gente vê muita violência. A gente tem... a gente tem filhos pequenos. (...) Tirar meus filhos da cidade pra não ficar vendo muita violência e correndo um risco também de sair de um colégio, de ir na padaria comprar um pão e correr o risco de uma bala perdida pegar neles e eles mesmos se envolverem com a bandidagem. Que fez eu vim pra cá foi isso.” (Entrevista com Cleonice, do assentamento Francisco Julião)

Durante o processo migratório, os trabalhadores sofrem diversas dificuldades econômicas e isolamentos familiares, já que muitos dos familiares não concordam com a decisão tomada por estes trabalhadores; sofrem também a perda dos laços de solidariedade existentes, na medida em que são obrigados a abandonar o lugar de origem, entre outras dificuldades. Na inserção na luta por um pedaço de chão, alguns indivíduos começam a questionar a sua realidade, a participar de movimentos grevistas, a atuar como atores edificadores de uma nova realidade e não mais como meros participantes passivos da sociedade. O depoimento de Renilda Ramos demonstra esta inflexão de valores quanto à reforma agrária, a partir do momento em que ela conhece o movimento dos sem-terra. Neste sentido, Renilda Ramos afirmou que:

“Foi quando eu cheguei dentro do assentamento. Cheguei num dia. No outro dia me chamaram para uma reunião para eu poder dar meus dados, então eu vim de lá com dois sacos deste tamanho assim de compra. Muita coisa, muita coisa. Quando eu vi aquela fartura, enquanto na minha casa estava naquela necessidade falei: ‘não, aqui é meu lugar’. Ai eu comecei ver o que é a luta e o que é o MST, o que é o movimento social. O porquê da luta para conquistar um pedaço de terra e o benefício que tem de tirar as família, tirar as crianças que estão na rua (...)”

Renilda Ramos tornou-se uma liderança, forjada no processo de luta pela terra no assentamento Francisco Julião. Como ficou claro em seu depoimento, ela não havia participado de nenhum movimento social antes de ingressar no acampamento. Era profissional liberal na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Em apenas três dias de acampamento, foi convidada a ser coordenadora de segurança; com um mês, já era coordenadora de núcleo, e com oito meses coordenava o acampamento.

Outros depoimentos coletados também demonstram que a partir do momento em que os trabalhadores ingressam no processo de luta pela terra, e em especial na construção do acampamento, inicia-se um processo de resignificação das suas identidades pregressas, o que gera um conflito cultural. Utilizando a afirmação de Beledelli e Medeiros (2005), este conflito pode gerar uma nova identidade de culturas e novas relações com o mundo. É um momento em que o indivíduo começa a questionar seus valores e suas concepções quanto à luta pela terra, ao MST e aos direitos à terra, como no depoimento de José Coelho, do assentamento Francisco Julião:

“Eu achava que o sem-terra era um negócio muito errado. Achava um troço muito errado e não participava. Ai depois... eles moravam lá na beira do asfalto. Ai tavam acampados e na volta parei e conversei com eles. Ai eles mostraram as barracas... eles não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. (...) Ai que eu fui vê que o negocio não era como a turma comenta”. (Entrevista com José Coelho, assentado do Francisco Julião)

O acampamento é um espaço de ação política, lugar que possibilita o estabelecimento de práticas inovadoras dentro de um universo marcado pela subjugação e exploração da força de trabalho. São práticas que não figuravam no horizonte antes de se tornarem acampados, como por exemplo, caminhadas, manifestações, assembléias, formação de comissões distintas. É o lugar das experiências de coletividades, de conflitos, de tensões e de alianças entre os companheiros, um momento de ações efetivas. Uma das ações que contribuiu para redimensionar o universo simbólico e cultural destes indivíduos foi na ocasião do enfrentamento aos antigos donos da terra durante a retirada do gado, nos meses seguintes à ocupação. A fala do assentado Joilson de Azevedo demonstra as estratégias utilizadas pelos assentados para a resistência ao antigo fazendeiro

“Na época o fazendeiro aqui era pra deixar só a quantidade de boi de animais que ele tinha aqui, ai foi botando mais, botando mais. Ai chegamos um dia ai que paramos ele e a carreta que tava trazendo animais. Ai fizemos uma revolução. Botamos fogo na pista lá pra chamar a atenção. Depois pediu que ele tirasse os bois todos daqui.”

Estas estratégias são produto de uma resistência que contribui para a construção de uma nova sociabilidade, fundamentada em ações coletivas que

se prolongam para o assentamento, materializando-se em reivindicações quanto a créditos junto a instituições bancárias, a uma melhor infraestrutura para o assentamento, e outros. Enfrentar o grande latifundiário, que sempre subjugou os trabalhadores rurais, não é somente a demarcação de uma nova identidade, mas a construção da independência destes sujeitos no sentido de fazer a suas próprias escolhas. Neste Stédile e Fernandes (1996) afirmam que a ocupação é uma forma aglutinadora, e não um grito isolado. De que a lei somente passa a ser aplicada quando há uma iniciativa social; essa é a norma do direito. De que a lei é estabelecida após o fato social, nunca antes deste. No caso da reforma agrária, o fato social é a ocupação, que materializa o desejo dos indivíduos de possuir terra para plantar; a partir desta demanda, se cria a lei.

A análise dos dados referentes às principais dificuldades enfrentadas durante o acampamento, a saber: viver debaixo da lona; falta de água potável; falta de infraestrutura (luz, banheiro, moradia); falta de espaço; inundações; falta de apoio do governo; falta de alimentação; conviver próximo das pessoas, e falta de segurança, quando confrontados com as principais estratégias de sobrevivência citadas, corroboram a afirmação de Stédile e Fernandes (1996), de que a ocupação é uma forma de aglutinação, ao demonstrar que as principais práticas de resistências adotadas durante o acampamento para o enfrentamento das dificuldades impostas pela vida de acampado foram no sentido de buscar a união do grupo e a solução dos problemas via reuniões e assembleias, como pode ser demonstrado pelas respostas sintetizadas abaixo: (Tabela 5)

**Tabela 5 - Dificuldades enfrentadas durante o acampamento e as principais estratégias de sobrevivência.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Dificuldades enfrentadas no acampamento</b>	<b>Estratégias de sobrevivência dentro do acampamento</b>
<b>Assentamento Francisco Julião</b>		
<b>Adail</b>	4 e 7	Trabalhar no coletivo
<b>Anaor</b>	6	Ajuda do MST
<b>Cleonice</b>	1, 2, 4 e 7	União do grupo
<b>Erenildo</b>	1, 2, 8 e 9	Trabalhava fora
<b>Edecio</b>	8	Trabalhava fora
<b>José Coelho</b>	2 e 3	Trabalhava fora
<b>Josenir</b>	6	Trabalhava fora
<b>Stelmar</b>	1, 2 e 3	Ajuda do INCRA
<b>Renilda</b>	2	União do grupo
<b>Josiane</b>	3	Organização das atividade e amizade do grupo
<b>Assentamento Chico Mendes</b>		
<b>Adilson</b>	6	Trabalhava fora
<b>Alair</b>	1, 3 e 4	União do grupo
<b>Celio</b>	3 e 4	Ajuda do INCRA
<b>Crelio</b>	1, 2 e 5	Ajuda do INCRA
<b>Christiano</b>	2, 3 e 5	União do grupo
<b>Elisio</b>	9	União do grupo
<b>Joilson</b>	1	Fazia lavoura
<b>Valeria</b>	1, 2 e 3	Reunião e distribuição das tarefas
<b>Wanderson</b>	8	Reunião e discussão dos problemas
<b>Zenira</b>	3 e 4	União do grupo

(1) viver debaixo da lona; (2) falta de água potável; (3) falta de infraestrutura (luz, banheiro, moradia); (4) falta de espaço; (5) inundações; (6) falta de apoio do governo; (7) falta de alimentação; (8) conviver próximo das pessoas; (9) falta de segurança

O acampamento se apresenta, como demonstra a análise das entrevistas, como um espaço interativo, onde é possível a troca de experiências e aprendizagens entre os demais trabalhadores. É, ademais, um momento em que estes trabalhadores podem se reunir para conversar, decidir sobre os assuntos levantados, mas principalmente, direcionar as ações visando organizar as práticas sociais e as estratégias de sobrevivência. Neste sentido, fica clara aqui a semelhança com as considerações de Fernandes (2001), quanto afirmou que o acampamento é um espaço de interação, onde se promove troca de experiências, de conhecimento das trajetórias de vida, da conscientização da condição de expropriados, com o objetivo de construir uma identidade sem-terra. Nesta interação, os assentados se reconhecem como partilhando da mesma condição social, sendo levados a compreender a

conjuntura à qual estão inseridos, realizando suas próprias análises da conjuntura, das relações de força política, das articulações e alianças para o apoio político. Assim, através da interação, estes trabalhadores rurais desenvolvem as condições subjetivas (subjetivação) por meio do interesse e da vontade, se fazendo forte frente à exploração do trabalho, reconhecendo seus direitos e construindo seu próprio destino.

Entretanto, a superação da realidade pretérita destes indivíduos começa com a decisão de participação na ocupação da terra, que é um primeiro momento de subjetivação. No acampamento, o espaço de interação e as novas práticas sociais desenvolvidas permitem elaborar uma nova consciência, baseada nos princípios de coletividade e companheirismo, que serão importantes para ajudar a extravasar o individualismo que acaba sendo predominante após a divisão das terras. O importante para a superação deste individualismo é a atuação de redes de interdependência e colaboração e a capacidade de organização política também em formato de rede. Neste sentido, a análise dos dados coletados por esta pesquisa demonstra a importância do acampamento para a formação dos laços sociais presentes no assentamento.

#### 4.2.3 – Os reflexos da formação do acampamento no processo de desenvolvimento dos assentamentos

As práticas de reuniões e assembléias durante a fase acampamento se tornaram base para outras formas de ação coletiva, já na fase assentamento. As formas de organização política via assembléias e reuniões, e a união do grupo, foram fundamentais para a mútua colaboração no trabalho da lavoura e da comercialização, servindo também de base para as ações coletivas desempenhadas no assentamento. As informações mostram que as experiências, desde as reuniões até a tomada de decisões em assembléia geral se tornaram referências espaciais para a organização política do assentamento, como demonstrado nos dados a seguir: (Tabela 6)

**Tabela 6 - Reflexos do acampamento na forma de convivência no assentamento**

<b>Entrevistados</b>	<b>Na organização política</b>	<b>Na formação de uma identidade coletiva e grupal</b>	<b>Não teve influência</b>
<b>Francisco Julião</b>			
<b>Adail</b>		<b>X</b>	
<b>Anaor</b>	<b>X</b>		
<b>Cleonice</b>	<b>X</b>		
<b>Erenildo</b>		<b>X</b>	
<b>Edecio</b>		<b>X</b>	
<b>José Coelho</b>	<b>X</b>		
<b>Josenir</b>	<b>X</b>		
<b>Stelmar</b>		<b>X</b>	
<b>Renilda</b>	<b>X</b>		
<b>Josiane</b>		<b>X</b>	
<b>Chico Mendes</b>			
<b>Adilson</b>			<b>X</b>
<b>Alair</b>	<b>X</b>		
<b>Celio</b>		<b>X</b>	
<b>Crelio</b>		<b>X</b>	
<b>Christiano</b>		<b>X</b>	
<b>Elisio</b>		<b>X</b>	
<b>Joilson</b>	<b>X</b>		
<b>Valeria</b>	<b>X</b>		
<b>Wanderson</b>	<b>X</b>		
<b>Zenira</b>		<b>X</b>	
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>1</b>

Os dados revelam que quase metade dos entrevistados percebe que a organização política do acampamento em reuniões e assembléias serviu como referência para a organização do assentamento. A discussão das medidas a serem adotadas e da solução dos problemas, a decisão tomada em âmbito democrático e a liberdade de expor sua opinião são praxes adotadas nos acampamentos de reforma agrária e orientadas ideologicamente pelo MST, e se tornaram a base para o convívio no assentamento. A fala da assentada Valeria Carvalho do Chico Mendes esclarece a importância dada por eles a este modo de organização política para o assentamento

“(…) a gente fazia muita reunião e aí a gente começou a trabalhar parecido, bem parecido com o acampamento. Foi muito importante. Aprender a se organizar. Através dessas reuniões no acampamento que hoje a gente aprendeu a organizar. Organizar dessa maneira, cada um dando sua idéia, sua proposta”. (Entrevista com Valeria Carvalho, assentada do Chico Mendes)



A fala de Valeria Carvalho mostra o grau de liberdade que estes assentados tiveram em decorrência da experiência acumulada com o trabalho desenvolvido no acampamento. Liberdade para decidirem o próprio destino do assentamento, onde as associações têm apenas o papel de mediadoras das discussões e negociações travadas entre os assentados. Neste sentido, as associações de produtores do Chico Mendes e do Francisco Julião se revelam como um importante espaço de interação social, responsável pela fixação de uma identidade coletiva, pois enquanto espaço de interação, possibilitam um debate político plural e desenvolvem uma identidade grupal.

Por outro lado, os demais entrevistados ofereceram uma percepção da importância do acampamento para a organização do assentamento, no sentido da formação de uma identidade grupal através das redes de amizade e solidariedade geradas no acampamento a partir do trabalho coletivo nas lavouras, seja por meio da plantação consorciada, fruto do pouco espaço de terras no acampamento para divisão com quase uma centena de indivíduos, seja através do transporte conjunto das mercadorias. Tais redes de colaboração e ajuda mútua se tornaram também fundamentais no trabalho no assentamento, através da troca de trabalho na lavoura, nos mutirões para a construção das casas e no carregamento da mercadoria para a cidade<sup>3</sup>, pois ajudam a compensar os problemas de infraestrutura e a falta de assistência técnica do governo. De acordo com Menezes (1996) estas redes são acionadas em um contexto onde as instituições estatais são insuficientes para atender a demanda social ou quando estas são controladas pelas relações clientelistas locais. Portanto, os dados demonstram que estas redes são motivadas a partir da interação dos assentados por meio dos laços construídos no acampamento (Tabela 7).

---

<sup>3</sup> Uma das principais formas de escoamento da mercadoria adotadas pelos assentados dos dois assentamentos pesquisados é o transporte desta mercadoria em carros próprios, principalmente para a cidade de Cardoso Moreira. Alguns assentados que não possuem um veículo próprio se associam com outros que possuem e realizam o transporte da mercadoria em conjunto.

**Tabela 7 - Mecanismos motivadores da interação dos assentados com os outros produtores do assentamento.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Formas de interação</b>	<b>Mecanismos que motivaram a interação</b>
<b>Assentamento Francisco Julião</b>		
<b>Adail</b>	Amizade	Acampamento
<b>Anaor</b>	Amizade	Acampamento
<b>Cleonice</b>	Amizade e parentesco	Redes de parentesco e acampamento
<b>Erenildo</b>	Amizade	Acampamento
<b>Edecio</b>	Amizade e parentesco	Rede de parentesco e acampamento
<b>José Coelho</b>	Amizade	Acampamento
<b>Josenir</b>	Amizade	Acampamento
<b>Stelmar</b>	Amizade	Acampamento e rede de vizinhança anterior à ocupação
<b>Renilda</b>	Amizade	Acampamento
<b>Josiane</b>	Amizade e parentesco	Rede de parentesco e acampamento
<b>Assentamento Chico Mendes</b>		
<b>Adilson</b>	Amizade	Rede de vizinhança no assentamento
<b>Alair</b>	Amizade	Acampamento
<b>Celio</b>	Amizade	Acampamento
<b>Crelio</b>	Amizade	Acampamento e rede de vizinhança anterior á ocupação
<b>Christiano</b>	Amizade	Acampamento
<b>Elisio</b>	Amizade	Acampamento
<b>Joilson</b>	Amizade	Acampamento
<b>Valeria</b>	Amizade	Acampamento
<b>Wanderson</b>	Amizade	Rede de vizinhança e acampamento
<b>Zenira</b>	Amizade	Rede de vizinhança e acampamento

Estes dados demonstram que as formas de interação e vivência no assentamento são fruto das redes de interdependência e por vezes de conflitos estabelecidos no acampamento, embora seja também significativa a participação das redes de vizinhança gestadas nos locais de origem dos indivíduos para a consolidação das formas de interação social no assentamento. Por outro lado, isto parece evidenciar que há nos assentamentos pesquisados uma evolução positiva no estabelecimento de redes de interdependência, porque elas são fundamentais na criação de identidades coletivas que permitem superar o individualismo que predomina após a conquista do lote. Este é um aspecto expressivo, pois revela que estas redes se constituem como importante mecanismo de compensação do processo de auto-isolamento característico do assentamento.

Estas redes de interdependência e solidariedade criadas a partir da interação em reuniões, assembléias, passeatas, associações e cooperativas

dentro do acampamento, redimensionam todo universo simbólico, econômico, político dos assentados e criam identidades coletivas. Outro dado fundamental é que estas redes são importantes na medida em que são mínimos os espaços físicos de interação social nos dois assentamentos. Um dos poucos espaços de interação observado pela pesquisa é um bar na casa de um dos assentados do Francisco Julião, que reúne e congrega em momentos de lazer e bate-papo integrantes dos dois assentamentos. Neste sentido, a assentada Cleonice, que foi uma das coordenadoras do acampamento, relata a importância da formação de uma identidade coletiva, no sentido de valorização do próprio lote, afirmou que:

“Porque amanhã pode chegar um aí, vai oferecer pra a pessoa: ‘eu te dou, cinquenta mil reais no seu lote’. Então, ele no coletivo vai ter mais conhecimento (...) das coisas. Vai trocar experiência. (...) Então, ele vai dá mais valor ao lote dele. Troca de experiência. Não corre risco dele botar o lote dele fora.” (Entrevista com Cleonice, assentada do Francisco Julião)

A análise do acampamento como princípio organizador do assentamento e inovador das práticas sociais destes assentados fica ainda mais evidente quando analisamos a experiência dos assentados quanto à participação em organizações sociais antes de ingressarem no assentamento (Tabela 8)

**Tabela 8 - Participação dos assentados em organizações social antes de ingressarem no assentamento.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Não participou</b>	<b>Associação de moradores</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Colônia de Pescadores</b>	<b>Partido Político</b>
<b>Francisco Julião</b>					
Adail	X				
Anaor	X				
Cleonice		X			
Erenildo			X		
Edecio			X		
José Coelho	X				
Josenir	X				
Stelmar	X				
Renilda	X				
Josiane	X				
<b>Chico Mendes</b>					
Adilson		X			
Alair	X				
Celio	X				
Crelio				X	
Christiano	X				
Elisio	X				
Joilson	X				
Valeria	X				
Wanderson					X
Zenira		X			
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Os dados agrupados na tabela demonstram que a maioria (13) dos assentados pesquisados não possuía nenhuma forma de contato com associações, partidos, sindicatos ou movimentos sociais antes de entrarem no assentamento. Por outro lado, aqueles que mencionaram ter participado de alguma forma de organização social, restringiam a sua atuação à participação em reuniões de assembléia geral. Nenhum deles declarou ter assumido cargo de liderança nestas associações ou sindicatos. Apenas o assentado Wanderson Pereira Lemos (Zeca Lemos), atual presidente da Associação do Chico Mendes, declarou ter tido uma atuação política ativa na cidade de Cardoso Moreira, tendo sido candidato a vereador. Neste sentido, as práticas sociais adquiridas por estes assentados no período do acampamento foram inovadoras dentro do horizonte destes indivíduos, tendo em vista a pouca experiência anterior junto a organizações sociais. Portanto, a atuação destes

assentados nas associações e assembleias realizadas, tanto no acampamento quanto no assentamento, ou em cargos de coordenação, evidencia a mudança que estes homens e mulheres experimentaram em suas vidas, assim como da experiência adquirida na resolução dos problemas concretos, que reflete em um maior grau de liberdade e empoderamento nas decisões tomadas em âmbito coletivo.

Outro aspecto importante da vida no acampamento, e que proporcionou a estes indivíduos liberdade e empoderamento, foi a oportunidade de adquirir novos conhecimentos no período do acampamento, relativos às novas técnicas de produção, ao uso de produtos orgânicos na lavoura, às formas de relacionamento social, principalmente com a família, à necessidade da luta para conquista dos direitos, e o conhecimento sobre direitos essenciais, fundamentais na conquista da autonomia por parte destes indivíduos. Deste modo, os dados mostram uma valorização, por parte dos assentados do conhecimento adquirido no acampamento, que permite maior empoderamento ao sujeito (Tabela 9).

**Tabela 9 - Lições aprendidas durante o período do acampamento.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Lições aprendidas do acampamento</b>
<b>Assentamento Francisco Julião</b>	
<b>Adail</b>	Necessidade da união do grupo para o crescimento do assentamento
<b>Anaor</b>	Trabalhar no coletivo
<b>Cleonice</b>	Plantar no coletivo, se relacionar melhor com os filhos e vizinhos e conhecer os direitos das mulheres
<b>Erenildo</b>	Conhecimento da produção coletiva do MST e plantar culturas diversificadas
<b>Edecio</b>	Consciência da necessidade da luta
<b>José Coelho</b>	Uso de insumos orgânicos e conhecimento do que significa a luta do MST
<b>Josenir</b>	Organização política do assentamento
<b>Stelmar</b>	Plantar abacaxi, melancia, fazer artesanatos e uso de insumos orgânicos na produção
<b>Renilda</b>	Consciência da necessidade da luta
<b>Josiane</b>	Não deixou lição
<b>Assentamento Chico Mendes</b>	
<b>Adilson</b>	Necessidade de luta para conquista dos direitos
<b>Alair</b>	Ensinar a plantar
<b>Celio</b>	Consciência da necessidade de produzir na terra
<b>Crelio</b>	Uso de insumos orgânicos
<b>Christiano</b>	A ser mais amigo
<b>Elisio</b>	Não deixou lição
<b>Joilson</b>	Ensinar a plantar novas culturas
<b>Valeria</b>	Ensinar a plantar e consciência da necessidade da luta
<b>Wanderson</b>	Organização política do assentamento
<b>Zenira</b>	Não deixou lição

Por outro lado, o grau de liberdade e empoderamento que os assentados adquiriram após a conquista da terra é também significativo quando comparamos a sua situação de vida atual com aquela que possuíam antes de entrarem na reforma agrária. Neste sentido, foi indagado se a situação de vida deles atual melhorou ou piorou em relação à vida anterior ao assentamento e todos responderam que a situação de vida melhorou em relação à vida anterior. A melhora diz respeito ao significativo grau de liberdade conquistado, tanto em termos de decidir o quê e como produzir (plantar) quanto em relação aos horários de trabalho, nos dois assentamentos estudados.

“(…) na terra o que você fizer, você sabe que é seu. Você trabalha pra você. O dia que você quiser trabalhar você trabalha, o dia em que você quiser descansar, você descansa. Você não precisa ter todo dia aquele compromisso de trabalhar.” (Entrevista com Alair dos Anjos, assentada do Chico Mendes)

“Eu vivo pra mim, trabalho pra mim, o que eu faço é pra mim mesmo.”  
(Entrevista com Christiano Neves, assentado do Chico Mendes)

“(…) tenho a vida mais tranquila, porque aqui eu tô fazendo dentro do que é meu. Eu planto o que eu quero, eu tiro leite como eu tô tirando. Se eu quiser parar eu paro. Então, a vantagem é essa que eu trabalho por conta própria e quando eu tava lá (na terra arrendada) eu não mandava, eu plantava na terra, em terrenos de outras pessoas, plantava uma vez, o cara plantava capim, já não plantava mais.” (Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação de produtores do Francisco Julião)

“Aquele vida de ficar trabalhando pros outros, sofrendo, cheio de horários acabou. Aqui eu não tenho horário. Eu sou dono do meu serviço. Eu pego a hora que eu quero, largo a hora que eu quero. Descanso o tempo que eu quero. E você sabe que quem é empregado não tem essa chance.” (Entrevista com Stelmar Silva, assentado do Francisco Julião)

O alto grau de autonomia é evidenciado quando os assentados conquistam liberdade, um maior espaço, e o poder de decisão quanto o que produzir e como produzir, tornando-se autônomos na gestão do seu próprio lote. Estas famílias possuem histórias de vidas semelhantes, eram pequenos arrendatários, parceiros ou trabalhadores urbanos, submetidos ao arbítrio de um patrão ou empregador. Assim, o desejo que os moveu para a reforma agrária foi o de liberdade, de dependerem somente deles mesmos. A partir disto, constroem o seu projeto de vida, baseado nas experiências produtivas que tiveram no passado, seja através dos seus pais ou das terras onde trabalhavam, em conjunto com as novas experiências adquiridas no acampamento, no que se relaciona às formas de produção, ao uso de insumos orgânicos, à produção de culturas variadas e à produção no âmbito coletivo.

Assim, a subjetividade adquirida por estes indivíduos durante a conquista da terra permite, conforme os postulados teóricos de Touraine (2002), a sua libertação de toda forma de dependência, propiciando autonomia, no sentido de decidir sobre a sua própria vida, fazendo com que estes indivíduos tornem-se sujeitos, pois tornam-se agora capazes de mudar a sua realidade e contribuir para a mudança da realidade social. Deste modo, ao fazerem parte do movimento e da ocupação de terra estes sujeitos adquiriram empoderamento, a partir do momento em que construíram uma nova subjetividade (identidade sem-terra), mas também através do conhecimento adquirido no acampamento (compreender a importância da luta para a conquista da terra, dos direitos fundamentais que são assegurados, da necessidade de uma agricultura

orgânica, das características e diretrizes da organização política dos assentamentos).

#### **4.3 – A questão política, a organização no assentamento e a sua infraestrutura.**



**Foto 6 - Assentado Anaor Cordeiro em sua barraca localizada nas margens da rodovia.**

##### **4.3.1 – A questão política e a organização do assentamento**

No tocante à organização política dos dois assentamentos, a forma de organização identificada foi a existência de uma associação de assentados em cada assentamento. Um dado interessante é que 11 dos 20 entrevistados possuíam alguma função específica dentro da organização política do



assentamento, embora a coleta de dados tenha sido conduzida de forma aleatória, não havendo preferência por entrevistas com lideranças dos assentamentos. O fato demonstra o grau de envolvimento destes assentados na condução política dos assentamentos (Tabela 10).

**Tabela 10 - Formas de participação dos assentados na associação de produtores**

<b>Entrevistados</b>	<b>Participação na Associação de produtores</b>
<b>Assentamento Francisco Julião</b>	
<b>Adail</b>	Coordenador político
<b>Anaor</b>	Associado
<b>Cleonice</b>	Associada
<b>Erenildo</b>	Vice-presidente da associação
<b>Edecio</b>	Associado
<b>José Coelho</b>	Tesoureiro da associação
<b>Josenir</b>	Presidente da Associação
<b>Stelmar</b>	Fiscal da associação
<b>Renilda</b>	Associada
<b>Josiane</b>	Associada
<b>Assentamento Chico Mendes</b>	
<b>Adilson</b>	Associado
<b>Alair</b>	Associada e coordenadora de núcleo
<b>Celio</b>	Associado
<b>Crelio</b>	Associado e coordenador de finanças do núcleo
<b>Christiano</b>	Associado e presidente do conselho fiscal da associação
<b>Elisio</b>	Associado
<b>Joilson</b>	Fiscal da associação
<b>Valeria</b>	Secretária da associação
<b>Wanderson</b>	Presidente da associação
<b>Zenira</b>	Associada

Estes dados demonstram que as associações funcionam através de um formato de rede, onde predomina relações democráticas, que não restringem a participação dos membros, tanto na ocupação dos cargos, quanto nas discussões travadas nas reuniões. A fala do presidente da associação de produtores do Francisco Julião demonstra a forma de agir da associação e de seus representantes, quando Josenir Batista argumenta que:

“(...) depois que entremos (no assentamento), que organizamos a associação ainda continua (a ser como era no acampamento) além de continuar a fazer reunião aqui. Eu saio ainda pra resolver os documentos, pra marcar audiência, pedir trator, pedir máquina no INCRA. Só que eu não vou sozinho. No INCRA a gente junta equipe, a gente junta dois, três e vai junto. Nunca ninguém faz sozinho. E as coisas que eu vou pedir a gente se reuni aqui toma altura quantos quer e já leva pra... (INCRA)”. (Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação de produtores do Francisco Julião)

As associações são criadas em função da necessidade de organização das demandas existentes nos assentamentos, como fornecimento de crédito através do INCRA, e dos diferentes tipos de apoios concedidos pela prefeitura municipal de Cardoso Moreira. As associações são, portanto facilitadores dos benefícios aos quais os assentados têm direito. Neste sentido, a análise procurou identificar quais as motivações principais que levam os assentados a participarem ou não das atividades das associações de produtores (Tabela 11)

**Tabela 11 - Motivos da participação na associação ou no cargo que ocupa e da não participação.**

<b>Entrevistados que participam</b>	<b>Motivos da participação</b>
<b>Francisco Julião</b>	
<b>Adail</b>	Associação ajuda o assentamento
<b>Cleonice</b>	Resolve os problemas do assentamento
<b>Erenildo</b>	Representa o assentamento junto ao INCRA
<b>Edecio</b>	Para ter orientações
<b>José Coelho</b>	Para ajudar o assentamento
<b>Josenir</b>	Só consegue os benefícios no coletivo
<b>Stelmar</b>	Só consegue os benefícios através da associação e troca ideias
<b>Renilda</b>	Representa o assentamento junto ao poder público
<b>Josiane</b>	Só consegue os benefícios através da associação
<b>Chico Mendes</b>	
<b>Adilson</b>	Discutir os problemas do assentamento
<b>Alair</b>	Resolver os problemas do assentamento
	Solucionar os problemas do assentamento
<b>Celio</b>	Discutir os problemas do assentamento
<b>Crelio</b>	Ajuda o assentamento
<b>Christiano</b>	Representa os assentados junto ao governo
<b>Joilson</b>	Representa os assentados junto ao governo
<b>Valeria</b>	Informar-se
<b>Wanderson</b>	É engajado na luta
<b>Entrevistados que não participam</b>	<b>Motivos da não participação</b>
<b>Francisco Julião</b>	
<b>Anaor</b>	Não concorda com o trabalho da associação
<b>Chico Mendes</b>	
<b>Elisio</b>	Não concorda com o trabalho da associação
<b>Zenira</b>	Falta tempo

Não obstante o fato de que há alguns assentados que não participam de forma freqüente das reuniões das associações embora sejam associados, os dados demonstram que a associação se apresenta como importante mecanismo de acesso a benefícios e serviços oferecidos por diferentes órgãos

de governo, e são vistas como as únicas capazes de solucionar os problemas dos assentamentos. Neste sentido, revelam que os assentados confiam nos mecanismos de ação política coletiva como formas de resolver as demandas existentes nos assentamentos e em cada lote.

Por outro lado, quanto à influência do MST na organização política dos dois assentamentos, no Francisco Julião, ela parece ter se tornado residual, após o parcelamento dos lotes, enquanto que no Chico Mendes ela demonstra ser inexistente. Sendo assim, a principal forma de organização política dos dois assentamentos é a associação de produtores. As falas dos assentados do Chico Mendes, Adilson de Oliveira e Joilson de Azevedo, demonstram a preferência pela associação como forma de organização interna do assentamento

“(...) eu penso assim, se sem esse negócio de MST e a gente criar um grupo aqui e for lá no INCRA você consegue tudo. Pela associação você liga pra lá. Eles marca por telefone a hora que você quiser. E o MST nunca liga. Chega o mutirão e invade. Não gosto disso.” (Entrevista com Adilson de Oliveira, assentado do Chico Mendes)

“(...) A gente quisemos, achamos uma forma melhor de fazer a associação com o assentamento que seria mais beneficiado. Já tivemos (relação com o MST), mas depois que tivemos a associação separamos. Representar melhor (a associação).” (Entrevista com Joilson de Azevedo, assentado do Chico Mendes)

Na fala do presidente da Associação de produtores do Chico Mendes, Wanderson Lemos, a separação com o movimento se deu devido à discordância na forma de divisão dos lotes do assentamento. Segundo ele, o MST queria privilegiar as lideranças do acampamento na divisão, permitindo que eles escolhessem os lotes primeiro que os demais; no entanto, a maioria dos acampados discordou desta forma de divisão e em assembléia votaram pela divisão dos lotes através de sorteio

“O movimento não concordou. E já que eles não concordaram nós largamos eles de lado. Vamos tocar nossa vida. Hoje nós somos assentados do INCRA não somos assentados do MST.” (Entrevista com Wanderson Lemos, presidente da Associação de produtores do Chico Mendes)

Embora o rompimento do assentamento com o MST pareça ter se dado a partir da discordância quanto à forma de divisão dos lotes, o fato é que há no

assentamento Chico Mendes uma avaliação negativa quanto à atuação do MST durante o acampamento; alguns assentados acusavam o movimento de impor condições para ter direito à posse da terra, relacionadas à obrigatoriedade de participar de manifestações e de atos políticos de interesse do movimento

“É muita coisa que o MST pede a gente pra fazer que não tem sentido nenhum. Muita manifestação que não tem sentido. Muita coisa que não tem motivo pra fazer, mas a gente tem que ir, porque eles fala que a gente é obrigado, senão perde o direito.” (Entrevista com Christiano Neves, assentado do Chico Mendes).

“Tem a organização (do MST) que acompanha os assentamentos. Ai eles vão ali na frente, encosta um ônibus. Tá todo mundo embarracado. Dois ônibus. Não quer saber. É tal hora assim, assim. Quatro horas da manhã, duas horas, pra fazer o movimento lá no Rio.” (Entrevista com Valeria Carvalho, assentada do Chico Mendes).

Entretanto, umas das causas que pode ser apresentada para esta postura de discordância quanto aos atos do Movimento foi a ausência, segundo a entrevista concedida por Renilda Ramos, de um trabalho de base na fase de ocupação do acampamento. Segundo Loera (2009) o trabalho de base é a ação de recrutamento que é feita para que os indivíduos participem das chamadas “reuniões da terra”, que tem como objetivo explicar como funciona uma ocupação e um acampamento, e o que representa o que o MST chama de ‘conquista da terra’. Ademais, é um espaço que permite construir uma sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações e solidariedade fundamentais para sustentação do acampamento. De acordo com o depoimento de Renilda Ramos não houve tempo hábil para o trabalho de base, porque o INCRA deu o aval para a ocupação com prazo de vinte dias para realizá-la.

“(…) O INCRA avisou vocês tem 20 dias para ocupar a fazenda São José. Com vinte dias não se faz um trabalho de base. Um trabalho de base para ele ser concreto mesmo, um bom trabalho para um futuro assentamento tem que ter no mínimo três meses de trabalho. (...) por não ter tido um trabalho de base pra algumas famílias, porque veio assim, algumas foi pego a laço. Trabalho foi feito dentro da área e ai não é viável.” (Entrevista com Renilda Ramos, assentada do Francisco Julião).

Renilda Ramos relatou ainda que a ausência do trabalho de base teria prejudicado a formação dos dois assentamentos, podendo provocar reflexos na organização e no modelo produtivo dos assentamentos no sentido de:

“(...) Dispersão da família. Ai não querem nada no coletivo, a maioria só querem no individual.” (Entrevista com Renilda Ramos, assentada do Francisco Julião)

Por outro lado, alguns depoimentos coletados no Chico Mendes revelam que apesar das críticas ao movimento, há uma tendência à valoração positiva da sua atuação no início da ocupação no sentido de colaborar com a conquista da terra:

“Eu acho que o MST deixa muito a desejar. Tiveram conquista? Tiveram. A conquista da terra foi eles que fizeram. Vieram e tomaram a frente do negócio.” (entrevista com Célio Pessanha, assentado do Chico Mendes)

“No começo ajudou, porque no começo eles que são os primeiros a dá entrada, que são os primeiros. Eles que passam muita coisa. No começo. Depois a gente vai pegando o jeito.” (Entrevista com Christiano Neves, assentado do Chico Mendes)

“MST faz... eles apóia assim... parte de... de... grupo, pra ajudar enfrentar. Entendeu? Não que eles te dão nada. Eles dão assim, aquele apoio. Ajudam a enfrentar, no caso se o dono da terra vier pra atacar, eles atacam também (...)” (Entrevista com Zenira Carvalho, assentada do Chico Mendes)

“(...) eles (o MST) fizeram alguma coisa e isso (o acampamento) ir mais pra frente. Mas é muita coisa ruim que fizeram também.” (Entrevista com Valeria Carvalho, assentada do Chico Mendes)

Apesar das críticas, estas falas mostram a importância do MST no momento de transitoriedade destes assentados, característica da vida de acampado. Estes achados corroboram os postulados teóricos de Offe (1988) quando afirma que os movimentos sociais atuam em espaços não consolidados, de transição, das estruturas e organizações sociais. Neste sentido, a importância do MST foi a de transmitir os princípios organizativos do assentamento para aqueles que estavam em fase de transição, de empregado rural ou de trabalhador da cidade para trabalhador autônomo, dono de um lote de terra. Por outro lado, a presença do MST após a divisão dos lotes se tornou residual ou quase inexistente, podendo gerar conflitos e discordâncias, já que o

empoderamento conquistado por meio da experiência no acampamento possibilitou voz própria aos assentados, tornando-os capazes de questionar a atuação das organizações e instituições sociais no assentamento, e até mesmo das lideranças internas e da própria associação.

Por outro lado, os integrantes do Francisco Julião, em relação ao MST, se mostram mais receptivos à transmissão dos seus princípios. Foi possível perceber em visitas realizadas no assentamento a presença de integrantes do movimento atuando no sentido de transmitir conhecimentos sobre a produção, embora as entrevistas demonstrassem que existiram conflitos e cisões entre os assentados e as lideranças do MST em determinado momento do processo de ocupação e que estes conflitos eram gerados pela desconfiança em relação à atuação do movimento no acampamento. Deste modo, na entrevista realizada junto com o presidente da associação de produtores do Francisco Julião, Josenir Batista, percebeu-se que havia certo receio de que o movimento não quisesse a divisão das terras:

“(...) Porque é... eu acredito que depois que o povo entra pros lote eles já não tem participação de muita coisa, não. Então eles ficaram segurando aquilo, segurando, segurando pra eles ter participação das coisas (...)”  
(Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação dos produtores do Francisco Julião)

Josenir Batista expôs que a relação com o movimento foi prejudicada durante o acampamento, em decorrência de um conflito com um dos dirigentes do movimento, e que gerou o afastamento deste do acampamento e da direção do movimento. Por ocasião deste desentendimento, o movimento também se afastou por dois anos do assentamento, obrigando os acampados a se organizarem de forma autônoma para iniciar o processo de divisão dos lotes. Entretanto, por meio da fala de Josenir Batista é possível perceber que o conflito com o MST também se processou na discordância quanto ao modelo de produção pretendido:

“(...) na época eles queria que, assim, que plantasse em coletivo. Só que nós vimos que numa parte seria bom, mas na outra já não era. Ai foi, a gente reuniu e a maioria passou a plantar assim. Em coletivo assim: dividir a área, mas não junto. Não todo mundo junto (...)” (Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação dos produtores do Francisco Julião)

A visão que o MST possui do modelo produtivo para os assentamentos baseado na produção coletiva contrasta com as experiências produtivas destes assentados e com os sonhos e desejos que movem estes homens para os assentamentos rurais. O sonho de conquistar um pedaço de chão, de ser dono de uma terra particular, contrasta com a perspectiva de uma produção coletiva na terra. Neste sentido, a imposição de um modelo coletivo de produção poderia reconduzir os indivíduos a relações de dominação às quais eles estavam habituados no passado, comprometendo o desejo de autonomia na terra conquistada. Entretanto, o próprio conflito com o Movimento é elucidativo do quanto que estes indivíduos buscaram, através da autonomia possibilitada pela posse da terra, a sua transformação em sujeitos de sua própria vida.

Por outro lado, na fala de Josenir Batista é possível perceber que a concepção de coletivo para estes assentados está na importância manifestada da união política do grupo para decidir o destino do assentamento e enfrentar as dificuldades que impõem restrições ao desenvolvimento do assentamento; o coletivo estaria restrito à esfera da política, das decisões tomadas em âmbito democrático com a participação de todos. Assim, fica evidente que as experiências coletivas assimiladas durante o período do acampamento se restringem ao campo da organização política, tendo sido pouco efetiva aquela experiência para a adoção de uma postura coletiva na produção. Ainda assim, a fala do presidente da associação de produtores do Francisco Julião, assim como encontrado em falas de assentados do Chico Mendes, expõe a importância do MST neste período de transição para o meio rural e em busca de um espaço próprio que marca a vida no acampamento:

“É aquela coisa, o movimento, as pessoas que trabalham no movimento, eles podem vim qualquer dia aqui e se precisar da gente alguma. Alguma coisa nós vamos ajudar. Nós vamos ajudar e vamos correr atrás, porque começou com eles, a gente não pode esquecer isso. A gente não pode esquecer isso, começou com eles. Só que as coisas não andava.”  
(Entrevista com Josenir Batista, presidente da associação dos produtores do Francisco Julião)

Percebe-se por meio destas falas que, na relação construída com as lideranças do MST, os assentados foram adotando um discurso próprio em relação às lideranças que fizeram parte do acampamento. A fala de Edecio de

Castro demonstra com clareza a nova posição que estes assentados desenvolveram em relação aos mediadores do acampamento:

“A relação da gente (com as lideranças do acampamento) era sentar pra ouvir o que eles tinha pra dizer e obedecer algumas coisas que ficou pra gente vê se cada um tava de acordo. Se tiver de acordo a gente obedece, se não tiver de acordo também não obedece.” (Entrevista com Edecio de Castro, assentado do Francisco Julião).

O depoimento esclarece que a posição assumida pelos assentados frente às lideranças não se enquadram nos padrões de relação de dominação e subjugação que foram observados em estudos em assentamentos rurais por pesquisadores como D’Incao e Roy (1995) e Brenneisen (2004). Percebe-se, por meio das entrevistas, que os assentados não se colocam em uma situação de subalternos nas relações sociais produzidas no acampamento, mas transformam estas relações, por meio das práticas sociais inovadoras que lhes permitem maior empoderamento diante das lideranças políticas. Os depoimentos aqui analisados demonstram que, diferente do encontrado por Navarro (2002) há participação dos assentados nas decisões a serem tomadas, tanto no âmbito do assentamento quanto do acampamento, assim como possuem voz própria, tendo condições de discordar das suas lideranças, quando necessário.

Durante a análise das entrevistas, foi possível verificar que as novas práticas sociais produzidas durante o acampamento, e que colaboram para engendrar a identidade coletiva do grupo, são fruto das tensões, conflitos e negociações provenientes da relação entre estes sujeitos e destes com as lideranças políticas. O conflito aqui se apresentou com a emergência de relações democráticas como jogo de poder, ou seja, como fruto do embate político que é produto das várias representações de mundo dos sujeitos envolvidos no processo de construção do assentamento, que estão expressas na contradição entre as experiências de vida pretérita destes assentados e a nova sociabilidade proposta pelo MST para os assentamentos. Assim, os diferentes sujeitos sociais atuando nos acampamentos e assentamentos rurais geram um conflito de representações, os quais influem no espaço de vivência destes sujeitos. Tais conflitos se manifestam como resultados das práticas



coletivas cotidianas, nas assembléias, reuniões, nas associações, na divisão dos lotes, no compartilhamento dos benefícios concedidos pela prefeitura, como por exemplo, na utilização do maquinário agrícola. Outra dimensão do conflito é após a divisão dos lotes, quando o desejo de autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir diferenças existentes entre estes sujeitos, relacionadas às trajetórias de vida, aos objetivos, sonhos e desejos, que tornariam mais complexas as negociações entre eles e os mediadores.

A análise feita até aqui corrobora as afirmações teóricas de Touraine (2002) quanto às condições necessárias para a subjetivação do ser. Segundo Touraine, a subjetivação se dá sob a forma de conflito, sendo no interior deste que o indivíduo se constrói como sujeito, formando uma identidade própria. O conflito se apresenta na luta contra poderes que limitam a sua autoconstrução como sujeito. Para os indivíduos inseridos no processo de ocupação de terras, os conflitos que surgem na relação entre as lideranças políticas e as organizações sociais são referentes à afirmação de direitos e desejos que os indivíduos buscavam na luta pela terra. Na afirmação de direitos e desejos, os indivíduos se constituem como sujeitos, pois participam, interrogam, discordam e colaboram para a tomada de decisões que afetam a sua vida. Deixam de ser indivíduos passivos, indiferentes a tomadas de decisões pela direção, tornando-se membros ativos, participando da gestão de todo assentamento.

#### 4.3.2 – A questão da infraestrutura de apoio e crédito.

A infraestrutura de apoio e o acesso ao crédito é uma questão importante para consolidação e viabilidade dos assentamentos rurais no país. No que se refere aos dois assentamentos estudados, as entrevistas realizadas demonstraram que há uma série de dificuldades em relação à infraestrutura de serviços públicos e no acesso ao crédito. Os problemas citados pelos assentados no tocante às dificuldades encontradas para viver no lote bem como os possíveis responsáveis por sua solução estão relacionados na tabela 12.

**Tabela 12 - Problemas que dificultam a vida no lote e responsáveis pela solução.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Problemas que dificultam a vida no lote</b>	<b>Responsáveis pela solução dos problemas</b>
<b>Francisco Julião</b>		
<b>Adail</b>	infraestrutura de transporte precária	INCRA
<b>Anaor</b>	Acesso à água e infraestrutura de transporte precária	Prefeitura de Cardoso Moreira
<b>Cleonice</b>	Acesso à água e financiamento	INCRA
<b>Edecio</b>	Falta de Financiamento	INCRA
<b>Erenildo</b>	Acesso à água	INCRA
<b>José Coelho</b>	Infraestrutura de produção	INCRA
<b>Josenir</b>	Falta de apoio do INCRA	INCRA
<b>Stelmar</b>	Acesso à água	Prefeitura de Cardoso
<b>Renilda</b>	Falta de financiamento	INCRA
<b>Josiane</b>	Acesso à água	Prefeitura de Cardoso
<b>Chico Mendes</b>		
<b>Adilson</b>	Falta de financiamento	Prefeitura de Cardoso
<b>Alair</b>	Falta de financiamento	INCRA
<b>Célio</b>	Infraestrutura de transporte precária	INCRA
<b>Crelio</b>	Habitação precária	INCRA
<b>Christiano</b>	Falta de financiamento	Governo Federal
<b>Elísio</b>	Falta de financiamento	Associação de produtores do assentamento
<b>Joilson</b>	Acesso à água	INCRA
<b>Valeria</b>	Problemas de comercialização	INCRA
<b>Wanderson</b>	Falta de financiamento	INCRA
<b>Zenira</b>	Problemas de comercialização	Prefeitura de Cardoso

A dificuldade principal enfrentada nos dois assentamentos, e que inviabiliza o processo de escoamento da produção é, segundo os assentados entrevistados, a estrutura de transporte, considerada fortemente frágil, especialmente devido à precariedade das estradas existentes no interior dos dois assentamentos estudados. Embora a questão da precariedade das estradas não apareça de forma frequente nas respostas fornecidas a respeito dos problemas enfrentados no assentamento, ela aparece como um principal entrave na produção e comercialização no decorrer das entrevistas.

O problema da precariedade das estradas se deve ao estado de má conservação das estradas internas do assentamento e, no caso do Chico Mendes, também da estrada que dá acesso ao assentamento. Segundo os relatos, a falta de conservação ocasiona sérios transtornos, especialmente nos períodos de enchentes, já que os impossibilitam de sair do assentamento, principalmente os lotes localizados no interior dos assentamentos e em áreas

íngremes. Entretanto, estes problemas afetam especialmente o assentamento Chico Mendes, localizado no interior da fazenda São José, e alguns lotes mais afastados do Francisco Julião, pois parte dos integrantes deste último assentamento possuem seus lotes localizados na margem da estrada BR-356, que está em bom estado de conservação. Assim, a precariedade na estrutura de transporte no assentamento Chico Mendes dificulta a comercialização da produção; em época de enchente, alguns assentados do Chico Mendes declararam ter perdido toda produção, por não ter como escoá-la. Porém, as enchentes também são um grande transtorno para os assentados que estão localizados próximo a rodovia, já que a proximidade com o rio Muriaé e a falta de um dique que represe as águas das enchentes, segundo as declarações de José Coelho, do assentamento Francisco Julião, colocam em risco a produção agrícola, como aconteceu na enchente de janeiro de 2012, quando vários assentados do Francisco Julião que moram próximo ao rio perderam quase toda produção em função das cheias.

A falta de financiamento foi outro fator citado como de maior relevância em relação aos problemas enfrentados pelos assentados. De acordo com os relatos, a falta de financiamento estaria ligada a uma despreocupação do governo com os assentados, e da desconfiança que o sem-terra sofreria na sociedade. Neste sentido, o INCRA foi considerado como a instância governamental de maior importância no sentido da prestação de todo tipo de assistência, desde técnica até financeira.

A responsabilização do INCRA provavelmente deve-se ao fato dos dois assentamentos ainda estarem em processo de consolidação e, nesta etapa inicial, cabe ao INCRA promover a infraestrutura dos assentamentos. Neste contexto, torna-se mais fácil compreender a fala de Cleonice, assentada do Francisco Julião, quando esta expôs as razões pelos entraves existentes na liberação dos recursos e responsabilizou o INCRA por isso. Durante a entrevista, a assentada ponderou que o fato dos assentamentos ainda estarem em uma fase de pré-assentamento, já que a divisão realizada pelos próprios assentados ainda não foi reconhecida pelo INCRA, estaria impedindo a liberação dos recursos:

“(...) nós ainda não tão bem no lote ainda, porque o INCRA ainda não reconheceu nós como assentado, ainda (...) o INCRA ainda não fez o papel dele ainda. Que ele tem que ainda parcelar o lote. (...) Ele pra liberar dinheiro pra poder fazer moradia. E liberar mais duas parcela ainda do apoio inicial que ta preso lá ainda, pra depois vim o PRONAF.”  
(Entrevista com Cleonice do assentamento Francisco Julião)

Outro entrave importante à boa qualidade de vida dentro do lote citado pelos assentados foi a falta de acesso à água de qualidade. De acordo com as entrevistas, não existe um sistema de captação de água da serra que possa levar água até os lotes. A falta de água é um dos motivos da produção ser considerada ainda insatisfatória para muitos assentados. Deste modo, para suprir as dificuldades enfrentadas no acesso à água, os assentados acionam as redes de vizinhança e interdependência formadas no assentamento, que se mostram como um importante mecanismo de mitigação dos problemas de trabalho enfrentados no lote. Quanto à distribuição das responsabilidades pela dificuldade de acesso à água, os assentados percebem o INCRA e a Prefeitura de Cardoso Moreira como os responsáveis pela solução do problema.

Embora fossem frequentes as reclamações quanto aos problemas que a falta de infraestrutura ocasiona especialmente na comercialização, os índices de satisfação quanto aos mecanismos de comercialização adotados nos dois assentamentos são altos (Tabela 13).

**Tabela 13 - Formas e graus de satisfação quanto à comercialização.**

<b>Entrevistados</b>	<b>Formas de comercialização</b>	<b>Satisfação quanto à comercialização</b>
<b>Francisco Julião</b>		
<b>Adail</b>	Fome Zero e outros produtores do assentamento	Satisfeito
<b>Anaor</b>	Barracas na margem da pista	Insatisfeito
<b>Cleonice</b>	Barracas na margem da pista	Insatisfeita
<b>Edecio</b>	Atravessador	Satisfeito
<b>Erenildo</b>	Barracas na margem da pista	Satisfeito
<b>José Coelho</b>	Atravessador	Satisfeito
<b>Josenir</b>	Atravessador	Insatisfeito
<b>Stelmar</b>	Atravessador	Satisfeito
<b>Renilda</b>	Barracas na margem da pista	Satisfeito
<b>Josiane</b>	Barracas na margem da pista e atravessador	Satisfeito
<b>Chico Mendes</b>		
<b>Adilson</b>	Venda direta no mercado	Satisfeito
<b>Alair</b>	Venda direta no mercado	Insatisfeito
<b>Célio</b>	Venda direta no mercado	Satisfeito
<b>Crelio</b>	Venda direta no mercado	Satisfeito
<b>Christiano</b>	Atravessador + venda direta no mercado	Satisfeito
<b>Elísio</b>	Atravessador	Satisfeito
<b>Joilson</b>	Venda direta no mercado	Satisfeito
<b>Valeria</b>	Venda de leite para a cooperativa	Insatisfeita
<b>Wanderson</b>	Venda direta no mercado	Satisfeito
<b>Zenira</b>	Venda direta no mercado	Insatisfeita

Provavelmente, isto se deve ao fato de que a percepção quanto à renda auferida pela comercialização é satisfatória para a maior parte dos assentados. No caso do Chico Mendes, o alto grau de satisfação é motivado pelo fato da maioria possuir acesso ao mercado da cidade, e porque possuem veículos próprios para o transporte. Mesmo no Francisco Julião, onde maioria está sujeita a atravessadores, os dados apontam que o preço negociado é satisfatório para reprodução do padrão de vida existente nos assentamentos. As reclamações mais recorrentes nos dois assentamentos se direcionam ao baixo nível da produção alcançada na lavoura, causada, segundo os depoimentos, pela falta de financiamento da produção. Segundo os próprios assentados, o nível de produção alcançado não seria suficiente para justificar a criação de cooperativas nos assentamentos estudados.

Por outro lado, aqueles que declararam insatisfação quanto aos mecanismos de comercialização afirmam que não existem outras

possibilidades de comercialização da produção que proporcione uma renda agrícola mais satisfatória, e que a precariedade das estradas internas do assentamento dificulta o escoamento da produção. Em que pese à presença do atravessador, que é um fator de depreciação da renda, visto que estes pagam valores relativamente baixos pelos produtos, as barracas instaladas nas margens da rodovia, estratégia utilizada pelos assentados do Francisco Julião, surgem como uma alternativa ao escoamento da produção do assentamento diante da inexistência de um sistema cooperado de transporte das mercadorias para os mercados urbanos. Quando questionados sobre quais seriam as alternativas de comercialização para o assentamento, as respostas se orientaram para a priorização dos mecanismos cooperativos de comercialização, através do estabelecimento de uma cooperativa nos assentamentos, como forma de escoamento da produção que possibilitaria o acesso destes trabalhadores ao mercado. Neste sentido, a criação de uma cooperativa nos assentamentos é vista, pelos assentados, como grande possibilidade de incremento na renda agrícola das famílias, mesmo para aqueles que declararam satisfação com os mecanismos atuais de comercialização.

## CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo demonstram que as estratégias de luta e resistência e práticas sociais desenvolvidas ao longo do processo de ocupação criam espaços coletivos de diálogo, negociação e decisão que modificam o universo simbólico e cultural dos indivíduos envolvidos na luta pela reforma agrária. Estas novas práticas sociais e estratégias de luta proporcionam um pertencimento do indivíduo ao grupo e um grau de consciência coletiva que lhes proporciona uma maior influência nas decisões e nos resultados dos diálogos travados nas instâncias de discussão. Como resultado disto, também ocorre um maior reconhecimento de direitos fundamentais e uma maior capacidade de organização e mobilização na luta pela obtenção dos mesmos. Deste modo, a primeira conclusão que este estudo pode alcançar foi a de que as experiências vivenciadas em acampamentos criados pelo MST são fundamentais para a consolidação de uma identidade coletiva, de grupo. Isto se deve ao fato de que as redes de interdependência e conflitos foram construídas a partir das experiências no acampamento, de modo a ampliar o valor dado à ação coletiva.

Os resultados deste estudo também permitem afirmar que os sujeitos sociais envolvidos no processo de acampamento não se colocam em posição subalterna nas relações que estabelecem com as lideranças no interior dos acampamentos e dos movimentos sociais envolvidos na luta pela reforma agrária. O fato é que a partir dos dados coletados foi possível determinar que os sujeitos que participaram deste estudo superaram formas de dominação e submissão. Neste sentido, os resultados deste trabalho vão de encontro a que diversos autores (Brenneisen, 2004; D’Incao e Roy 1995; Navarro 2002; Zimmerman 1994) imputam ao MST, tal como a reprodução de relações baseadas em valores seculares (i.e.; clientelismo, autoritarismo, subjugação). Ao contrário do que estes autores consideram, os acampados aparecem como os protagonistas do processo de luta e conquista da terra, ainda que numa relação de cooperação direta com representantes dos movimentos sociais. De forma objetiva, os resultados deste estudo contrariam as assertivas de que os acampados não são agentes do processo da luta pela terra, e que a dinâmica

que ocorre dentro dos acampamentos é mais complexa do que anteriormente apontado.

Entretanto, tendo como base os estudos de Offe (1988) e Fernandes (1993) é possível afirmar que, de acordo com os resultados desta pesquisa, a atuação do MST durante a fase de acampamento correspondeu a um momento de transitoriedade dos sujeitos envolvidos na ocupação. Isto proporcionou aos acampados a criação das condições objetivas para a compreensão da realidade vivenciada e da necessidade da construção de uma nova subjetividade. Esta intervenção inicial do MST se apresentou como essencial na convivência futura dentro do assentamento, e permitiu a construção de novos sujeitos, pois como afirma Touraine (2002, p. 249) o *“sujeito social só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem”*. A atuação destes assentados no movimento social aparece assim como um elemento essencial na construção de uma nova identidade, que termina por fundamentar outro modo de agir e pensar.

Ainda com base no que foi observado em campo é possível apontar que o MST, desta forma, criou uma nova modalidade de luta que incorpora a dimensão das lutas de classe com as lutas dos chamados novos movimentos sociais. Isto se dá porque o MST criou um repertório de reivindicações que combina a conquista da terra e a independência do trabalhador frente à subsunção do capital com um novo modelo de relacionamento, calcado no estabelecimento de relações mais solidárias construídas nos assentamentos de reforma agrária. Esta nova formulação de ação política do MST incorpora lutas locais de trabalhadores rurais com reivindicações de escala planetária. A força do MST vem da sua capacidade de articular escalas que vão do local até o global.

Por outro lado, os depoimentos colhidos nesta pesquisa demonstram que o envolvimento no acampamento proporcionou aos participantes a obtenção das ferramentas necessárias para a construção de uma nova subjetividade. Isto se deu por meio da adoção de práticas sociais baseadas em relações mais igualitárias que contribuíram para fortalecer o exercício da cidadania no cotidiano no interior dos acampamentos, e que tiveram reflexos diretos e indiretos nas formas de organização política dentro dos assentamentos de



reforma agrária que resultaram dos acampamentos criados pelo MST. Assim, diante de relações mais igualitárias, os acampados desenvolveram uma autodeterminação que lhes concedeu voz própria frente às proposições das próprias lideranças..

Outro importante fator para o desenvolvimento de uma nova forma de subjetivação dos acampados foi o envolvimento prático na luta pela conquista da terra através de diferentes instâncias de ação política (ocupação, marchas, protestos, enfrentamento com os antigos donos das terras), o que permitiu a vivência de ações coletivas que, em última instância, terminaram, modificando os comportamentos pretéritos. Assim, os resultados desta pesquisa demonstram que a experiência no acampamento foi significativa em termos de aprendizagem quanto ao trabalho na lavoura, à importância da luta para a conquista dos direitos, e ao exercício da cidadania a partir do reconhecimento dos direitos básicos e da compreensão de valores fundamentais da sociedade humana no relacionamento com o outro.

Finalmente, a concepção de autonomia oferecida pelos assentados na conquista do lote, enquanto espaço de liberdade, traduzida em termos de comandar a sua própria vida é derivada de uma percepção subjetiva de experiências passadas, mais do que uma construção concreta da autonomia. Isto se dá porque, a condição precária de reprodução da vida e do trabalho torna esta autonomia ainda inacabada. Os assentados se mantêm em uma situação de dubiedade, pois são autônomos na gestão do lote, mas ainda se inserem de forma periférica nas relações de mercado. Portanto, a autonomia ainda é um processo em construção, onde os assentados lutam para permanecerem na terra, por maiores créditos e melhor infraestrutura. Assim, a autonomia concreta é um projeto em construção, que tem como referência a continuidade do seu modo de vida, do resgate de sua cultura em condições de produção e trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (a). Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos do Brasil*. Niterói, 2005. Ano 1. Jan/jun.2005. Disponível em: [www.agbniteroi.org.br/Revista1/rfg1\\_texto7.htm](http://www.agbniteroi.org.br/Revista1/rfg1_texto7.htm).
- \_\_\_\_\_ (b) “A evolução do espaço agrário Fluminense”. *GEOgrafia*, ano 7, n13, 2005.
- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil. *Encuentro de geógrafos de América Latina*, Montivideo, Uruguai, abril de 2009.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, vol.76, 2009. pp. 49- 86.
- ANDERSON, Benedict. Introducción. In: *Comunidades imaginadas*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1993.
- ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: A teoria marxista hoje. *Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.17.doc>
- BELEDELLI, Senira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. Assentamento, sua cultura, identidade e organização. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, março de 2005.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e NORDER, Luiz Antônio Cabello. *O que são os assentamentos rurais?* Ed. Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), São Paulo, 1996.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 186, I,II,III e IV.
- BRENNEISEN, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p.128-163, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 43, pp. 207-224, 2001.
- CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (una redefinición). Universidad Nacional Autónoma de México - Instituto de Investigaciones Sociales: Ciudad de México, octubre de 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHN, Amélia. Reconfigurações da questão social no Brasil. *Observatório da Cidadania*, Rio de Janeiro, 2003. pp. 71-76.
- COOPERAR(a). Plano de Desenvolvimento do Assentamento Chico Mendes, 2010.
- COOPERAR(b). Plano de Desenvolvimento do Assentamento Francisco Julião, 2010.

- CRUZ, Fábio Souza. Do essencialismo ao não essencialismo? Reflexões sobre a identidade cultural do MST. *Lua Nova*, São Paulo, 80: pp.181 – 201, 2010.
- DELFINO Neto. Agricultura e desenvolvimento. *Estudos Anpes*, n. 5, São Paulo, 1966.
- D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gérard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1995.
- FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. *Terra Livre*, São Paulo. Ano 18, n. 19 p. 75-94 jul./dez. 2002.
- FERNANDES, António Teixeira. Conflitualidade e Movimentos Sociais. *Análise Social XXVIII*, no. 123- 124, 1993, pp.787:828.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teoria para uma leitura geografia dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p. 24-34, 2005.
- \_\_\_\_\_. Que Reforma Agrária?. FCT/UNESP, 1998. Disponível em < <http://www.cpp.inf.br>
- \_\_\_\_\_. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)*. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
- GALLO, Ana Rita e PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno. Estratégias organizacionais de cooperativas de reforma agrária: dilemas e oportunidades. XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), Ouro Preto, MG, out/2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Editora Loyola, 7. ed, 2008.
- GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Capelinha: marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro. *Vértices*, Rio de Janeiro: CEFET Campos, v. 6, n. 2, p. 83-102, maio/ago. 2004.
- GRZYBOWSKI, Candido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, 1990. 90 p.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu Da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.
- HEREDIA, Beatriz.; MEDEIROS, Leonilde.; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. e LEITE, Sérgio. P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18, abril, pp. 73-111, 2002.

- HONÓRIO, Renata Gonçalves. Do acampamento ao assentamento: avanços e recuos da participação feminina na luta pela terra. In: Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.
- LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividades: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*; 22 (2) 2010. pp. 269-278.
- LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SILVA, Liliane Souza. *Uma nova abordagem da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes*. Ed. 7Letras, Rio de Janeiro, 2005.
- LIMA, Mirian Késia Labs. *Movimento social MAP: como emergente paradigma transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental*. Florianópolis, 2008. Dissertação de mestrado em direito – Universidade Federal de Santa Catarina.
- LOERA, Nashieli C. Rangel. Para além da *barraca de lona preta*: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. Vol. 2, Editora UNESP, São Paulo, pp. 73 -95, 2009.
- MACEDO, Marcelo Hernandez. MST, políticos locais e sindicatos – uma etnografia da representação política do campesinato no Rio de Janeiro. In: 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.
- MACHADO, Eiel e GONÇALVES, Renata. Da possível constituição de classe nos acampamentos ao refluxo político-ideológico nos assentamentos do MST. *Lutas & Resistências*, Londrina, n.2, p. 10-19, 1º sem. 2007.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 3º ed., 1986.
- MEDEIROS, Leonilde S. de & LEITE, Sérgio. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/Debates, dez. 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André. (org.). *O campesinato na história*. Relume Dumará: FAPERJ, Rio de Janeiro, 2002. pp. 151 – 185.
- MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sergio; BENEDETTI, Adriane Cristina; SOUZA, Inês Cabanilha; ALENTEJANO, Paulo R. Raposo. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos políticos e políticas públicas*. Editora Universidade/UFRGS/CPDA, Rio de Janeiro, 2009.
- MEJIA, Margarida Rosa Gavia. Identidades e representações do espaço na construção de territórios sociais num assentamento do Incra em

- Paraty. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova* 17: 1989. pp. 49-66.
- MENEZES, Marilda Aparecida. Relações de Solidariedade em Comunidade de Camponeses - Trabalhadores Migrantes. *Inf. Soc.: Est. João Pessoa*, v. 6, n. 1, 1996. pp. 57-72.
- MONTE, Paulo Aguiar do e PEREIRA, Ana Elizabete da Silva. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. *RESR*, Piracicaba, SP, vol 47, n 04, p.1023-1040, out/dez 2009.
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S.S [Org.] *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. *Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da Fazenda Jupira no município de Porto Feliz*. São Paulo 2007. Dissertação Mestrado em Geografia Humana DG - Universidade de São Paulo.
- OFFE, Claus. *Partidos políticos e nuevos movimientos sociales*. Madri: Sistema, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estud. av.* [online]. vol.15, n.43, 2001. pp. 185-206.
- PASTORE, Celso. A resposta da propriedade agrícola aos preços no Brasil. Faculdade de Economia e Administração/ USP, São Paulo, 1968.
- PEREIRA, Cavalcante Ferdinand. O que é empoderamento (empowerment), 2007. Disponível em: <http://www.fapepi.pi.gov.br/sapiencia.php>.
- PRINCEN, Thomas e FINGER, Matthias. *Environmental NGOs in World Politics: Linking the Local and the Global*. London: Routledge, 1994.
- ROSA, Marcelo. Biografia e movimentos de luta por terra em Pernambuco. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 1, pp. 157-180, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília - DF, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- \_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina - Caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, 12(54), 2008.
- SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, 20:11-23, 2004.
- \_\_\_\_\_. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, 17(1): 255-280, 2005.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo e MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados* [online], vol.51, n.1, pp. 107-142, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu Da. "A produção social da identidade e da diferença". In: \_\_\_\_\_ (org.). In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, Petrópolis, 2000.

- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Jorge Zahar, 2006. 118 p.
- SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. O papel dos Movimentos Sociais na construção de outra sociabilidade. In: GT-3, Movimentos Sociais e Educação, FAGED / UFC, 2002.
- STÉDILE, João Pedro. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960*. Expressão Popular, vol.1, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. O MST e a questão agrária. Proposta, v. 71, 1997 p.69-94.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. Ed. Perseu Abramo, São Paulo, 1996.
- STÉDILE, João Pedro; FREI SERGIO. *A luta pela terra no Brasil*. Editora Scritta, São Paulo, 1993.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Editora Vozes, 7. ed. Petrópolis, 2002. 431 p.
- VENDRAMINI, Célia Regina. A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. *Revista Lusófona de Educação*, n 6, 67-80, 2005.
- WOLFORD, Wendy. *This Land is Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil*. Duke University Press: North Carolina, 2010.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu Da. (org.). In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- ZIMMERMAN, Neusa de Castro. Os desafios internos de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonildes. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. UNESP, São Paulo, 1994.

## ANEXOS I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS ASSENTADOS

- 1- Como surgiu a idéia de realizar a ocupação desta área e quem organizou o acampamento?
- 2- Quantas famílias participaram inicialmente da ocupação e quantas delas permaneceram aqui até serem assentadas?
- 3- De onde vieram as famílias que participaram da ocupação?
- 4- Como se deu seu engajamento das famílias na luta pela reforma agrária? E o senhor, por que decidiu participar da luta?
- 5- Como era a sua vida antes de ingressar na luta pela reforma agrária? Onde trabalhava e morava?
- 6- Como é sua vida hoje no lote? O que produz e como comercializa? Quem trabalha no lote?
- 7- Como é a estrutura produtiva do lote e do assentamento? Há algum tipo de ação coletiva no assentamento?
- 8- Quais os principais problemas que afetam hoje sua vida no assentamento?
- 9- Porque decidiu se tornar um assentado?
- 10- Antes do acampamento, o senhor já havia participado de algum tipo de organização social (alguma associação, grupo religioso, sindicato ou partido político)?
- 11- Em que local se deram as primeiras reuniões para organizar a ocupação? O que era discutido nestas reuniões?
- 12- Como se deu o processo de ocupação das terras? Vocês tiveram algum tipo de resistência da polícia ou dos donos da terra?
- 13- O que vocês sentiram na hora que conseguiram formar o acampamento?
- 14- Por quanto tempo vocês ficaram acampados?
- 15- Quais as estratégias de resistência e sobrevivência que foram utilizadas durante a fase acampamento?
- 16- Quais ações coletivas foram desenvolvidas durante o acampamento? E qual a importância destas ações para o assentamento hoje e para vida em comunidade?
- 17- Quem foram os principais apoiadores externos do acampamento?
- 18- Como era o dia a dia no acampamento? Quais as dificuldades que vocês enfrentaram e como vocês se organizaram para resolver os problemas?
- 19- Como era a sua atuação dentro do acampamento? Você participava de algum grupo organizado e por quê?
- 20- Por favor, me descreva um dia dentro do acampamento.

21- Como era sua relação com os demais membros do acampamento, especialmente com as lideranças?

22- Como é a sua relação com as organizações sociais e governamentais que atuavam nos acampamentos?

23- O que aconteceu durante o acampamento teve algum impacto na forma com que as pessoas convivem dentro do assentamento?

24- Quais lições você tirou do tempo que passou dentro do acampamento seja em relação ao que se produz, mas também como se organiza a comercialização, por exemplo?

25- Até que ponto o senhor acha que a convivência dentro do assentamento reflete o que vocês passaram durante a fase do acampamento? Por favor, explique.

26- Você possui algum tipo de ligação com produtores de outros lotes do assentamento? Que tipo de ligação? Como estabeleceu esta ligação?



## **ANEXOS II**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO À LIDERANÇA DO MST**

- 1- Como o MST pensa ser o modelo de reforma agrária ideal que deveria ser adotado no Brasil?
- 2- Em sua opinião, qual é o papel dos acampamentos na formação política dos seus participantes?
- 3- Qual a estrutura e o trabalho do MST no período pré-acampamento, durante o acampamento e posteriormente no assentamento?
- 4- Na opinião do movimento a organização comunitária do acampamento tem qual tipo de impacto na forma com que as pessoas convivem dentro de um futuro assentamento?
- 5- Em sua opinião, de que forma a dinâmica de formação política do acampamento pode interferir na organização do assentamento?
- 6- Até que ponto você acha que a organização social do assentamento reflete as experiências e dinâmicas pelas quais as pessoas passaram durante a fase acampamento?
- 7- Como o MST administra as tensões criadas no interior do acampamento entre os seus membros e entre os membros e as lideranças?
- 8- Quais são as formas de mediação de eventuais conflitos que possam ocorrer dentro dos acampamentos?
- 9- Como o MST vê a importância do acampamento para a consolidação de uma consciência coletiva acerca do que se passa na sociedade e nas práticas que devem ser adotadas para transformá-las?
- 10- Como o MST vê o papel das organizações coletivas existentes dentro dos assentamentos para a viabilização econômica e política do assentamento?
- 11- Em sua opinião, quais seriam os entraves para a consolidação de ações de natureza coletiva dentro dos assentamentos?
- 12- Em sua opinião, a viabilidade econômica dos assentamentos de reforma agrária está diretamente relacionada a práticas de produção coletiva? Por quê?

13- Existe uma visão disseminada pela grande imprensa de que os assentados resistem à adoção as formas de produção coletiva propostas pelo MST nos assentamentos rurais? Esta visão reflete a verdade? Se sim, quais seriam os fatores que produzem este tipo resistência?

14- Neste momento, quais são as principais dificuldades para ampliar o número de acampamentos que garantam a ampliação da criação de assentamentos de reforma agrária?